

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:  
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

Cristiane Jung Abaro

**ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE: a educação integral como espaço de diálogo  
e interconexões de saberes**

Porto Alegre  
2023

Cristiane Jung Abarno

**ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE: a educação integral como espaço de diálogo  
e interconexões de saberes**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Moll

Porto Alegre  
2023

#### CIP - Catalogação na Publicação

Abarno , Cristiane Jung  
ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE: a educação integral  
como espaço de diálogo e interconexões de saberes /  
Cristiane Jung Abarno . -- 2023.  
131 f.  
Orientador: Jaqueline Moll.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da  
Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em  
Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre,  
BR-RS, 2023.

1. Educação Alimentar e Nutricional. 2. Educação  
Integral. 3. Segurança Alimentar e Nutricional. 4.  
Direito Humano à Alimentação Adequada. 5. Soberania  
Alimentar. I. Moll, Jaqueline, orient. II. Título.

Cristiane Jung Abarno

**ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE: a educação integral como espaço de diálogo e interconexões de saberes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências.

**Aprovada em: 24 de março de 2023.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Roniere dos Santos Fenner  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
(Relator)

---

Prof. Dr. José Arimatea Barros Bezerra  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
(Avaliador)

---

Prof. Dra. Ana Luiza Sander Scarparo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
(Avaliadora)

---

Profa. Dra. Jaqueline Moll  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
(Orientadora)

À minha avó Maria (*in memoriam*) e minha mãe Regina que se dedicaram com tanto amor em me cuidar e me ensinaram sobre a fortaleza da mulher, sua coragem e perseverança.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à vida, que me proporcionou este agora e aos encontros do percurso onde fui construindo minhas trilhas, às vezes cheia de pedras, mas sempre com os verdes e as flores me dando o oxigênio necessário para seguir e completar as etapas com as escolhas que fiz até aqui.

À minha orientadora, Prof. Jaqueline, que sempre me incentivou, sabendo as palavras certas para que eu prosseguisse no caminho. Uma mulher incrível, de uma inteligência que me surpreende a cada dia, incansável lutadora para um mundo melhor, sou muito honrada em ser orientanda da Prof. Jaqueline Moll.

À minha família, meu pai, Jorge, e minha mãe, Regina, que me acompanham cheios de amor e orgulho e fazem tanto por mim. Eu amo vocês. Ao meu irmão, Marcelo, que está sempre disposto e presente para me ajudar com amor e tanto conhecimento do que não sei. E ao Sérgio e a Norma, por tantos ensinamentos sobre a vida.

Aos meus filhos, João Pedro, Ana Carolina e Antônio, pelos ensinamentos de todos os dias da nossa vida e pela experiência de amor mais profunda que se pode ter. Amo vocês! Ao João Pedro, em especial, agradeço a dedicação e ajuda em muitos momentos desta pesquisa.

Às mulheres maravilhosas, minhas pessoas favoritas, pelas trocas sobre as coisas da vida: Janete, Luciana e Vanessa. Amo vocês!

À professora Luciana Oliveira (curso de Nutrição da UFRGS) pelo apoio, incentivo, carinho e preciosas conversas sobre esta pesquisa.

Aos meus colegas da faculdade de Nutrição, em especial a Gabrieli e a Wendy, que são meus companheiros de “sobrevivência” com muitas conversas e respiros embaixo das árvores da FAMED.

A todos os meus colegas do PPG e grupos de trabalhos com a Prof. Jaqueline Moll, que sempre enriqueceram meus aprendizados. Um agradecimento especial à Cláudia de Paula que foi meu anjo da guarda, uma fada-madrinha, espero realmente passar adiante tamanha dedicação e amor que ela me deu.

À todas as pessoas que me deram apoio e que foram essenciais para seguir até este fim.

Ao meu companheiro silencioso, Alvin, pelos incansáveis e cansáveis dias de trabalho desta pesquisa, fiel amigo, nunca arredou uma pata do meu lado. Mas também as minhas gatinhas Lanne e Tita que me acompanharam dormindo pelos cômodos da casa.

[...] Quem me dera, ao menos uma vez  
Explicar o que ninguém consegue entender  
Que o que aconteceu ainda está por vir  
E o futuro não é mais como era antigamente

Quem me dera, ao menos uma vez  
Provar que quem tem mais do que precisa ter  
Quase sempre se convence que não tem o bastante  
Fala demais por não ter nada a dizer

Quem me dera, ao menos uma vez  
Que o mais simples fosse visto como o mais importante  
Mas nos deram espelhos  
E vimos um mundo doente [...]

[...] Quem me dera, ao menos uma vez  
Acreditar por um instante em tudo que existe  
Acreditar que o mundo é perfeito  
E que todas as pessoas são felizes [...]

[...] Quem me dera, ao menos uma vez  
Como a mais bela tribo  
Dos mais belos índios  
Não ser atacado por ser inocente [...]

[...] Nos deram espelhos e vimos um mundo doente  
Tentei chorar e não consegui [...]  
(Música de: Renato Russo)

[...] E há tempos nem os santos têm ao certo  
A medida da maldade  
E há tempos são os jovens que adoecem  
E há tempos o encanto está ausente  
E há ferrugem nos sorrisos  
E só o acaso estende os braços  
A quem procura abrigo e proteção

Meu amor, disciplina é liberdade  
Compaixão é fortaleza  
Ter bondade é ter coragem  
Lá em casa tem um poço mas a água é muito limpa.  
(Música de: Renato Russo)

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender os aspectos legais e as políticas governamentais que orientam a Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva de uma Educação Integral da população brasileira. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de análise bibliográfica e documental com mapeamento e diagnóstico de publicações de teses e dissertações sobre a Educação Alimentar e Nutricional relacionadas, ou não, com a Educação Integral. Apresenta um registro sobre Alimentação, Nutrição, Saúde e Educação no Brasil e no mundo dentro de seus contextos históricos e de suas problemáticas, como as pandemias da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Inclui leis, documentos oficiais, programas governamentais do Brasil e de organizações internacionais relacionados aos temas: Saúde, Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Educação Integral, dentre os quais destacam-se as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Soberania Alimentar, Marco de Referência para Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB). Na busca por documentos que relacionem a Educação Integral e a Educação Alimentar e Nutricional se chegou ao livro “Educação Alimentar e Nutricional: Articulação de Saberes”, tornando-se o mais relevante objeto desta pesquisa, levando a uma análise de conteúdo com recorte na conexão entre os temas Educação Alimentar e Nutricional e Educação Integral. Este estudo nos leva a concluir que é necessário o desenvolvimento de pesquisas que ampliem e aprofundem o estudo da correlação destas temáticas, uma vez que a Educação Alimentar e Nutricional associada a Educação Integral se mostra como potente espaço de interconexão de saberes nos campos das ciências naturais e sociais. Compreendendo-se que a Educação Alimentar e Nutricional enquanto componente da Educação Integral é uma urgente e prioritária estratégia para a conquista dos Direitos Humanos e da Sustentabilidade do Planeta.

**Palavras-chave:** Educação Alimentar e Nutricional; Educação Integral; Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Soberania Alimentar.



## ABSTRACT

This study aimed to understand the legal aspects and government policies that guide Food and Nutrition Education from the perspective of a Comprehensive Education of the Brazilian population. This is a qualitative research of bibliographic and documental analysis with the mapping and diagnosis of thesis and dissertation publications about Food and Nutrition Education related, or not, to Integral Education. It presents a register about Food, Nutrition, Health, and Education in Brazil and in the world within their historical contexts and their problems, such as obesity, malnutrition, and climate change pandemics. It includes laws, official documents, governmental programs from Brazil and international organizations related to the themes: Health, Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Human Right to Adequate Food), and Integral Education, among which we highlight public policies on Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Food and Nutritional Security), Food Sovereignty, Marco de Referência para Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (Reference Frame for Food and Nutritional Education for Public Politics), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (National School Feeding Program), and Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) (Food Guide for the Brazilian Population). In the search for documents that relate Integral Education and Food and Nutrition Education, the book "Educação Alimentar e Nutricional: Articulação de Saberes" was found, becoming the most relevant object of this research, leading to a content analysis focused on the connection between the themes of Food and Nutrition Education and Integral Education. This study leads us to conclude that it is necessary to develop research to broaden and deepen the study of the correlation of these themes, since Food and Nutrition Education associated with Integral Education is a powerful space for the interconnection of knowledge in the fields of natural and social sciences. Understanding that Food and Nutrition Education as a component of Integral Education is an urgent and top priority strategy for the achievement of Human Rights and the Sustainability of the Planet.

**Keywords:** Food and Nutrition Education; Integral Education; Food and Nutrition Security; Human Right to Adequate Food; Food Sovereignty.

## LISTA DE SIGLAS

AL	Alagoas
BA	Bahia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Ceará
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CNAE	Conselho Nacional de Alimentação Escolar
CNS	Conselho Nacional da Saúde
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COVID	Corona Vírus
CREI	Centro de Referências em Educação Integral
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DF	Distrito Federal
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EI	Educação Integral
ENPEC	Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências
ENPSSAN	Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GAPB	Guia Alimentar da População Brasileira
GO	Goiás
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
InSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MA	Maranhão
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PA	Pará
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PB	Paraíba
PCS	Programa Crescer Saudável
PE	Pernambuco
PME	Programa Mais Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNME	Programa Novo Mais Educação
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PP	Políticas Públicas
PPE	Políticas Públicas de Educação
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGECI	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências
PR	Paraná
PSE	Programa Saúde na Escola
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SESC	Serviço Social do Comércio
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SP	São Paulo
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SUS	Sistema Único de Saúde
UAN	Unidades de Alimentação e Nutrição
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
VIGITEL	Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 –	Mapa Conceitual da Dissertação .....	23
Figura 2 –	Mapa de Classificação das Teses e Dissertações .....	30
Figura 3 –	Teses e Dissertações: quantitativo por tema de pesquisa .....	31
Figura 4 –	Teses e Dissertações de EAN (formativos e avaliativos): por entidade de pesquisa .....	33
Figura 5 –	Guia Alimentar da População Brasileira (GAPB) .....	49
Figura 6 –	Livro - Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes .....	55
Figura 7 –	Características do livro: Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes .....	58
Figura 8 –	Jogo de palavras tiradas do livro relacionadas com os conceitos de EAN .....	64
Figura 9 –	Relação de Sistema Alimentar e Comportamento Alimentar pela Antropologia .....	68
Figura 10 –	Diálogos e Articulações: compreendendo a cultura alimentar pela Antropologia .....	69
Figura 11 –	Sindemia Global .....	71
Figura 12 –	Interpolitransdisciplinaridade na EAN .....	72
Figura 13 –	No Livro: termos mais utilizados a partir do conceito de EAN .....	73

### QUADROS

Quadro 1 –	Objetivos de Pesquisa .....	22
Quadro 2 –	Teses e Dissertações: quantitativo por descritor .....	29
Quadro 3 –	EAN Formativos: Escolas .....	34
Quadro 4 –	EAN Formativos: Universidades .....	34
Quadro 5 –	EAN Formativos: SUS .....	35
Quadro 6 –	EAN Avaliativos: Escolas – Ações .....	36
Quadro 7 –	EAN Avaliativos: Escolas – Análises .....	37
Quadro 8 –	EAN Avaliativos: Escolas – Destaques .....	38
Quadro 9 –	EAN Avaliativos: SUS .....	39
Quadro 10 –	EAN Avaliativos: Diversas .....	40
Quadro 11 –	Estrutura do livro Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes .....	59
Quadro 12 –	Perfil dos documentos oficiais .....	60
Quadro 13 –	Conceitos EAN, DHAA e SAN .....	62

Quadro 14 -	Concepção de Educação Integral e Conceito de EAN .....	66
-------------	--	----

## **GRÁFICOS**

Gráfico 1 –	Teses e Dissertações: localização estadual .....	32
-------------	--	----

## **FOTOS**

Foto 1 –	Mapas Conceituais e Esquemas desenvolvidos na pesquisa .....	25
----------	--	----

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>		
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1.2	PESQUISA: JUSTIFICATIVA E DEFINIÇÕES .....	21
1.2.1	<b>Objetivos e Questões de Pesquisa .....</b>	<b>22</b>
1.2.2	<b>Caminhos Metodológicos .....</b>	<b>22</b>
<b>2</b>	<b>ESTADO DO CONHECIMENTO .....</b>	<b>27</b>
2.1	PRODUÇÃO ACADÊMICA E MAPEAMENTO DOS RESULTADOS .....	27
2.2	PESQUISAS DE EAN: INTER(DES)CONEXÕES DOS SABERES, DESCONTINUIDADE DE AÇÕES E FALTA DE DIÁLOGO .....	32
<b>3</b>	<b>ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE: REFLEXÕES E CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA ENTENDER O CAMPO DA PESQUISA</b>	<b>42</b>
<b>4</b>	<b>ACHADOS DA PESQUISA: COMPREENDENDO AS RELAÇÕES E ESPAÇOS DE SABERES .....</b>	<b>55</b>
4.1	CONHECENDO O LIVRO: Educação Alimentar e Nutricional - articulação de saberes .....	58
4.2	EAN: (INTER)CONNECTANDO SABERES .....	62
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>75</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
	APÊNDICE 1 – ARTIGO 1: Educação Alimentar e Nutricional abrindo caminhos para a saúde integral .....	90
	APÊNDICE 2 – ARTIGO 2: Guia Alimentar e a Educação em Ciências: desafios e interfaces com as políticas públicas .....	102
	APÊNDICE 3 – QUADRO DE RESULTADOS: Teses e Dissertações .....	111
	APÊNDICE 4 – GLOSSÁRIO E CONSIDERAÇÕES DA APRESENTAÇÃO .....	129

## APRESENTAÇÃO

*“Se a vida tem um significado mais alto e amplo, que valor tem nossa educação se nunca descobrimos esse significado? Podemos ser superiormente cultos; se nos falta, porém, a profunda integração do pensamento e do sentimento, nossas vidas são incompletas, contraditórias e cheias de temores torturantes; e, enquanto a educação não abranger o sentido integral da vida, bem pouco significará”. (Krishnamurti)*

Eu sou filha de Porto Alegre, onde moro até hoje. Essa dissertação é feita de muitas histórias e começa com a minha. Estudei em um colégio particular durante toda minha vida escolar. Era plena ditadura, eu estava na minha bolha de classe média sem perceber o que acontecia, como se fosse algo do passado. Na escola, lembro que aprendi sobre o feudalismo, capitânicas hereditárias, “dia do índio”, a cantar o hino nacional e com “muito orgulho” o hino rio-grandense. Aprendi que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) defendia os indígenas e trabalhava muito para incorporá-los na sociedade brasileira, nunca pensei que estava acontecendo um etnocídio. Pois então, eu era mais uma ingênua, inocente dessa máquina escolar de produção em massa de mão de obra de trabalho. E tudo passava por mim como tarefas a serem cumpridas, sem interesse nos porquês. Gostava mesmo era de “matar” aula, ficar com os amigos, brincar, namorar. Passei pela escola, cumprindo com meus deveres, mas sem saber ainda o que fazia sentido para mim. Eu amava os meus gatos e alguns cães que tive na vida, além de ter a essência de ser cuidadora. Foi assim que decidi fazer faculdade de veterinária, quando ingressei na UFRGS em 1989 e me formei em 1994. Passei pela graduação de uma forma parecida com a escola, aluna satisfatória e responsável, sem brilho nos olhos. Na minha vida profissional, assim que me formei já estava trabalhando numa clínica de pequenos animais e fiquei durante oito anos, depois fui empresária até 2019.

O meu maior desejo era formar uma família e assim, dedicava muita energia para este projeto, foi quando me casei em 1998. No ano de 2000 nasceu meu primeiro filho, o João Pedro. Em 2006 chegou a Ana Carolina e em 2007, o Antônio. Com meus filhos experimentei a felicidade completa, a inteireza do amor e a inspiração para minha vida. Foi a partir da chegada deles que descobri o que faz sentido para mim, que voltei às raízes do que minha mãe sempre me mostrou em meias palavras, ou porque eu não ouvia, ou porque ela falava pouco e me protegia muito.

Desde 2010 venho passando por um processo lento e de muita mudança na minha vida. Eu vivia num mundo onde tentava me encaixar em padrões definidos pela maioria da sociedade



normótica, pois assim parecia me sentir aceita e amada. Trabalhava muito, tentava controlar tudo, e ter tudo. Obviamente isso não foi possível e hoje agradeço por ter sido tão exigente nesses padrões normóticos o que me levou a romper com essa bolha, me redescobrir e ver o mundo com outro olhar de realidade, com mais compaixão e sensibilidade pelo outro e pelo planeta. No início fiquei muito frustrada e assustada. Estava me sentindo derrotada e sem saída. Aos poucos foi aparecendo a Cristiane de hoje. Para começar, recuperei meu físico, cuidando da alimentação, com exercícios, descanso, ioga e observação diária do meu funcionamento.

Em 2014 iniciei um curso de formação em Ayurveda e me formei em 2016. Ayurveda é a medicina tradicional indiana e significa, em sânscrito, a ciência da vida. Traz o conceito de que tudo está inter-relacionado. Nada é separado no universo ou no corpo humano e cada item é também único e contribui com sua própria qualidade especial para o todo, seja uma célula do fígado, um ser humano sobre a terra ou uma estrela do céu.

Penso aqui Ayurveda como saúde integral, buscando suas relações com a educação integral, no sentido de conectar os estudantes com a vida, com suas especificidades sociais e culturais, com o mundo atual, mas também trazendo o mundo para a escola. E como tudo se interconecta, o estudante e todos os indivíduos pertencentes à comunidade escolar também são seres únicos, individuais e cada um contribui de uma forma para o todo.

A partir do Ayurveda e de minhas escolhas de saúde desde os anos de 2010, fui me conectando, cada dia mais, com a ciência da nutrição. Foi então que ingressei na graduação de nutrição em 2017 em uma universidade privada e no final de 2019 passei para a UFRGS. Mesmo em tempos pandêmicos a faculdade de nutrição na UFRGS me traz conhecimentos e conexões para o que faz sentido em mim, a educação integral do ser humano.

Meus filhos foram essenciais nas minhas descobertas. Tive o privilégio de ter três filhos, o que me trouxe casa cheia como sempre sonhei, mas também uma diversidade imensa de seres. Fui descobrindo como são diferentes e as demandas de mãe são múltiplas. Um dos maiores desafios é a escola. Meu filho mais velho nunca me pediu ajuda em nada de tarefas, nunca reclamou do formato atual ou do sistema de avaliação, aluno exemplar, para o “modelo receita” das escolas. Eu tinha algumas curiosidades e preocupações em como ele estava aprendendo, se a formação dele ia bem, mas nada que me tirasse o sono. Além disso, estava com dois bebês e muitas demandas neste período inicial de ensino fundamental do João Pedro. Quando a Ana Carolina e o Antônio chegaram nos anos em que começaram as tarefas, temas, provas, eu comecei a entender que a educação não pode ser “receita de bolo”. O que funcionou para o João Pedro não funcionou para a Ana Carolina e o Antônio. Comecei a abraçar a luta dos meus filhos e com muita empatia, amor, dedicação não só no tempo, mas nas descobertas de como fazer,

fomos nos descobrindo, entendendo os jeitos de cada um para aprender, se organizar e ainda assim, muitas vezes, talvez a maioria, só passar pelas tarefas sem nenhuma vontade.

As escolas funcionam para formar trabalhadores, mão de obra de um país colonizado, e assim, continuar tudo igual, ou melhor desigual que é o que mais temos na nossa sociedade. Percebo que as crianças não aprendem a se descobrir como ser humano, formar suas opiniões, criar e aprender a partir de suas intenções, de suas origens e de sua cultura. Pouco aprendem sobre a escuta, as individualidades, as diferenças. E quando aparecem as diferenças, é difícil lidar. As crianças são enquadradas para aprenderem uma infinidade de coisas que nunca vão precisar e aprendem muito pouco ou nada sobre ser. Aulas de consciência corporal, de nutrição e alimentação, aulas sobre rotina diária para saúde são alguns exemplos de assuntos que as escolas dão pouco espaço ou nada.

A consciência corporal de cada indivíduo, vem através do autoconhecimento e vai se modificando com o crescimento e com os ciclos da vida, assim como a educação alimentar e nutricional que deve ser contínua e permanente, e será aprofundada no transcorrer da pesquisa.

A Rotina Diária é um assunto de muita dificuldade no mundo de hoje onde a maioria das pessoas passa o dia correndo. E me refiro aqui em higiene, necessidades fisiológicas, meditação, relaxamento, horários das refeições, exercícios, trabalho, brincar, dormir.

Nesse contexto de vida busco o que chamo de Caminho da Saúde e me descobri uma amante do estudo, sedenta por aprender e tentar ensinar. Eu gosto de estudar muitas coisas, todas as variedades de disciplinas, mas tenho preferência pela ciência que estuda a educação para a saúde integral do ser humano, do planeta e sua relação. Além disto, a história me fascina, o que já passamos, o que sabemos, o que construímos, onde erramos e seguimos errando. É nestas pesquisas e estudos que surgiram as minhas decisões de caminho a seguir.

Atualmente sou professora particular de crianças e jovens. Meu trabalho de educadora é com foco integral e principalmente individual, apoiando os alunos na busca do seu protagonismo, seu interesse, priorizando autonomia, a forma de cada um alcançar os aprendizados e a organização da rotina saudável. As aulas podem ser de culinária, de educação alimentar e nutricional e também de matemática, biologia, física, química, história, geografia, português ou de graduandos.

Com muitas inquietações, estudos e conhecimentos surge o interesse pela minha pesquisa. Escrevi o projeto e ingressei no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGECI) do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2020/1 com o título de “Alimentação Escolar e Saúde Integral:

a escola como espaço possível para vivências e interconexões de saberes”, título este posteriormente alterado, sendo que os motivos desta alteração serão contextualizados no item “1.2.2 Caminhos Metodológicos.

Entendo que o pesquisador da minha área trabalha com um campo muito amplo e de muitas conexões. Educação alimentar e nutricional conectada com a educação integral do ser humano, conecta saberes de múltiplas áreas, saberes acadêmicos e saberes populares, que formam a cultura alimentar e nutricional. Também engloba a saúde do ser humano e do planeta, a Segurança Alimentar e Nutricional, a Soberania Alimentar, os Sistemas Alimentares, tudo que ameaça os direitos humanos à alimentação adequada, a sustentabilidade do planeta e todas as leis que englobam esses campos e como se configuram as articulações entre elas.

O intuito da minha pós-graduação é de me tornar mestra, aprofundar meus conhecimentos, fazer uma pesquisa ética, com responsabilidade e compromisso social, mas acima de tudo que possa contribuir com a educação do nosso país, para mobilizar pesquisadores, educadores e educandos no caminho de uma sociedade que educa e constrói pelo bem de todos nós, das futuras gerações e do planeta.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do percurso deste mestrado o mundo viveu a pandemia da COVID-19, o Brasil mergulhou em uma fase de escuridão e dia após dia vimos um governo que atuava no desmonte do país. Vacinas atrasadas, falta de oxigênio, o descaso com a população, fizeram do Brasil um dos países líderes do mundo com quase 700 mil óbitos pela COVID-19. O país viveu uma anormalidade democrática onde vários Conselhos Federais foram extintos, entre eles, o primeiro e de grande importância na área desta pesquisa foi o CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar. O CONSEA, segundo a Lei 11.346/2006 (BRASIL, 2006) é um órgão de assessoria imediata ao presidente da república composto em sua maior parte por representantes da sociedade civil e também por representantes governamentais (ministros de estado e secretários especiais). É responsável pela convocação das conferências nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no máximo de 4 em 4 anos, que leva para o setor da presidência as propostas concluídas nas conferências para implementar e subsidiar ações públicas de SAN.

Além disso, tivemos a maior queima da história da Amazônia, maior liberação governamental para o uso de agrotóxicos, congelamento do valor para a alimentação escolar. A desvalorização e o desinvestimento com a educação, ciência e pesquisa deixou os estudantes, professores e trabalhadores das universidades extremamente enfraquecidos, muitos ainda funcionando porque somos muito resistentes e guerreiros. E o país volta a ter fome, uma fome “velha conhecida”, mas parece que não aprendemos com as lições. A insegurança alimentar (IA) no país atinge patamares de 125,2 milhões de pessoas, são mais de 33 milhões em situação de fome, expressa pela IA grave em 2022 (REDE PENSSAN, 2022, p. 37).

O CONSEA em sua história tem buscado junto à sociedade civil a extinção da fome e talvez seja o lugar onde mais exista a possibilidade de agenda de direitos sociais com a participação da sociedade para dialogar com os governos. Enquanto escrevo essa dissertação ocorre a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 01 de janeiro de 2023 e logo na primeira semana do seu governo ocorre o retorno do CONSEA e com ele a esperança de mais Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Conforme o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, uma pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), feita pelo Instituto Vox Populi, no Brasil o povo está empobrecendo vivendo de forma precária e sem resposta nenhuma do Estado para combater a situação conforme garante a constituição sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Temos toda uma construção de educação e de alimentação escolar desde a primeira guerra mundial. O Brasil tem a Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009) sobre a alimentação escolar e a constituição garante o DHAA e Segurança Alimentar e Nutricional. Somos um país referência para todo o mundo em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a construção de guias alimentares para a população e temos excelência na elaboração do conceito de SAN, tido como um dos melhores do mundo. E mesmo assim, os direitos não são concretizados. Precisamos de uma Educação Alimentar e Nutricional (EAN) alinhada com a Educação Integral do ser humano priorizando e incluindo o que está embasado nas nossas políticas públicas, formando cidadãos comprometidos com a materialização desses direitos.

Sabemos que não estamos em um bom caminho tanto em nível mundial como nacional. Estamos em uma sindemia global. A palavra sindemia traz um neologismo, que junta a palavra sinergia com pandemia. É um conceito que foi criado inicialmente em 2014, por uma comissão da revista *The Lancet* para discutir sobre obesidade, mas a conclusão gerou o conceito de sindemia global que une as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Estas interagem umas com as outras e acima de tudo compartilham determinantes exercendo uma influência nos seres humanos e no planeta. São causadas por interesses que envolvem o capitalismo como a indústria alimentar e farmacêutica, a pecuária e a produção de *commodities*. Existe uma falta de interesse dos líderes em todo o planeta e uma fraqueza, fragilidade e ignorância que impulsionam ações das sociedades. Entendo que essa falta de ação das sociedades seja causada em sua maior parte pela deficiente Educação Alimentar e Nutricional. O Relatório Lancet descreve que:

Uma estratégia significativa para enfrentar a Sindemia Global é, portanto, dar às pessoas a capacidade de assumir a responsabilidade pessoal por sua própria saúde reduzindo a pobreza, fortalecendo a educação e reduzindo o preconceito estrutural e social com base no gênero, religião e raça. (IDEC, 2019, p. 38).

Muito se avançou em relação à compreensão do Direito Humano à Alimentação Adequada desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Houve vários investimentos em nível mundial para solucionar a questão da falta de alimentos. Entre eles, na década de 70, surgiram as grandes potências tecnológicas que aumentaram a produtividade agrícola com uso de fertilizantes, agrotóxicos, sistemas de irrigação e maquinários. Mas a fome não foi solucionada pois além de ser uma questão epidemiológica é também social e política, com decisões de gestão que deixam as populações vulneráveis e sem acesso a esta produção. Nos anos 80-

90 a indústria começa a despontar utilizando a produção agrícola nas fórmulas dos seus produtos alimentícios, os ultraprocessados, que endossam a sindemia global. É neste contexto, na década de 90, que começam as discussões sobre o alimento ser um direito do homem, não um produto, e associa-se o DHAA com a garantia de SAN.

A SAN é um conceito que envolve a quantidade e qualidade dos alimentos, mas vai além disso, pois inclui todo aspecto cultural, o sistema alimentar, a soberania alimentar, a desigualdade social, o cuidado com o planeta. SAN é multidimensional e sistêmica e quanto mais for compreendida em todas essas dimensões teremos mais possibilidades de construção e gestão de políticas públicas.

E nestes avanços de conceitos sobre o DHAA e SAN, a Educação Alimentar e Nutricional baseada na visão integral dos seres e do planeta é uma potência para ajudar no combate da sindemia global.

Nesta perspectiva, as reflexões e conclusões apresentadas ao longo deste trabalho acadêmico, articulam-se aos esforços de construção da Cátedra UNESCO: A Cidade que Educa e Transforma, instalada em 28 de fevereiro último em Lisboa (Portugal)<sup>1</sup>, que contempla no seu quinto eixo a temática “vida, sustentabilidade e transição ecológica”, organicamente articulada ao tema da Alimentação e Nutrição.

Esta dissertação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa com análise documental, método que desvela novos aspectos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38). Se encontra dividida em quatro capítulos além da apresentação e considerações finais. **O Capítulo 1 – Introdução:** se apresenta além da justificativa da pesquisa, o objetivo geral, os específicos e os questionamentos. **Capítulo 2 – Estado do Conhecimento:** levantamento em bases de dados do Brasil buscando teses e dissertações, no período de 2012 a 2022, que estejam em sintonia, ou não, com o objetivo geral desta pesquisa. Além disto, também construiu um registro sobre a execução da Educação Alimentar e Nutricional no país; **Capítulo 3 – Alimentação, Nutrição e Saúde - reflexões e conceitos fundamentais para entender o campo da pesquisa:** o capítulo apresenta contextualização histórica dos seguintes temas: Educação Integral, Saúde, Educação Alimentar e Nutricional, Segurança Alimentar e Nutricional e a Soberania Alimentar, a partir de suas trajetórias, implementações sócio-políticas e conceitos, com recorte nos seguintes programas e ações governamentais: o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Marco

---

<sup>1</sup> Matéria publicada no site da Universidade de Passo Fundo (UPF). Disponível em: <https://www.upf.br/noticia/catedra-unesco-a-cidade-educa-e-transforma> e no Portal da Delegação Permanente de Portugal junto da Unesco. Disponível em: <https://unesco.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/portugal-e-a-unesco/educacao/c%C3%A1tedras-unesco-e-redes-unitwin> . Acesso em: 05. mar. 2023.

de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, o Guia Alimentar da População Brasileira e o Programa Mais Educação. E, o **Capítulo 4 - Achados da pesquisa - Compreendendo as relações e espaços de saberes**: análise de conteúdo do livro “*Educação Alimentar e Nutricional (EAN): articulação de saberes*”.

Conforme proposta e exigência do PPG, onde o projeto desta pesquisa foi aprovado, fazem parte da composição desta dissertação e se encontram nos apêndices dois artigos que foram escritos e publicados durante o percurso da pós-graduação. Além disso, esse estudo possui partes dos referidos artigos, os quais se encontram referenciados em notas de rodapé para esclarecimento dos avaliadores e leitores.

O primeiro deles (Apêndice 01) foi apresentado e publicado no XI Simpósio Nacional de Educação, IV Ciclo de Estudos em Educação, V Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores, II Seminário SESC e URI de Educação, organizado pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), através do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação e do Departamento de Ciências Humanas em 2020. O artigo publicado tem como título Educação Alimentar e Nutricional abrindo caminhos para saúde integral. O segundo artigo (Apêndice 02) foi publicado e apresentado no XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) no ano de 2021 e se denomina Guia Alimentar e a educação em ciências: desafios e interfaces com as políticas públicas.

## 1.2 PESQUISA: JUSTIFICATIVA E DEFINIÇÕES

A educação interfere na sociedade, mas também é influenciada por ela e dentro do momento histórico em que se localiza existem interesses para moldar a população conforme a idealização da estrutura e principalmente, quem está no poder, dita as normas e metodologias que o educador deve seguir.

A educação brasileira favorece a homogeneização e a alienação cultural. Estamos sedentos de “bolos sem receitas”, pois ficamos presos e acomodados em métodos, mesmo que sejam elaborados por pessoas sensatas e inteligentes, eles se tornaram a maior prioridade. As crianças são consideradas importantes, pertencentes, capazes, incluídas apenas quando se ajustam a metodologia. Os estudantes são classificados e educados conforme gráficos, planejamentos e esse processo pode ser muito confortável, prático, ou de manada. Mas nem a prática desses métodos, nem a prepotência da opinião e do saber produzirão um ser humano integrado.

Com todas essas barreiras, uma Educação Integral é, ainda, um horizonte utópico, ainda mais na perspectiva de que inclua a Educação Alimentar e Nutricional para a construção de

práticas e rotinas com consumo de alimentação saudável, contribuindo para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e a garantia de SAN, valorizando as culturas e promovendo o consumo sustentável para o planeta. Os objetivos desta pesquisa são construídos a partir destes grandes desafios.

### 1.2.1 Objetivos e Questões de Pesquisa

Quadro 1 – Objetivos de Pesquisa

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p>Compreender aspectos legais e de políticas governamentais que orientam a Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva de uma Educação Integral da População Brasileira.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar leis, programas e documentos governamentais relacionados à EAN;</li> <li>2. Construir um registro de conceitos e da história sobre a EAN e Educação Integral, assim como dos direitos sociais, e suas interfaces com as diretrizes de orientações das leis do país;</li> <li>3. Mapear e analisar publicações referentes à EAN relacionadas, ou não, com educação integral no período de 2012 a 2022 (Capes, BDTD e Repositório Institucional da UFCE);</li> <li>4. Apontar e descrever o conceito da EAN, sua complexidade e sua relação com a Educação Integral a partir da análise do livro “Educação Alimentar e Nutricional: articulação de Saberes”</li> </ol>

Fonte: a autora (2021)

Em relação aos questionamentos desta pesquisa estes envolveram a compreensão profunda do conceito e amplitude da Educação Alimentar e Nutricional em busca de sintonia com a Educação Integral.

- Qual a importância da EAN em consonância com a Educação Integral?
- Qual a prioridade da inclusão na rotina escolar da EAN e em todos os espaços da comunidade escolar?

### 1.2.2 Caminhos Metodológicos

A pesquisa apresentada foi decorrente das experiências vividas da pesquisadora como educadora que por princípios de vida prioriza a Educação Integral do ser humano como cami-

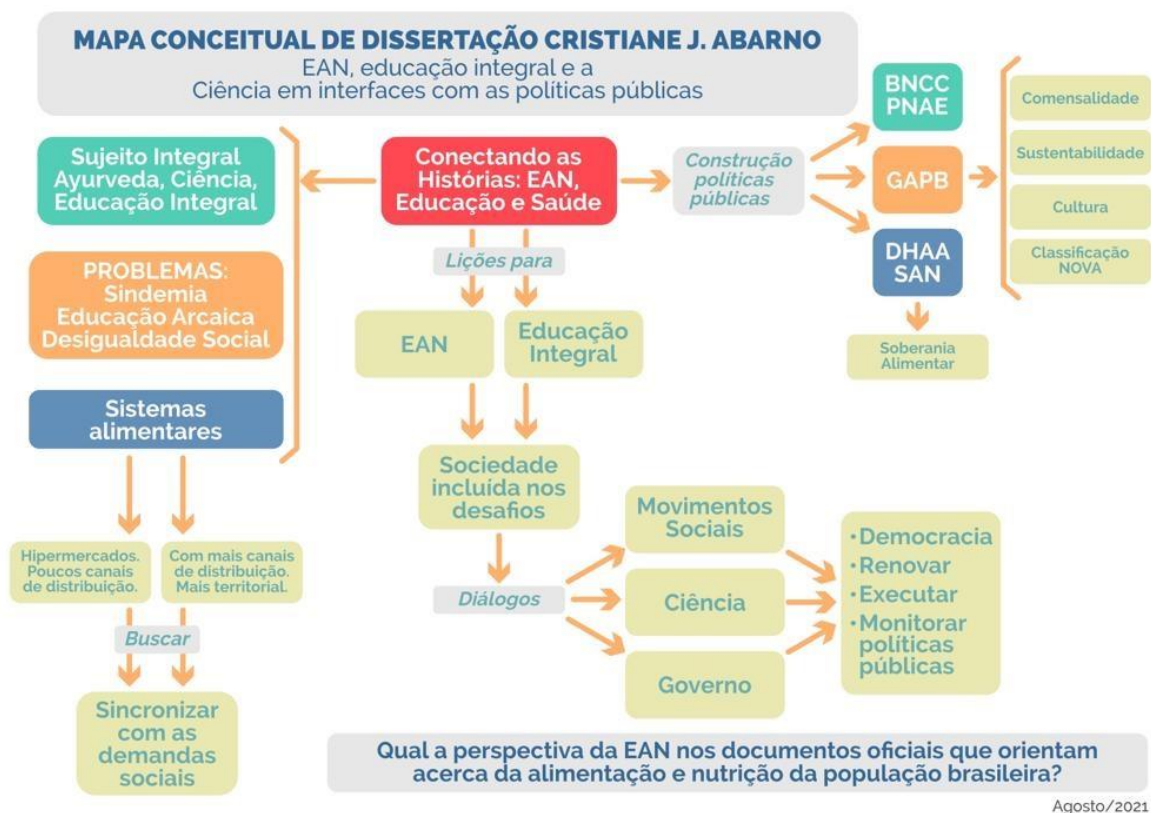


nho de estudo e a paixão pela Saúde Integral onde reingressa para a UFRGS em 2020 na graduação de Nutrição e dentro dela na área da Educação Alimentar e Nutricional. No mesmo período se concretiza a entrada no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGECI) do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o título de Alimentação Escolar e Saúde Integral: A escola como espaço possível para vivências e interconexões de saberes.

Como a graduação e pós-graduação ocorreram ao mesmo tempo, muitas disciplinas na faculdade de nutrição trouxeram uma riqueza e variedade de documentos que também apareceram no andamento da dissertação. Além disso, se amplia a pesquisa sobre Alimentação e Nutrição para além da escola e o título se altera para: Alimentação, Nutrição e Saúde: a Educação Integral como espaço de diálogo e interconexões de saberes.

Em agosto de 2021, ao longo do percurso da pós-graduação foi elaborado um mapa conceitual (Figura 1) para organizar os assuntos, listar as referências principais e fazer o exercício da busca do objetivo desta pesquisa. O esquema demonstra a quão ampla é a EAN e suas conexões. Por isso, infelizmente, alguns tópicos não serão aprofundados nesta dissertação.

Figura 1 - Mapa Conceitual da Dissertação



Fonte: a autora (2021)

A pesquisa se iniciou quando existiu uma pergunta e se trilha um caminho para a busca da resposta. E pesquisar é a busca da resposta. As razões para a realização desta pesquisa científica vieram do desejo de aprender mais para fazer melhor com compromisso social (GERHARDT, 2009).

Conforme Fonseca apud Gerhardt, a ciência é produzida com a investigação através de métodos, com metodologia científica que objetiva o conhecimento científico. O conhecimento científico é metódico, demonstrável e comprovável. O método científico elabora o conceito da realidade, verdadeira e impessoal, sempre com caráter provisório, pois a ciência deve ser continuamente testada e reformulada, portanto, necessita ser de domínio público (GERHARDT, 2009).

Tendo como o maior princípio deste trabalho a integralidade, não poderia ser a ciência hegemônica, que não leva em conta o senso comum, como os saberes tradicionais por exemplo, ou a ciência fragmentada entre natureza e social, o alicerce desta pesquisa. Boaventura de Souza Santos anuncia o paradigma emergente da ciência onde não haverá divisão entre ciência da natureza e ciência social, pois todas as teorias introduzem na matéria os conceitos da sua história, seu processo e até sua consciência antes exclusiva do ser humano (SANTOS, 2006).

Quanto à pesquisa qualitativa De Freitas Mussi ressalta que:

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de sentidos, significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um fazer científico focado nas relações, nos processos e nos fenômenos que não devem ser tratados pela racionalização de variáveis. (DE FREITAS MUSSI *et al.*, 2019, p. 427).

A partir desta junção a metodologia eleita foi o desenvolvimento de uma pesquisa de natureza qualitativa com análise de conteúdo dos documentos selecionados e explorados. Assim, essa dissertação tem como procedimento a análise documental em que os documentos oficiais governamentais, livros, artigos e referenciais foram uma fonte natural e serviram como informação, mas enfatizando que estas são contextualizadas no momento histórico que estamos vivenciando (LUDKE e ANDRÉ, 1986). A análise de conteúdo inclui também que a pesquisadora traga as suas conclusões a partir da leitura conforme suas próprias capacidades, vivências e julgamentos:

Isso significa que no processo de decodificação das mensagens o receptor utiliza não só o conhecimento formal, lógico, mas também um conhecimento experiencial onde estão envolvidas sensações, percepções, impressões e intuições. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 41).

O questionamento central deste trabalho busca respostas sobre qual a importância da EAN em consonância com a Educação Integral e a compreensão dos documentos oficiais e seus conceitos sobre o assunto.

A análise de conteúdo se deu em dois processos neste estudo: no Estado do Conhecimento e principalmente nos Achados da Pesquisa, em especial no livro “Educação Alimentar e Nutricional, articulação de saberes”. Tanto no Estado do Conhecimento, após a seleção dos trabalhos, como nos Achados da Pesquisa foram reagrupados, classificados, categorizados e nomeados. De acordo com Ludke e André:

Depois de organizar os dados, num processo de inúmeras leituras e releituras, o pesquisador pode voltar a examiná-los para tentar detectar temas e temáticas mais frequentes. Esse procedimento, essencialmente indutivo, vai culminar na construção de categorias ou tipologias. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 42).

Foto 1 – Mapas Conceituais e Esquemas desenvolvidos na pesquisa



Fonte: a autora (2022)

O processo da análise do livro se deu da seguinte forma: foram feitos apontamentos e marcações no decorrer da primeira leitura, depois foram elaborados esquemas, mapas conceituais para sintetizar os capítulos do livro (Foto 1). A partir destas sínteses pode-se analisar conexões de partes do livro, seleção de termos e palavras mais frequentes, conceitos repetidos e

junção de ideias gerando novas concepções. Ainda assim, se fez um aprofundamento com releituras, sínteses das sínteses para aumentar o conhecimento pois, conforme Patton apud Ludke e André o pesquisador pode descobrir novos ângulos, aprofundar a sua visão, relacionar e associar trechos para identificar novos elementos que necessitam ser aprofundados (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 43).

Por sua vez, o Estado do Conhecimento, por ter um grande volume de leitura dos resumos das 178 teses e dissertações, envolveu o uso de computador e de planilhas para sua apreciação. São resumos com aspectos e contextos variados, a partir de diferentes fontes e em situações diversas. Os aspectos com regularidade e o contexto em que apareceram formaram as bases para os agrupamentos das informações em categorias (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Assim as pesquisas selecionadas foram classificadas e agrupadas conforme a entidade pesquisada e o tipo de pesquisa.

## 2 ESTADO DO CONHECIMENTO

A elaboração científica é complexa, necessita de saberes interdisciplinares e o Estado de Conhecimento é um processo de identificação, registro, reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado período, unindo periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Assim, o Estado de Conhecimento inicia com a pesquisadora vinda de saberes e crenças em um contexto social e propicia a construção de uma tese científica também influenciada pela sua instituição e regras locais (MOROSINI, 2015).

O Estado do Conhecimento desta pesquisa propiciou uma leitura de realidade, do que está sendo discutido na comunidade acadêmica, trouxe maior consistência e segurança para a construção deste estudo, agregou aprendizagens de escrita e formalização metodológica. Além disto, as leituras selecionadas possibilitaram examinar as prioridades e os temas mais abordados; quais os referenciais teóricos utilizados; as conclusões, sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; as possibilidades de mudança e transformações e as contribuições na definição das tendências do campo de formação e atuação da área. (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Este método também foi importante para contextualizar a amplitude e a complexidade do campo de estudo desta dissertação e possibilitou a divulgação de teses e dissertações dos bancos de dados pesquisados. Sobre isso, Ferreira (2002) retrata que

Os catálogos passam a ser produzidos atendendo ao anseio manifestado pelas universidades de informar sua produção à comunidade científica e à sociedade, socializando e, mais do que isso, expondo-se à avaliação. É um sentimento de que trabalhos produzidos ao longo dos anos não devem ficar restritos às prateleiras das bibliotecas das universidades. (FERREIRA, 2002, p. 260).

A busca pelo Estado do Conhecimento foi com o propósito de analisar o material selecionado e, a partir das leituras dos trabalhos, procurar as interfaces com esta pesquisa fazendo mapeamentos, classificações que ajudem na busca de articulações que possam contribuir com os estudos aqui objetivados.

### 2.1 PRODUÇÃO ACADÊMICA E MAPEAMENTO DOS RESULTADOS

Na busca pelo Estado do Conhecimento, procederam-se pesquisas em três bancos de dados acadêmicos: no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, no Repositório Institucional da Universidade Federal do

Ceará e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.

Em primeiro momento a pesquisa iniciou no banco da Capes, pelo período de 2011-2022, mas os primeiros descritores utilizados “Educação Alimentar e Nutricional” AND “Educação Integral” não tiveram nenhum resultado encontrado na data de 31 de julho de 2022, assim como para "Educação Alimentar" AND "Educação Integral", "Educação Nutricional" AND "Educação Integral", "Educação Integral" AND "Programa Nacional de Alimentação Escolar". Optamos pela busca com “Educação Alimentar e Nutricional” AND “Políticas Públicas” e obtivemos 27 resultados sendo 4 teses de doutorado, 16 dissertações de mestrado, 4 resultados para mestrado profissional e 3 profissionalizantes.

Concluimos, a partir dos elementos da pesquisa que constituímos, que era necessário novas buscas e foi através do nosso conhecimento sobre o avanço da pesquisa científica na área de EAN no estado do Ceará que resolvemos fazer uma pesquisa no Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará. Nessa pesquisa colocamos os descritores “Educação Alimentar e Nutricional” AND “Educação Integral” no período de 2012-2022 e obtivemos 11 resultados de dissertações na data de 17 de julho de 2022.

Ainda nessa etapa, em 17 de julho de 2022, realizamos uma visita na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. Através dos descritores “Educação Alimentar e Nutricional” AND “Educação Integral” para o mesmo período de 2012-2022 e obtivemos 12 teses de doutorado e 40 dissertações de mestrado. Nesta mesma base de dados utilizando os descritores “Educação Alimentar e Nutricional” AND “Políticas Públicas” tivemos 23 resultados de teses e 40 de dissertações, no mesmo período 2012-2022.

Em 19 de outubro de 2022 fizemos uma procura na Capes com os descritores “Educação Alimentar e Nutricional” AND “Escolas” no período de 2012-2022 e encontramos 26 resultados de teses e dissertações.

Quadro 2 – Teses e Dissertações: quantitativo por descritor

<b>Base de Dados e Descritores</b>	<b>Resultados</b>
CAPES: Descritor: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"	<b>27</b>
CAPES: Descritor: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"	<b>26</b>
Repositório Institucional UFC: Descritor: "Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral"	<b>11</b>
BDTD: Descritor: "Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral " - TESES	<b>12</b>
BDTD: Descritor: "Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral" - DISSERTAÇÕES	<b>39</b>
BDTD: Descritor: "Educação Alimentar e Nutricional AND Políticas Públicas " - TESES	<b>23</b>
BDTD: Descritor: "Educação Alimentar e Nutricional AND Políticas Públicas " - DISSERTAÇÕES	<b>40</b>
<b>TOTAL</b>	<b>178</b>

Fonte: a autora (2022)

Dos 178 trabalhos selecionados, foram feitas as leituras de todos os resumos disponíveis nas plataformas, além disso, alguns trabalhos foram selecionados para posterior leitura mais profunda. O estudo dos resumos, títulos, datas, locais de pesquisa, autores, foram analisados, organizados, agrupados e mapeados. A lista, contendo título dos estudos, autores, ano e demais informações das teses e dissertações selecionadas, se encontra apensada a este trabalho (vide Apêndice 3).

Os documentos foram agrupados pela autora a partir da leitura e análise dos resumos e assuntos abordados, os quais, conforme Figura 2, se dividem nos seguintes temas: 1) EAN, 2) descartadas: assuntos sem relevância para essa dissertação, documentos repetidos e documentos sem a disponibilidade de resumo para a leitura, 3) alimentação e nutrição, 4) alimentação e nutrição na escola, 5) saúde e, por último, 6) Hortas.

Figura 2 – Mapa de Classificação das Teses e Dissertações



Fonte: a autora (2022)

Os trabalhos sobre EAN se encontram reagrupados e analisados mais profundamente no tópico 2.2 a seguir. Os temas 3 e 4, citados anteriormente, trata-se de pesquisas realizadas nas áreas de alimentação e nutrição. Sendo estes estudos desenvolvidos nas perspectivas de: intervenção alimentar, tipos de alimentação, qualidade de dietas, de restaurantes populares, Segurança Alimentar e Nutricional, de Escolhas Alimentares, de Avaliação Nutricional, trabalhos sobre Soberania Alimentar, DHAA e Nutricionismo. O Nutricionismo é um tipo de reducionismo alimentar onde o foco se localiza, por exemplo, em tratar os alimentos como se fossem um somatório de nutrientes (SCRINIS, 2021). Também estão nestes grupos os trabalhos que fazem estudos e análises do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Conselho Nacional de Alimentação Escolar (CNAE).

O tópico 5 trata de aspectos relacionados à saúde, agrupando documentos que tratam de temas como: sobrepeso/obesidade, aleitamento, saúde escolar, atividade física, sono, óleo de peixe, autismo, mastigação, saúde bucal, bem-estar de nutricionistas e síndrome metabólica. Esses documentos estão aqui listados também para demonstrar a complexidade e amplitude em que se encontra a EAN.

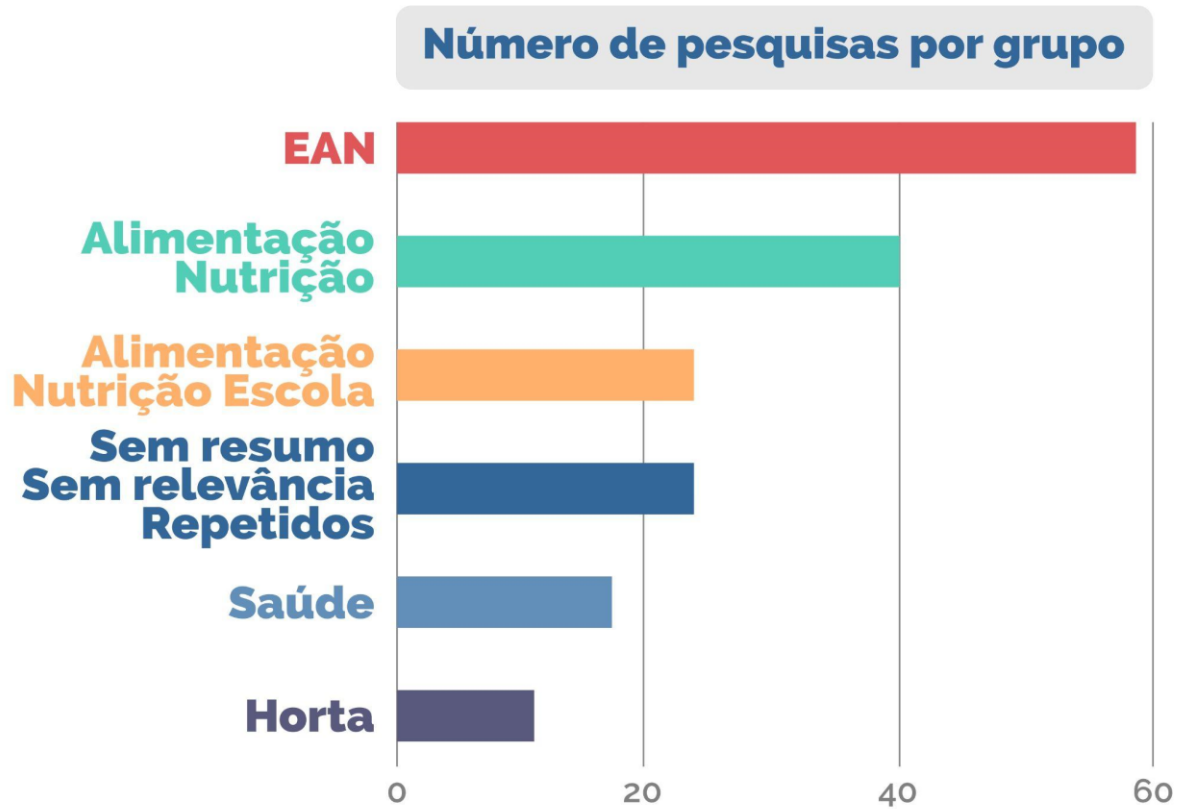
O tópico 6, as hortas, são trabalhos que se remetem a demonstrar a importância de incluir atividades práticas como as hortas escolares como instrumento de EAN para a construção



de saber, socialização entre a comunidade, vínculo maior com a natureza, mas também demonstram que os projetos de hortas escolares são pontuais e não duráveis.

A Figura 3, a seguir, apresenta uma perspectiva quantitativa dos documentos agrupados por tema de estudo:

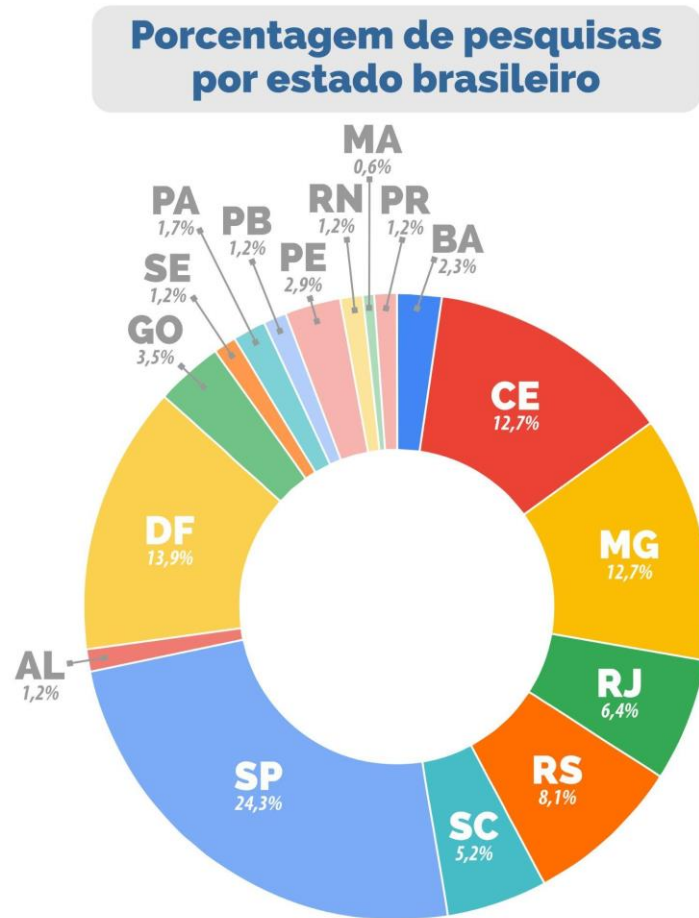
Figura 3 – Teses e Dissertações: quantitativo por tema de pesquisa



Fonte: a autora (2022)

Na sequência, o Gráfico 1, apresenta, em percentuais, em que estados brasileiros se encontram localizadas as instituições de educação/pesquisa que abrigam o desenvolvimento das supramencionadas Teses e Dissertações.

Gráfico 1 – Teses e Dissertações: localização estadual



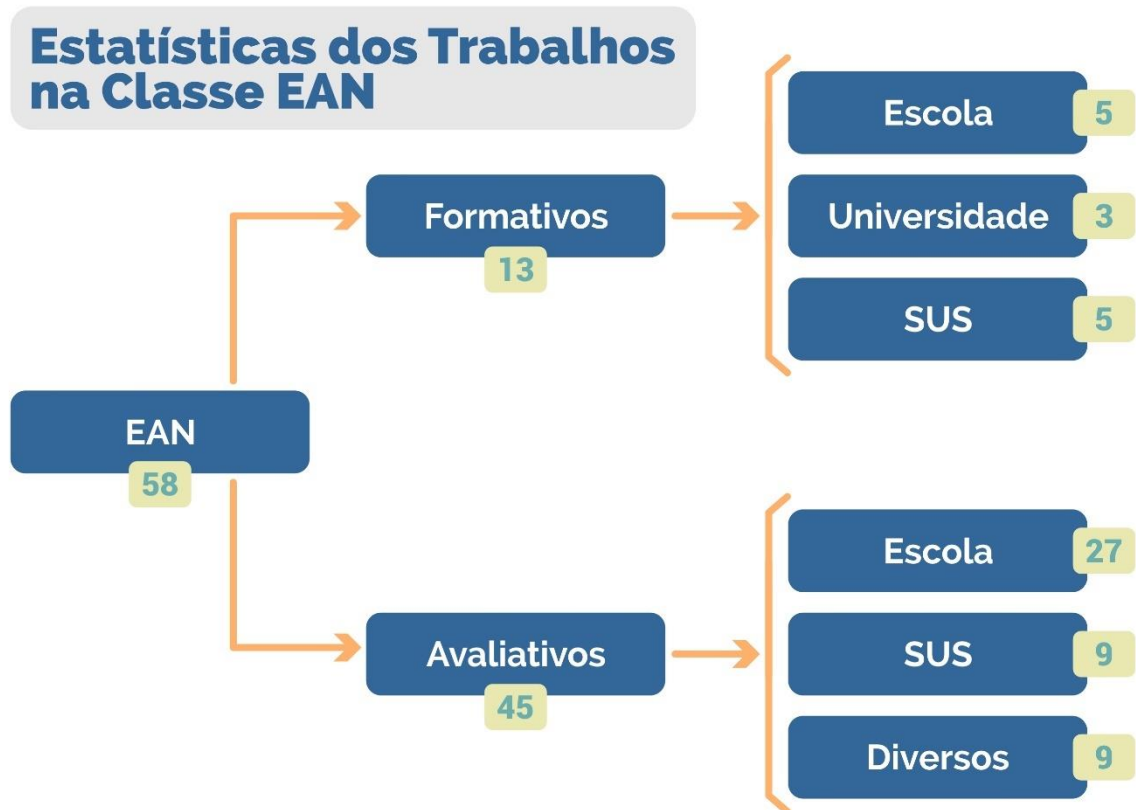
Fonte: a autora (2022)

## 2.2 PESQUISAS DE EAN: INTER(DES)CONEXÕES DOS SABERES, DESCONTINUIDADE DE AÇÕES E FALTA DE DIÁLOGO

Conforme escrito anteriormente e esquematizado na Figura 3, o grupo de trabalhos selecionados sobre EAN serão abordados de forma mais aprofundada pela aproximação com o tema da pesquisa. Importante ressaltar que mesmo não vindo de encontro da relação entre EAN e Educação Integral, muitos trabalhos falam de conceitos que circulam por esta, como veremos adiante.

São 58 trabalhos mais específicos de EAN que foram reagrupados e divididos pela autora em: 13 pesquisas formativas e 45 avaliativas (Figura 4). Formativos se relacionam com as pesquisas sobre formação de profissionais de Educação Alimentar e Nutricional e Avaliativos se referem aquelas pesquisas que analisam, implementam ações, ou não, e tiram conclusões. São pesquisas sobre o PNAE, escolas, Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), comunidades, Sistema de Saúde brasileiro, ou ainda, na população.

Figura 4 – Teses e Dissertações de EAN (formativos e avaliativos): por entidade de pesquisa



Fonte: a autora (2022)

Conforme esquema da Figura 4, os trabalhos formativos foram classificados conforme a entidade pesquisada: Escolas, Universidades e SUS. A seguir serão listados os títulos e autores no quadro 3 (Escolas), quadro 4 (Universidades) e quadro 5 (SUS), conforme classificação, e serão apontadas as observações no que se refere a busca de relação entre estes trabalhos com a EAN e a Educação Integral.

O quadro 3 apresenta a relação de títulos das pesquisas em relação às escolas. Estas pesquisas trazem a falta de formação continuada dos professores para EAN e das nutricionistas como Educadoras, além de demonstrarem a ausência de EAN e a falta de planejamento.

A pesquisa que fez intervenção e capacitação de professores em escolas públicas de tempo integral, parece não abranger a complexidade e o conceito da EAN, já que visava desenvolver ações educativas de fortalecimento de hábitos alimentares saudáveis nos estudantes, ou seja, uma visão biologicista (CANDIDO, 2017) e a pesquisa de investigação do PNAE conclui ser necessário a inclusão de capacitações em EAN dos atores de forma contínua que garantam ações permanentes e em sintonia com o currículo escolar (FIGUEIREDO, 2017).

Quadro 3 – EAN Formativos: Escolas

<b>CLASSIFICAÇÃO: EAN - FORMATIVOS - ESCOLAS</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>BASE DE DADOS</b>
Políticas Públicas de Educação Alimentar e Nutricional na Educação Infantil: um estudo sobre as práticas realizadas em um município do interior de São Paulo	OTSUKO, 2017	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
Discursos de professores e de coordenadores pedagógicos sobre alimentação escolar	OLIVEIRA, 2018	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
Ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Municípios Goianos	SILVA, 2013	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
Intervenção educativa: programa de capacitação do professor para promoção da alimentação saudável na escola	CANDIDO, 2017	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
Influência das capacitações na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Minas Gerais	FIGUEIREDO, 2017	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES

Fonte: a autora (2022)

O quadro 4 apresenta a listagem das pesquisas de formação nas universidades. A pesquisa envolvendo a Universidade de Nutrição em Belo Horizonte, conclui que a formação é frágil, teórica, técnica, descontextualizadas da prática e desvaloriza a EAN (GRECO, 2020). E no trabalho sobre a universidade de pedagogia demonstra-se que existe a falta de disciplinas específicas de EAN (SOUSA, 2020).

Quadro 4 – EAN Formativos: Universidades

<b>CLASSIFICAÇÃO: EAN - FORMATIVOS - UNIVERSIDADES</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>BASE DE DADOS</b>
Ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito das escolas públicas de Belo Horizonte - MG: análise da abordagem teórico-metodológica	GRECO, 2020	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
Dimensões contextuais e os atores de política: a atuação do Marco de Referência da Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas	SOUZA, 2018	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
A Educação Alimentar e Nutricional na formação inicial de professores pedagogos no estado do Ceará	SOUSA, 2020	UFC - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - Dissertação

Fonte: a autora (2022)

Nas pesquisas classificadas como formativas realizadas no SUS, listadas no quadro 5, percebe-se ações pontuais de oficinas, cursos, recomendações de aproximação entre profissionais da saúde e da educação, maior valorização da área de EAN na atenção básica. Destaca-se a pesquisa de título Promoção da Alimentação Saudável na Atenção Primária à Saúde: contri-

buição para construção coletiva do saber-fazer (LIMA, 2014) onde aparece a palavra integralidade do cuidado e necessidade de formação profissional para EAN trazendo termos como permanente, intersetorial, transversal e com diálogo.

Quadro 5 – EAN Formativos: SUS

<i><b>CLASSIFICAÇÃO: EAN - FORMATIVOS - SUS</b></i>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>BASE DE DADOS</b>
Desenvolvimento de material educativo baseado no Guia Alimentar para a População Brasileira: uma construção com profissionais da atenção básica	CANONGIA, 2021	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
Educação Alimentar e Nutricional: avaliação de treinamento para uso de tecnologia educativa sobre alimentos regionais	FERREIRA, 2016	UFC - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - Dissertação
Educação Alimentar e Nutricional na atenção primária à saúde na perspectiva do profissional não nutricionista	CARVALHO, 2016	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Educação permanente em alimentação e nutrição na estratégia saúde da família: um olhar sobre municípios brasileiros de grande porte	RICARDI, 2013	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Promoção da alimentação saudável na atenção primária à saúde: contribuição para construção coletiva do saber-fazer	LIMA, 2014	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES

Fonte: a autora (2022)

Os trabalhos avaliativos, conforme se apresenta na Figura 4 foram classificados e divididos em Escolas (Ações e Análises), SUS e Diversos.

Serão listados os títulos e autores: quadro 6 (Escolas-Ações); quadro 7 (Escolas-Análises); quadro 8 (Escolas-Destaques); quadro 9 (SUS) e; quadro 10 (Diversos), conforme classificação e apontadas as observações no que se refere a busca de relação entre estes trabalhos com a EAN e a Educação Integral.

Conforme o quadro 6, as teses e dissertações classificadas como avaliativas no grupo das escolas, apresentam trabalhos que fizeram **ações** para a saúde ou desenvolvimento de hábitos saudáveis com foco nos alimentos ou na nutrição, mas não com o conjunto complexo das duas, algumas com valorização da cultura (ROMERO, 2021 e MELO, 2019), a autonomia nas escolhas (ROMERO, 2021) ou com trabalhos de redução de desperdícios alimentares, com aproveitamento integral dos alimentos (MERCINI, 2015), ou ainda de formulações de materiais como cartilhas pedagógicas ou réplicas de alimentos feitos de materiais com resina (FONSECA, 2017 e COSTA, 2017). Estas pesquisas em geral objetivam verificar resultados e, na maioria,

tendo um efeito positivo, mas são ações pontuais que podem deixar materiais como exemplo, mas não são com propósito permanente e não possuem uma visão de Educação Integral.

Quadro 6 – EAN Avaliativos: Escolas – Ações

<b>CLASSIFICAÇÃO: EAN - AVALIATIVAS - ESCOLA - AÇÕES</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>BASE DE DADOS</b>
Planejamento de ações de Educação Alimentar e Nutricional em uma escola indígena urbana	ROMERO, 2021	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
Avaliação de um programa de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável sobre marcadores de saúde de adolescentes: estudo de intervenção	SILVA, 2015	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
Aproveitar para não desperdiçar: uma proposta de oficina de aproveitamento integral de alimentos para a educação de jovens e adultos (EJA)	MERCINI, 2015	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - TESES
Desenvolvimento, propriedades e aceitação de preparações funcionais para escolares entre 09 a 15 anos da rede pública de Campinas/SP	BUENO	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Educação Alimentar e Nutricional: estratégias lúdicas facilitadoras do ensino de biologia na educação de jovens e adultos	MELO, 2019	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Impacto de uma intervenção nutricional com instrumentos imagéticos para a promoção de práticas alimentares saudáveis entre adolescentes de Brasília-DF	FONSECA, 2017	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Construção e validação de instrumento imagético de promoção de práticas alimentares saudáveis para adolescentes	COSTA, 2017	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Elaboração e apresentação de componente curricular integrativo e transversal: uma experiência no contexto da educação alimentar e nutricional para o ensino médio	CORRÊA, 2020	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Políticas Públicas - DISSERTAÇÕES
Ações promotoras de saúde para o combate ao excesso de peso e sedentarismo em adolescentes no ambiente escolar	MISKE, 2018	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Políticas Públicas - DISSERTAÇÕES

Fonte: a autora (2022)

Outras pesquisas fizeram análise de escolas, listadas no quadro 7 e demonstraram que a EAN existe de maneira pontual, sem continuidade, com foco em nutrientes e perdendo a ideia da culinária regional e da comida (OTTONI, 2017). Também inclui algumas pesquisas feitas com professores, como de educação física, por exemplo, que trabalha de modo transversal com assuntos como alimentação saudável (NUNES, 2019), ou que discute o papel das merendeiras no PNAE que também exercem função de educadoras, muito comum desenvolverem uma relação afetiva com os alunos, mas que não existe diálogo com a equipe de professores ou as nutricionistas para valorizar e promover a interconexão de saberes (GOMES, 2014). Um trabalho

relata serem as nutricionistas a condição para a realização de EAN nas escolas e que reconhecem a necessidade da formação com continuidade das equipes do PNAE (SOARES, 2015), outro demonstra a necessidade de estruturar um sistema de controle e fiscalização do PNAE com ferramentas e indicadores que avaliem o alcance dos objetivos do programa (LOPES, 2017), ou ainda, a pesquisa com entrevistas que demonstra que a EAN não acontece nas escolas, que não existe a articulação entre os setores pedagógicos e nutricionista, sem parceria para planejar e articular ações com predominância do conceito de prevenção de doenças e abordagem tradicional da educação (RAMOS, 2016).

Quadro 7 – EAN Avaliativos: Escolas – Análises

<b>CLASSIFICAÇÃO: EAN - AVALIATIVAS - ESCOLA - ANÁLISES</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>BASE DE DADOS</b>
O processo de gestão da Educação Alimentar e Nutricional em contexto escolar	SODER, 2017	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
Análise das ações de Educação Alimentar e Nutricional em Municípios do Brasil no ano de 2010	OTTONI, 2017	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
A Educação Alimentar e Nutricional e as práticas dos professores de Educação Física: uma possibilidade para escolas de Fortaleza	NUNES, 2019	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
Cozinhando e dialogando: merendeiras, suas possibilidades e desafios para ações de Educação Alimentar e Nutricional em Escolas Públicas do Rio de Janeiro.	GOMES, 2014	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
Compreensão de nutricionistas da alimentação escolar sobre Educação Alimentar e Nutricional	SOARES, 2015	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
Exercício profissional do nutricionista e a realização da Educação Alimentar e Nutricional nas regiões Brasileiras	GREGORIO, 2014	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
Atividades de Educação Alimentar e Nutricional com foco no desperdício de alimentos na alimentação escolar	RIGON, 2021	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
Conselhos de alimentação escolar: análise dos impactos da atuação no estado do Ceará	OLIVEIRA, 2018	UFC - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - Dissertações
Do grão ao pão: significações do alimento na Pedagogia Waldorf	MACHADO, 2016	UFC - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - Dissertações
Acepções e práticas de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar	RAMOS, 2016	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Influência da publicidade de alimentos sobre a escolha alimentar de crianças e adolescentes de Escolas Públicas do Distrito Federal	SPANIOL, 2014	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES



Análise da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE a partir de instrumentos de avaliação de políticas e fiscalização de programas governamentais	LOPES, 2017	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Políticas Públicas - TESES - 14/10/2022 - 32 resultados
---	-------------	---

Fonte: a autora (2022)

Destacam-se seis pesquisas, listadas no quadro 8, dentro das classificadas como EAN avaliativas das escolas, que variam entre análises e ações pontuais. Estes trabalhos demonstram através de palavras, frases ou no contexto do resumo a consideração com uma abordagem integral. Juntando as conclusões e conceitos destas pesquisas foi sintetizado que: estas pesquisas trazem dados sobre a escola ser fragmentada, desarticulada e predominantemente tradicional, não compreende o fenômeno alimentar humano e outros temas que permeiam o campo da vida e necessita de abordagens transdisciplinares, intertransdisciplinar, transversais, multiprofissional, multidisciplinar, dialógica, com diagnóstico local e articulação destes em processos permanentes para dar conta da formação humana, integral e crítica do sujeito, de professores e alunos, para termos a possibilidade de transformação social.

Quadro 8 – EAN Avaliativos: Escolas – Destaques

<b>CLASSIFICAÇÃO: EAN - AVALIATIVAS - ESCOLA - DESTAQUES</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>BASE DE DADOS</b>
Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no contexto escolar: percepções e práticas de educadores das escolas públicas municipais de Catuípe-RS	ZIENTARSKI, 2021	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
Agricultura familiar em escolas estaduais do município de Duque de Caxias: arranjos operacionais e processos educativos	ALMEIDA, 2016	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
A Educação Alimentar no ensino de Ciências: o caso das dietas alimentares	LEITE, 2016	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Educação Alimentar e Nutricional: percepção de professores, coordenadores pedagógicos e nutricionistas	NASCIMENTO, 2016	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
O olhar do educando e do educador sobre ação de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvida com mulheres do Recanto das Emas/DF	TORQUATO, 2015	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Experiência educacional holística envolvendo Educação Alimentar e Nutricional: um estudo de caso.	REGO, 2020	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES

Fonte: a autora (2022)



As pesquisas que estão no grupo da EAN avaliativas do SUS (Figura 4), listadas no quadro 9, são de ações pontuais como a de desenvolvimento de tecnologias de apoio à implementação do Guia Alimentar da População Brasileira (REIS, 2019), pesquisas com ações de oficinas sobre alimentação saudável desenvolvidas com psicóloga e nutricionista que enfatizam a importância de intervenções interdisciplinares (SIQUEIRA, 2012) ou de oficinas para desenvolver hábitos alimentares saudáveis, com uma pesquisa que inclui a atividade física na sua intervenção (DIAS, 2020). Todas essas pesquisas além de apresentarem ações pontuais e restritas da EAN parecem ter um enfoque biomédico, com foco na doença e sua prevenção, mas sabemos que o conceito de saúde vai além de ausência de doença.

Nesse grupo enfatizamos uma pesquisa com o título: Avaliação das ações de saúde e nutrição na perspectiva do Programa Saúde na Escola (PSE) que aborda a busca de formação integral e conclui que nas escolas pesquisadas ocorre pouca integração com a comunidade, com venda de ultraprocessados nas redondezas, sem apoio dos gestores, ausência de interdisciplinaridade para planejar e executar ações, incluindo capacitar os profissionais para a EAN (SOUZA, 2012).

Quadro 9 – EAN Avaliativos: SUS

<b>CLASSIFICAÇÃO EAN - AVALIATIVAS - SUS</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>BASE DE DADOS</b>
Tecnologias de apoio à implementação do Guia Alimentar para a População Brasileira na atenção básica	REIS, 2019	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
Desenvolvimento de oficinas de Educação Alimentar e Nutricional pautadas no modelo transteórico para consumo de óleos e gorduras	SIQUEIRA, 2012	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Significações atribuídas pelos profissionais às ações de alimentação e nutrição na Atenção Básica	CONCEIÇÃO, 2018	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
Avaliação das ações de saúde e nutrição na perspectiva do Programa Saúde na Escola	SOUZA, 2012	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Representações sociais de nutricionistas do núcleo ampliado de saúde da família sobre Educação Alimentar e Nutricional	GUEDES, 2019	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Políticas Públicas - DISSERTAÇÕES
O lugar do nutricionista nos Núcleos de Apoio à Saúde de Fortaleza: desenhos iniciais	RODRIGUES, 2012	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Educação Alimentar e Nutricional em nível de Atenção Primária à Saúde em São Paulo e Bogotá: cenário e temáticas	CARDENAS, 2013	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"

Grupo educativo de nutrição e saúde voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade social atendidas na Atenção Primária	DIAS, 2020	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
Avaliação da vivência de participantes em dois modelos de grupos educativos em alimentação e nutrição	SANTOS, 2018	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"

Fonte: a autora (2022)

As pesquisas classificadas dentro do grupo da EAN, avaliativas e diversas (Figura 4), listadas no quadro 10, são as que tratam de intervenções virtuais que servem como estratégias para ações de EAN. Do total de nove pesquisas, três se relacionam com ações em populações, comunidade e Unidade de alimentação e Nutrição, todas com ações ou entrevistas pontuais de intervenção com foco na alimentação, preparações e escolhas saudáveis e apresentando uma visão biologicista, ou seja, reducionista dos nutrientes.

Ressalta-se duas pesquisas com o título: 1 - Orientações políticas de Educação Alimentar e Nutricional: uma análise crítica do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (SOUZA, 2016) e 2 - Educação Alimentar e Nutricional: estudo de caso de um projeto interdisciplinar (RUOCCO, 2020). Na primeira aparece uma forte crítica ao Marco de Referência de EAN onde diz que é um documento com orientações claras e práticas de EAN quando na verdade a EAN é complexa e difícil de alcançar, além disso, segundo a pesquisa, o Marco EAN aponta fundamentação da educação freireana, mas acaba sendo uma educação bancária pois tem a intenção de normatizar e direcionar o que deve ser feito. Na segunda pesquisa se apresenta um projeto de implementação de EAN numa empresa privada que utiliza o Marco EAN como referência e conclui ser necessário a criação de um adendo ao Marco EAN para profissionais de diversos setores que pretendem realizar a EAN.

Quadro 10 – EAN Avaliativos: Diversas

<b>CLASSIFICAÇÃO EAN - AVALIATIVAS - DIVERSAS</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>BASE DE DADOS</b>
Intervenção nutricional para implementação do Guia Alimentar para a População Brasileira com mobile health entre adolescentes do Distrito Federal	CHAGAS, 2017	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - TESES
Avaliação de estratégia de Educação Nutricional em unidade de alimentação e nutrição	MAZOCCO, 2015	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES
Avaliação de um programa de alimentação saudável nas famílias atendidas pela pastoral da criança: estudo de intervenção no município de Limeira, SP	GAIGA, 2019	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
Caracterização dos fatores de escolha e compra de frutas e hortaliças pela população adulta do Distrito Federal	TEIXEIRA, 2013	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Educação Integral - DISSERTAÇÕES

Orientações políticas de Educação Alimentar e Nutricional: uma análise crítica do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas	SOUZA, 2016	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"
Intervenção nutricional de promoção de alimentação saudável via smartphone entre adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal	LIMA, 2021	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
Intervenção nutricional direcionada aos estágios de mudança via whatsapp entre adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal	MELO, 2020	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Escolas"
Educação Alimentar e Nutricional: estudo de caso de um projeto interdisciplinar	RUOCCO, 2020	BDTD - Educação Alimentar e Nutricional AND Políticas Públicas - DISSERTAÇÕES
Intervenção alimentar e nutricional em ambiente virtual	SANTOS, 2020	CAPES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"

Fonte: a autora (2022)

Além de outros instrumentos normativos citados ao longo deste estudo, este mapeamento identifica o seguinte acervo jurídico voltado para as Políticas Públicas relacionadas com a Educação Alimentar e Nutricional da população brasileira:

- Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) – Que abriga em suas diretrizes a promoção da alimentação saudável e a EAN (BRASIL, 2013a);
- Decreto nº 8.553/2015 – Que institui o Pacto para a Promoção da Alimentação Saudável (BRASIL, 2015);
- Portaria Interministerial nº 1.010/2006 – Que dispõe sobre a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar (BRASIL, 2006a);
- Lei nº 13.666/2018 - Que altera o artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) - incluindo como tema transversal a Educação Alimentar e Nutricional no currículo escolar da educação básica (BRASIL, 2018b);
- Decreto nº 6.286/2007 – Que institui o Programa Saúde na Escola (PSE) (BRASIL, 2007d);
- Programa Crescer Saudável – Que prevê a realização de ações a serem realizadas no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), ligadas à promoção da alimentação saudável (BRASIL, 2019);
- Portaria nº 1.920, de 5 de setembro de 2013 – Que institui a Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2013c);
- Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – Que objetiva a manutenção da saúde e melhora dos hábitos alimentares por meio da oferta de refeições adequadas, durante a jornada de trabalho, principalmente com a publicação da Lei nº 14.442/2022 (BRASIL, 2022).

### **3 ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE: REFLEXÕES E CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA ENTENDER O CAMPO DA PESQUISA**

Esta pesquisa é fundamentada na união dos conceitos de Educação Integral e Saúde Integral e aborda o campo da Educação Alimentar e Nutricional como base para uma formação do sujeito, da comunidade, da sociedade, através de diálogos, com desenvolvimento de crítica e autocrítica objetivando ações com autonomia e vontade para busca de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) com Sustentabilidade.

O Centro de Referências em Educação Integral (2013) traz o conceito que Educação Integral deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. Portanto, na Educação Integral, além do desenvolvimento cognitivo, a educação passa a priorizar também as demais dimensões, entendendo que o desenvolvimento intelectual inclusive depende de saúde física e emocional para acontecer.

Saúde integral é um conceito abordado na psicologia que defende a mente e o corpo como uma coisa só. A saúde é definida atualmente, com conceitos que vão além do campo biológico. Para compreensão do que engloba a alimentação, nutrição e suas políticas públicas, precisamos entender a definição de saúde, o objetivo de alimentar-se de forma adequada, os contextos variáveis de adequação e a importância do papel da educação nesse processo de desenvolvimento integral dos indivíduos.

O significado de saúde na humanidade passou de crença em mistérios de merecimentos na Antiguidade, pois muitos fenômenos não tinham explicação e as curas eram vistas como milagres, à religiosidade cristã na Idade Média, quando a doença se relacionava com o pecado. Hipócrates, o pai da medicina, há quase 2.500 anos, dizia: “que o seu remédio seja o seu alimento e que seu alimento seja seu remédio”<sup>2</sup>. A saúde como ciência, com observação empírica, abre portas para descobertas e um novo mundo de tecnologias na área médica e nutricional.

---

<sup>2</sup> Citação referendada no site da UNIRIO – Labbio Nutrição e Saúde. Disponível em: <http://www.unirio.br/nutricaoesaude/menu-4/alimentacao-preventiva-e-saude-2013-ms-monique-barros-elias#:~:text=H%C3%A1%20milhares%20de%20anos%2C%20Hip%C3%B3crates,longa%20e%20com%20melhor%20qualidade>.

Descobriram-se os microrganismos, a fisiopatologia, inovou-se em vacinas, etc. (ABARNO; DOS REIS RODRIGUES; MOLL, 2021)<sup>3</sup>.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial, traz o conceito de saúde como “um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1946). A saúde, desde então, não é mais caracterizada como o oposto de doença (ABARNO; DOS REIS RODRIGUES; MOLL, 2021)<sup>4</sup>.

A ciência da nutrição surge no século XVIII, com a bioquímica relacionando a respiração e o metabolismo dos alimentos. Evolui para estudos das proteínas, carboidratos, gorduras e, mais recentemente, os minerais e vitaminas. Por muito tempo, os alimentos foram considerados simples sistemas de transferência de nutrientes. Isto se remete ao nutricionalismo, ou reducionismo nutricional que conforme Scrinis é: “[...] uma ênfase redutiva na composição nutricional dos alimentos como forma de identificar o quanto eles são saudáveis, e por uma interpretação redutora do papel de tais nutrientes na saúde corporal”. (SCRINIS, 2021, p. 25).

Estudos mostraram que nutrientes isolados não são suficientes para explicar toda a relação empírica entre alimentação e saúde e a partir disso, ganhou força a ideia de que os componentes dos alimentos agem sinergicamente no organismo. Assumiu-se que o alimento é uma combinação complexa e não aleatória de compostos desenvolvida sob intenso controle biológico e evolutivo (LOUZADA *et al.*, 2019).

Ao longo dos anos, a educação, saúde e alimentação passaram a ser direitos do ser humano. O conceito Segurança Alimentar começa a entrar em pauta, na Europa, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mas ainda com foco Nacional pelos temores da produção dos países serem insuficientes para sua alimentação e ficarem à mercê de boicotes políticos ou militares. Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a alimentação foi tratada de forma hegemônica com o entendimento de que a insegurança alimentar era causada pela insuficiente produção de países pobres (LEÃO, 2013).

---

<sup>3</sup> Encontra-se como Apêndice 2 deste estudo o artigo “Guia Alimentar e a Educação em Ciências: desafios e interfaces com as políticas públicas”. Publicado no XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV155\\_MD1\\_SA106\\_ID348\\_01082021131849.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV155_MD1_SA106_ID348_01082021131849.pdf)

<sup>4</sup> Ibidem

Países se uniram e mobilizaram conferências para então em outubro de 1945 estabelecer oficialmente a Organização das Nações Unidas (ONU) com 51 países, incluindo o Brasil. Em 1948 a ONU publica a Declaração Universal dos Direitos Humanos que já no seu preâmbulo refere-se à educação para desenvolver o respeito, o reconhecimento e a aplicação da igualdade de direitos e liberdade dos seres humanos. Em seu artigo 26 diz que “toda pessoa tem direito à educação” (ONU, 1948) e no artigo 25 que “Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica [...]” (ONU, 1948).

Assim como a OMS, a ONU possui outras agências para as demandas específicas como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) que em 1974 organiza a primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar e diante da grave crise alimentar mundial proclama em sua declaração universal sobre a erradicação da fome e má nutrição que “cada homem, mulher e criança tem o direito inalienável de estar livre da fome e má nutrição a fim de desenvolver em pleno e de manter as suas faculdades físicas e mentais” (FAO, 1974, p.3). Começa a ser construída a concepção do Direito Humano à Alimentação Adequada e nesta época a FAO incentiva a modernização da agricultura como aumento de produtividade para amenizar a fome no mundo. O avanço tecnológico surge com os tratores dos Estados Unidos, com o desenvolvimento de intensivos agrícolas na Europa além das sementes híbridas. E um pacote de modernização da agricultura é implantado em todas as partes do mundo que possam receber um trator, foi a chamada Revolução Verde<sup>5</sup>. Isso acarretou as chamadas monoculturas, onde as paisagens são homogêneas, sem identidade local, gerando monotonia na forma da alimentação humana e insustentabilidade. A superprodução gerada com o avanço tecnológico da agricultura não alimentou a fome do mundo, pois a comida tinha um preço. Na década de 90 o excedente de produção começa a ser aproveitado pela então emergente indústria alimentícia para a produção de produtos ultraprocessados que obviamente também tem seu custo. A comida tem preço, é um produto lucrativo em um campo de muitas disputas, mas necessita ser um direito.

Em 1992, na Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, pela FAO e OMS, o conceito passou a incorporar a Nutrição, com aspectos sanitários, de qualidade, da

---

<sup>5</sup> A Revolução Verde surge na década de 50, no México, e, resumidamente, consistiu em um sistema de produção agrícola alicerçado em inovações tecnológicas, grande utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos, sistemas de irrigação, ampliação da mecanização e o desenvolvimento de novas espécies de plantas (GLIEMAN, 2001)

produção sustentável e dentro da cultura dos povos. Foi então que o conceito passou a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (VALENTE apud LEÃO, 2013).

No Brasil, o médico e filósofo Josué de Castro trouxe o debate da fome, tanto em nível de Brasil como de mundo, para uma visão sociopolítica além da epidemiológica. Em seu livro *Geografia da Fome* ele relata que a alimentação defeituosa do brasileiro se relaciona mais com fatores socioculturais do que localização geográfica e que se desenvolveu uma agricultura para exportação ao invés de uma agricultura de subsistência que seria capaz de matar a fome do nosso povo, vendemos nossa riqueza de solo e mão-de-obra por valores irrisórios (CASTRO, 1984). Aos poucos foi ficando claro que a fome está intimamente relacionada com a pobreza, é causa de exclusão social. Na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo sexto, a saúde e a educação passam a ser reconhecidas como um direito do cidadão e dever do Estado (BRASIL, 1988). E foi só em 2010, na emenda constitucional de número 64, que a alimentação foi também incluída como um direito social, no mesmo artigo da constituição (BRASIL, 2010a). Com isto, começam a se articular políticas públicas.

Em nível global, no ano de 1996, durante a cúpula mundial da alimentação, em Roma, finalmente se associou o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e surgem os conceitos de SAN mais atuais, que no Brasil foi muito trabalhado com elementos da nutrição, da Soberania Alimentar e do DHAA (CONTI, 2009), definido como:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONTI, 2009, p. 19).

Em 2006 é aprovada a Lei 11.346/2006, também chamada de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e traz o conceito que foi definido na II conferência do CONSEA. A LOSAN cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) para operacionalizar o DHAA através de políticas públicas e planos de SAN intersetoriais (BRASIL, 2006).

O conceito de SAN está sempre em construção. É importante salientar que atualmente suas políticas se orientam a partir do acesso aos alimentos, qualidade dos alimentos e educação alimentar (CONTI, 2009).

Em 2010, junto a emenda constitucional 64, se institui a Política Nacional de SAN (PNSAN) com o decreto 7.272. Esta tem como um de seus objetivos e diretrizes a instituição de processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional, pesquisa e formação nas áreas de SAN e do DHAA.

Dentro dos conceitos do campo da alimentação se encontra a Soberania Alimentar. O termo vem da ciência política que considera o estado como soberano com poder extremo da decisão e que não é influenciável nem pelos países externos, nem pelo povo, é o estado que é supremo. Mas o conceito de soberania alimentar foi produzido por um movimento via campestre, uma organização internacional composta por movimentos sociais do campo, que durante a realização da Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, na cidade de Roma colocaram o tema em debate (SILVA, 2020).

No ano de 2001 se realiza o Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar, em Havana, onde se consolida o conceito e da declaração destaca-se que:

A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. Entendemos por Soberania Alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade dos modos campestres, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar em Havana, 2001, n.p.).

Segundo Hoyos e D'Agostini (2017) Segurança Alimentar e Soberania Alimentar possuem o mesmo propósito geral de garantir o DHAA, mas existe uma interpretação diferente de direito e suas consequências. Para a proposta de Segurança Alimentar, a conquista da garantia do direito à alimentação depende da capacidade de compra dos países importadores de alimentos e dos consumidores finais, ou seja, programas de ajuda humanitária, a globalização, o mercado e a cooperação internacional são os responsáveis pela proteção do direito. Na proposta de Soberania Alimentar a garantia de DHAA depende da capacidade de produção de cada país e do fortalecimento da agricultura familiar, indígena, quilombola e que o Estado deve subsidiar, priorizar e proteger os mercados locais, promovendo circuitos curtos de sistemas alimentares, defendendo a sustentabilidade do planeta, sendo o Estado responsável pela proteção contra a fome.

O campo da alimentação da atualidade possui estes três grandes conceitos que são interdependentes, interagem cada um a seu modo para articularmos práticas e gestões em busca



de qualidade de vida, e são eles o DHAA, que traz a compreensão do acesso ao alimento como um direito fundamental de garantia da dignidade humana, a SAN demonstra as condições e características para a garantia de uma alimentação adequada e saudável e a Soberania Alimentar que salienta a importância da autonomia política e econômica dos países, dos povos e territórios para definirem seus sistemas alimentares de acordo com seus hábitos e culturas alimentares (CONTI, 2009).

Entrando na perspectiva da ciência da Educação Alimentar e Nutricional, um amplo conceito discutido ao longo desta dissertação, inicialmente com a concepção de que é um processo de união e troca de experiências entre o educador e o educando com objetivo de formação de sujeitos autônomos e seguros para suas escolhas alimentares garantindo uma alimentação e nutrição adequada, saudável, prazerosa atendendo as necessidades fisiológicas, psicológicas, sociais e protegendo o planeta (CAMOSSA et al, 2005).

A história oficial da EAN no Brasil inicia pela década de 1930-40 pois existia a preocupação com a organização da classe trabalhadora, assim definiram-se cestas básicas que hoje sabemos ser descontextualizadas dos hábitos da população e com parâmetros apenas biológicos (BRASIL, 2012b).

Nas décadas de 50 iniciam as estratégias “educativas” que objetivavam à introdução de alimentos, principalmente a soja, fornecidos por programas que tinham interesses em aliviar os excedentes agrícolas americanos. Já na época da ditadura, as medidas de um paradigma técnico-científico foram privilegiadas, favorecendo a indústria de alimentos e suas inovações que o Estado adquire para distribuir em programas de suplementos alimentares, ou seja, a Educação Nutricional ficou relegada (BOOG, 1997).

Foi nos anos de 1990 que a EAN começou a ser considerada, já que os estudos em todo o mundo determinavam que os hábitos alimentares são fatores determinantes para o aumento das doenças crônicas. O termo “promoção de práticas alimentares saudáveis” aparece nos documentos oficiais brasileiros (BRASIL, 2012b).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), outro importante elemento desta pesquisa, tem como uma de suas diretrizes “a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva de Segurança Alimentar e Nutricional” (BRASIL, 2009a). Ainda são definidos, nesta lei, a presença de alimentos da agricultura familiar e durante o transcorrer desta pesquisa entra em vigor a resolução número 6, em maio de 2020, com novas medidas, em relação às definições do que

é ofertado aos escolares, mais alinhadas ao Guia Alimentar da População Brasileira em relação a classificação de alimentos.

O PNAE é o mais antigo programa de alimentação e nutrição em vigência ininterrupta no Brasil, tendo origem na década de 1940 e marco legal fundado na década de 1950 (TEO *et al.*, 2012). Na sua Lei 11.947/2009, o Art. 1º aponta que alimentação escolar é todo alimento oferecido no ambiente escolar, e na Portaria Interministerial 1.010/2006 também no Art. 1º, define instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar.

Em 2012 surge o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas que define EAN assim:

[...] no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática de EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (BRASIL, 2012b, p. 23).

Também é importante caracterizar a diferença e complexidade dos termos alimentação e nutrição, pois são diferentes, se inter-relacionam e possuem várias dimensões além da biológica e social. Alimentação é um ato voluntário e consciente, depende da vontade e escolha do indivíduo que vai desde a quantidade, tipo de alimento, o que considera comestível ou não, a forma de produção, conservação, transformação, descarte, até o horário, local e com quem comemos. Nutrição é um ato involuntário e começa quando o alimento é levado à boca, pois neste momento o sistema digestório entra em ação (BRASIL, 2007b). Segundo Dos Santos “alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social” (DOS SANTOS, 2005, p. 12). Comer também é um ato cultural, político, pedagógico, de autoconhecimento, religioso, comer é múltiplo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que os governos formulem e atualizem periodicamente diretrizes nacionais sobre alimentação e nutrição. Essas diretrizes têm como propósito apoiar a Educação Alimentar e Nutricional e subsidiar políticas e programas nacionais de alimentação e nutrição. (BRASIL, 2014).

Figura 5 – Guia Alimentar da População Brasileira (GAPB)



Fonte: Web<sup>6</sup>

O Guia Alimentar da População Brasileira (GAPB), 2014, com sua forma inovadora de pensar e olhar a alimentação, veio para ajudar a modificar a forma como nos relacionamos com os alimentos, baseado em categorias. As categorias alimentares são definidas pelos tipos de processamento dos alimentos, são elas:

- Alimentos in natura - obtidos de plantas ou animais e adquiridos para consumo sem terem sofrido processamento.
- Alimentos minimamente processados - alimentos in natura que sofreram alterações mínimas na indústria, como moagem, secagem, pasteurização etc.
- Óleos, gordura, sal e açúcar - São produtos alimentícios usados para temperar e cozinhar alimentos. Se utilizados com moderação em preparações culinárias baseadas em alimentos in natura e minimamente processados, podem tornar a alimentação mais saborosa, mantendo seu equilíbrio nutricional.
- Alimentos processados - São produtos fabricados com a adição de sal, açúcar, óleo ou vinagre, o que os torna desequilibrados nutricionalmente. por isso, seu consumo pode elevar o risco de doenças, como as do coração, obesidade e diabetes.

---

<sup>6</sup> Imagem disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf)

- Alimentos ultraprocessados - São formulações industriais feitas tipicamente com cinco ou mais ingredientes. Em geral, são pobres nutricionalmente e ricos em calorias, açúcar, gorduras, sal e aditivos químicos, com sabor realçado e maior prazo de validade. Podem favorecer a ocorrência de deficiências nutricionais, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis (ABARNO, 2020)<sup>7</sup>.

O Guia tem uma regra de ouro: “Prefira sempre alimentos in natura ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados” (BRASIL, 2014, p. 50). E recomenda: 1 - a utilização de óleos, gordura, sal e açúcar em pequenas quantidades para temperar os alimentos; 2 – limitar o uso de alimentos processados para um consumo de pequenas quantidades e 3 – evitar alimentos ultraprocessados (BRASIL, 2014).

O GAPB também contém informações sobre cuidados saudáveis com o que envolve o comer, desde a escolha dos alimentos, onde adquirir de maneira sustentável, favorecendo produtos e produtores locais, a manipulação e cuidados higiênicos e sanitários. Explora informações de alimentos que possam substituir outros, separando por grupos, pois muitas vezes usamos um grupo, como os carboidratos por exemplo, em excesso ou não variamos a nossa alimentação, que se torna monótona e, portanto, pobre. Informa benefícios de alimentos saudáveis descobertos em pesquisas científicas, alertando que é um campo muito vasto que sempre vai ser explorado e inovado. E traz pesquisas dos hábitos alimentares dos brasileiros, com muitas opções de pratos para as refeições do dia.

Explica sobre o ato de comer e a comensalidade, o ato de comer junto, com três orientações básicas: comer com regularidade e atenção; comer em ambientes apropriados e comer em companhia. E junta com os muitos benefícios destes hábitos, como melhor digestão de alimentos, controle mais eficiente do que comemos, mais convivência entre as pessoas, interação social, mais prazer na alimentação (BRASIL, 2014). A comensalidade é um ato impregnado na história do ser humano e conecta com a possibilidade natural de criar hábitos em dividir as responsabilidades com tudo que envolve a refeição.

Considerando que o GAPB não é uma receita pronta do que comer ou não comer, de quanto comer e quando comer, ele não é impositivo. E fala sobre isso até como obstáculo, diz que necessitamos de trabalho conjunto e persistente de pessoas no exercício de sua cidadania, com atuação organizada em comunidades, como escolas, para convidar as pessoas a refletirem

---

<sup>7</sup> Encontra-se como Apêndice 1 deste estudo o artigo “Educação Alimentar e Nutricional abrindo caminhos para a saúde integral”. Publicado no. XI Simpósio Nacional de Educação, IV Ciclo de Estudos em Educação, V Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores, II Seminário SESC e URI de Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), 2020.

sobre a importância da alimentação para que seja priorizada adequadamente dentro do contexto da comunidade e abordado educativamente, rotineira e permanentemente.

Além do eterno caminho de comunidade aprendente em alimentação e nutrição, a informação confiável sobre saúde integral se faz necessária, pois é comum alimentação saudável ser confundida com dietas para emagrecer, ou dizer que escolhas como o veganismo e o vegetarianismo sejam a melhor opção. As informações de publicidade são dominadas por anúncios de ultraprocessados que trazem conteúdos incorretos ou incompletos atingindo sobretudo crianças e jovens (ABARNO, 2020)<sup>8</sup>.

Ressalta-se, portanto, que o Brasil possui um Guia Alimentar completo, inédito, confiável e de referência mundial para ser explorado e trabalhado. Alinhado com a garantia de DHAA e com a SAN o Guia destaca que:

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis. (BRASIL, 2014, p. 8).

Todas essas políticas públicas sociais fazem parte do conjunto de ações governamentais para que os direitos humanos sejam garantidos e devem assegurar à população o direito de exercer a cidadania (CONTI, 2009). A EAN em consonância com a Educação Integral é uma mediadora fundamental para apoiar, conectar e integrar estratégias amplas para o desenvolvimento destes direitos e melhoria de qualidade de vida.

A cidadania é expressa como os direitos e deveres dos seres e comunidades numa ordem específica político-jurídica, o resultado de práticas sociais dentro de um contexto histórico e não se considera acabada (NEVES, 2010). Sobre a construção da cidadania Neves assevera que esta:

[...] se inscreve na tensão permanente entre os direitos individuais e coletivos, entre o princípio da igualdade e o direito à diferença, entre os direitos e res-

---

<sup>8</sup> Ibidem

ponsabilidades. O que se conclui é que a construção da cidadania requer participação ativa de todos os grupos que compõem uma comunidade cívica, num processo sempre renovado de luta por direitos. (NEVES, 2010, p. 3).

Quanto a Educação, o artigo 205 da Constituição Federal Brasileira assegura que “A Educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o desenvolvimento da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A Educação Integral tem relação direta com o desenvolvimento da cidadania e aqui entramos neste ponto importante de definição. A Educação integral de forma ampla pode ser definida conforme Cavalieri como a formação das pessoas que envolve dimensões abrangentes e variadas. Quando referida na Educação Escolar traz a ligação da instituição com a vida em sentido amplo, com influência nas transformações do indivíduo e da sociedade (CAVALIERE, 2010a).

De acordo com Jaeger (2010) citado por Cavaliere (2010b) o termo é utilizado relacionando com a ideia grega da Paideia e se refere a formação geral do indivíduo envolvendo a sua tradição, promovendo o pleno desenvolvimento, no ser, da cultura em que ele se insere.

É necessário enfatizar que Educação Integral não é o mesmo que escola de tempo integral, com mais tempo na escola, nem sempre o aumento da carga horária vem acompanhado de processos pedagógicos mais qualificados. Como disse José Martí: “*La educación ha de ir a donde va la vida*” (a educação há de ir aonde vai a vida) (MARTÍ, 1992, p. 308).

O termo Educação Integral, nesse modelo aqui descrito, ganhou forças no Brasil nos anos de 1920-30 com o trabalho de Anísio Teixeira influenciado pela obra do americano John Dewey. Anísio Teixeira foi um dos mentores intelectuais para a escrita do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932 com ideias sobre a igualdade, a autonomia e a liberdade humana.

Mas o termo Educação Integral estava “viciado”, vinha de um momento anterior em que o Movimento Integralista defendia as bases dessa Educação Integral como sendo a espiritualidade, o nacionalismo cívico e a disciplina, fundamentos que, no contexto de suas ações, podem ser caracterizados como político-conservadores (BRASIL, 2009). Portanto, no Manifesto dos Pioneiros, segundo Cavalieri (2010), o termo Educação Integral só aparece três vezes, mas trazia o conceito em seu conteúdo.

Enquanto política pública brasileira, a Educação Integral foi instituída por meio da Portaria Normativa Interministerial de 2007 quando se implementa o Programa Mais Educação (PME) que visa fomentar a Educação Integral das crianças, adolescentes e jovens, por meio do

apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar (BRASIL, 2007). O PME permaneceu em vigor até 2016 quando se institui o Programa Novo Mais Educação (PNME) e a Educação Integral fica desenhada.

A Educação Integral, na escola, coloca a formação dos alunos em uma perspectiva de função social e cidadã, pensa nas práticas da vida da humanidade como oportunidade de formação e não como uma instituição reduzida à lista de conteúdos para ensinar, avaliar e selecionar os poucos “aproveitáveis”, pois assim, muitos ficam de fora, e a educação é um direito de todos (MOLL, 2020).

A realidade da educação brasileira se reduz a preparar os alunos para realizar provas, fazendo uma seleção e promovendo a desigualdade social, além disso força as pessoas a se adaptarem no único método possível não favorecendo o autoconhecimento.

Sobre Educação Integral do ser humano, Krishnamurti declara que:

A civilização atual divide a vida em tantos compartimentos que a educação — excetuando-se o ensino de uma profissão ou técnica determinada — tem muito pouco valor. Em vez de despertar a inteligência integral do indivíduo, a educação o induz a adaptar-se a um padrão, vedando-lhe assim a compreensão de si mesmo como um processo total. (KRISHNAMURTI, 1976, p. 9).

Trago nas palavras de Krishnamurti ainda que:

Os sistemas, quer educativos, quer políticos, não se transformam miraculosamente; só se modificam quando há em nós uma transformação fundamental. O indivíduo é de primordial importância, e não o sistema; e, enquanto o indivíduo não compreender o processo total de si mesmo, nenhum sistema, seja da direita, seja da esquerda, trará ordem e paz ao mundo. (KRISHNAMURTI, 1976, p. 14).

Sendo os indivíduos a prioridade estes necessitam de relações e estas precisam do diálogo composto de palavras. Na Educação Integral as palavras são as portas para o homem interagir com o mundo e assim poder transformá-lo. Palavras que como dizia Paulo Freire possuem duas dimensões: da ação e de reflexão pois as palavras verdadeiras não existem sozinhas e é no diálogo que os sujeitos se encontram, se relacionam, se somam e produzem mudanças. Na obra *Pedagogia do Oprimido* ele diz:

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias

de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca das idéias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1970, p. 45).

E completo nas palavras de Moll que nos diz sobre o caminho da vida: “pensar a educação integral como educação para a vida e como ação das muitas forças sociais que podem articular-se para reinventar a escola são as tarefas que nos congregam” (MOLL, 2012, p. 30).

O livro *Série Mais Educação, Educação Integral*, do Ministério da Educação, apresenta experiências de educação integral em tempo integral de escolas brasileiras e com isto se formam conceitos sobre o processo de educar integralmente:

O Bairro-Escola é um projeto da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, iniciado em março de 2006 e sustenta-se em dois conceitos básicos: “Cidade Educadora” – que parte da ideia de que a educação não ocorre apenas nos limites da escola, mas em todos os espaços da comunidade – e “Educação Integral” – uma educação que promove o desenvolvimento da criança e do adolescente em suas múltiplas dimensões, considerando o corpo, a mente e a vida social, no sentido da construção da cidadania, do sujeito autônomo, crítico e participativo. (BRASIL, 2009, p. 19)

O conceito de Cidade Educadora surgiu em 1990 na cidade de Barcelona com uma proposta integradora da educação formal e informal que se gera no contexto da cidade e se destina a todos os que a habitam. Inclui um compromisso político, público e ativo que diz respeito, não só às famílias e às escolas, mas também às instituições públicas, entidades do governo, associações em geral, como as culturais e a outras formações coletivas (CIDADES EDUCADORAS, 1990).

A Cidade Educadora tem conexão direta com o que está escrito na constituição brasileira sobre a educação, artigo 205, como mencionado anteriormente, é um dever do Estado e da família e deve ser promovida e incentivada pela sociedade para desenvolver a cidadania.

A EAN, ao longo dos anos, vem conquistando espaço e importância dentro das políticas públicas do Brasil com o objetivo de promoção da saúde, do DHAA, da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da Soberania Alimentar. A EAN é uma possibilidade de Educação Integral e um espaço privilegiado para construção de saberes seja na escola, na comunidade, na cidade.

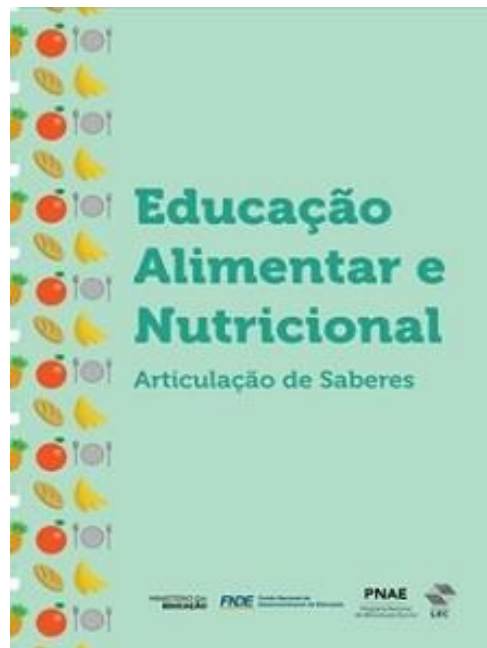


#### 4 ACHADOS DA PESQUISA: COMPREENDENDO AS RELAÇÕES E ESPAÇO DE SABERES

O livro “Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes”, foi o referencial que mais se aproximou do objetivo em conectar a Educação Integral com a EAN. Já na apresentação deste, aparece a ideia de promover a articulação entre a nutrição e a educação.

Encontrei este livro pesquisando na internet sobre EAN em fevereiro de 2019, já tinha ingressado na faculdade de nutrição e participava como coordenadora de um comitê da escola dos meus filhos para a elaboração de uma política alimentar na escola.

Figura 6 – Livro - Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes



Fonte: Web<sup>9</sup>:

O autor do texto é José Arimatea Barros Bezerra, pedagogo com especialização em Educação Popular em Saúde, doutorado em Educação Brasileira e pós-doutorado em História. Atualmente é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem experiência na área de Educação e Alimentação, atuando no ensino das seguintes disciplinas: política educacional, gestão educacional, antropologia e história da alimentação. Realiza

---

<sup>9</sup> Imagem disponível em: <https://nutricao.t4h.com.br/livros/educacao-alimentar-e-nutricional-articulacao-de-saberes/>. Acesso em 20. jan. 2023.

pesquisas sobre as temáticas: políticas públicas de alimentação e nutrição; educação, alimentação e cultura; Educação Alimentar e Nutricional; agricultura familiar; alimentos tradicionais do Nordeste, gênese do saber em alimentação no Brasil e história da alimentação. É coordenador de Gestão do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) UFC / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANEs são unidades de referência e apoio constituídas, no âmbito dos Institutos Federais de Ensino Superior – IFES, para desenvolver ações de interesse e necessidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades nas áreas prioritárias e nas formas de atuação definidas pelo FNDE. Estas parcerias são firmadas a partir da Portaria Interministerial nº 1010 de 08 de maio de 2006.

O livro, publicado em 2018 pelo MEC/FNDE/PNAE, tendo como editora a UFC, contextualiza a Educação, Alimentação e Nutrição no cenário sociopolítico Brasileiro. O FNDE, criado em 1968, é o órgão responsável por executar as políticas educacionais do Ministério da Educação, incluindo o repasse de recursos para execução do PNAE (TEO et al, 2012)<sup>10</sup>.

Em 2018, o Brasil tinha como presidente Michel Temer e como Ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho. O país tinha passado por um período em que saiu do mapa da fome, que é elaborado anualmente pela ONU, mas no mesmo ano em que este livro foi publicado era realizada a Pesquisa de Orçamentos Familiares - Análise da Segurança Alimentar (BRASIL, 2020) na qual se estimava que dos 69 milhões de domicílios pesquisados 36,7% estavam com algum grau de Insegurança Alimentar (IA). Dessa porcentagem, quase 5% estavam com IA grave, ou seja, as pessoas passam fome. Já eram 3,1 milhões de domicílios com privação quantitativa de alimentos, que atingiam toda a família. O cenário no Brasil ainda não era claro, pois as publicações, como a da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), por exemplo, foram feitas depois de 2018, mas voltávamos ao mapa da fome. E na época em que o livro foi escrito a pandemia de sobrepeso e obesidade já estava sendo debatida como apresentado, por exemplo, na Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) Brasil de 2017. A Vigitel traz estimativas sobre frequência de fatores de risco para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados do Brasil e no DF e nesse ano trouxe

---

<sup>10</sup> (ABARNO; REIS RODRIGUES; MOLL) – Apêndice 2 - Fragmento retirado do artigo “Guia Alimentar e a Educação em Ciências: desafios e interfaces com as políticas públicas”. Publicado no XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV155\\_MD1\\_SA106\\_ID348\\_01082021131849.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV155_MD1_SA106_ID348_01082021131849.pdf)

que a frequência de excesso de peso foi de 54,0% na população verificada. Em nível mundial, diversas pesquisas científicas nacionais e internacionais dos últimos 10 anos têm demonstrado evidências sobre os efeitos nocivos dos alimentos ultraprocessados na saúde das pessoas. Inclusive, foi publicado um ensaio controlado randomizado com alimentos ultraprocessados que confirmou a relação direta do consumo desses alimentos com aumentos acentuados na ingestão de calorias e no ganho de gordura corporal (USP, 2019)<sup>11</sup>.

Em relação à educação do país, nessa mesma época, já tinha sido extinto o Programa Mais Educação (PME) pelo atual governo que retoma um modelo liberal. O PME foi substituído pelo Programa Novo Mais Educação (PNME) que nada trouxe de novo, instituiu reforços escolares em Matemática e Português. Além disso, a nova política acabou com a obrigatoriedade de gastos com educação (SOARES, 2020, p. 153-154).

O PME tinha ações para incluir a Educação Integral em tempo integral nas escolas de educação básica. O programa não tinha um enfoque quantitativo e de formação de trabalhadores para mão de obra brasileira, mas sim de formação do indivíduo com competências de práxis transformadoras, um sujeito que se conhece, conhece o seu mundo e possui o potencial e crítica para viver e transformá-lo (SOARES, 2020, p. 19-80).

Após essas considerações e contextualização histórica apresento no esquema da Figura 7 o documento foco desta análise. Trata-se de um livro de entidades federativas governamentais que traz informações, conhecimentos e saberes para as práticas do PNAE. A referida obra se revela como promotora de articulação entre as temáticas: Nutrição e Educação.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é apresentada de diversas formas no documento: como uma estratégia, um campo de conhecimento e prática, uma temática articuladora, uma mediadora de diferentes práticas e conhecimentos, uma estratégia fundamental de estímulos saudáveis e como um gênero de fronteira.

É um campo de extrema complexidade ainda em construção e o conceito de EAN que se apresenta no Marco de Referência para a Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2012b) tem uma definição clara, mas precisa de um entendimento necessário pois considera a evolução histórica e política, o saber científico e popular.

O documento diz que a EAN atravessa disciplinas já que é transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, assim traz ao educando a competência de saberes da realidade da vida. Essa é uma relação direta com a Educação Integral.

---

<sup>11</sup> Ibidem

Figura 7 – Características do livro: Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes



Fonte: a autora

#### 4.1 CONHECENDO O LIVRO: Educação Alimentar e Nutricional - articulação de saberes

O livro, objeto deste estudo, se estrutura em quatro partes, conforme ilustração do quadro 11. Ao longo da obra o autor faz uma profunda descrição do que envolve EAN e sua conexão com a Educação. Não aparece nenhuma vez o termo educação integral, mas o conceito está imbricado na ideia e nome de educação progressista além das referências em autores como Paulo Freire.

Quadro 11 – Estrutura do livro Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes

**Estrutura do Documento**  
Livro: Educação Alimentar e Nutricional (EAN): Articulação de Saberes

Parte 1 Referências Básicas para Ações de EAN	Parte 2 Alimentação e Nutrição, EAN e Ciências Humanas	Parte 3: Educação Alimentar e Nutricional e Dialogicidade	Parte 4 Educação Alimentar e Nutricional e Articulação de Saberes
<b>Capítulo 1:</b> Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas	<b>Capítulo 4:</b> Saberes Necessários ao Desenvolvimento do Pensamento Relacional em Alimentação e Nutrição	<b>Capítulo 6:</b> Fundamentos para o Desenvolvimento de EAN numa Perspectiva Dialógica e Relacional	<b>Capítulo 8:</b> Articulação de Saberes como Pressuposto e Norte para Ações de Educação Alimentar e Nutricional
<b>Capítulo 2:</b> Guia Alimentar para a População Brasileira	<b>Capítulo 5:</b> EAN em Perspectiva Histórica: Ações e Enfoques Predominantes	<b>Capítulo 7:</b> Pressupostos e Conceitos de uma Pedagogia Dialógica	<b>Capítulo 9:</b> EAN numa Perspectiva Interpolitransdisciplinar
<b>Capítulo 3:</b> Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade			

Fonte: a autora (2023)

Na Parte 1: O autor traz para a questão três documentos normativos sobre políticas e ações de EAN: O Marco de Referência para EAN, o Guia Alimentar da População Brasileira (GAPB) e a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle de Obesidade. Esses três documentos são considerados a base de conhecimento oficial no Brasil para orientação, com princípios, conceitos e orientações primordiais para a finalidade de EAN. O Marco de Referência de EAN apresenta o conceito de EAN sendo que o GAPB e a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle de Obesidade indicam e consideram o Marco de Referência de EAN como apoiadores das ações da EAN. O GAPB é um norteador base para profissionais da área da saúde, mas também com linguagem acessível para a população, por isso tão importante instrumento de EAN. O documento Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle de Obesidade objetiva: “prevenir e controlar a obesidade na população brasileira, por meio de ações intersetoriais, promovendo a alimentação adequada e saudável e a prática de atividade física no ambiente que vivemos” (BRASIL, 2014, p. 13).

Estes três documentos apresentados possuem conceitos, expressões, princípios, objetivos em comum que foram agrupados no quadro 12.

Quadro 12 – Perfil dos documentos oficiais

**Quadro de elementos em comum nos documentos oficiais:**

<b>Marco Regulatório Educação Alimentar e Nutricional</b>	<b>Guia Alimentar da População Brasileira</b>	<b>Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle de Obesidade</b>
EAN não tem uma formação profissional específica.	O GAPB não é um manual, não tem respostas prontas, traz a compreensão.	Não tem uma norma, não é uma estratégia simples.
Busca escolhas conscientes.	Busca escolhas voluntárias de acordo com a realidade concreta.	Busca mudanças voluntárias, sem culpabilização.
Valoriza a cultura alimentar local.	Valoriza a cultura e a subjetividade (aproveitamento integral dos alimentos, comensalidade, fome, prazer, ritual)	Agricultura familiar e economia local.
Educação permanente transdisciplinar, intersectorial e multiprofissional.	Educação permanente, Educação Intersectorial, Transdisciplinar e Transversal.	Educação Intersectorial, comunicação, informação, indica o Marco EAN e GAPB (educação permanente).
Formação: Profissional Policompetente.	Formação: Profissional Policompetente.	PNAE - CECANes Nutricionistas SUS
Sistema alimentar integral com suas relações econômicas, humanas e sociais. Com ética, justiça, equidade, soberania e democracia.	Alimentação saudável provém de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente saudável.	Sistema alimentar favorecendo circuitos curtos.

Fonte: a autora (2022)

Estes elementos em comum demonstram a complexidade do campo da Alimentação e Nutrição, os quais necessitam estudos permanentes tanto na formação de profissionais, como nos indivíduos, na busca do saber e envolvem a consciência, autoconhecimento além da vontade para buscar as escolhas, que não possuem normas específicas, mas valorizam a cultura local, sistemas alimentares saudáveis para o ambiente e a sociedade.

Parte 2: Relaciona a Alimentação e Nutrição com as Ciências Humanas, mais especificamente com a História e Antropologia. Apresenta a importância da gênese, do conjunto de fatos, de elementos e seus saberes relacionados à alimentação, nutrição, história, sociedade, mas também os seus conceitos, para produzir diagnósticos, relacionar problemas, desenvolver metodologias para ações em EAN. Com isto se formam as articulações entre saberes e formação de um profissional policompetente. Segundo Edgar Morin, o profissional policompetente é aquele que se depara com problemas complexos e consegue romper o isolamento entre disciplinas, fazendo relações e articulações e assim surge uma síntese com novas hipóteses explicativas (MORIN, 2003, p. 112).

Esta parte do livro mostra um pouco da história da EAN no Brasil relacionando a época da década de 40 em que a educação da escola nova trazia a prática de “aprender a fazer, fazendo”

o que influenciou o “aprender a comer, comendo”. Ao longo dos anos surge o Programa Nacional de Alimentação Escolar, universalizando a alimentação escolar na educação básica, mas com poucos avanços em EAN.

Parte 3: Se dedica a trazer informações sobre as tendências pedagógicas da educação brasileira que são baseadas em referências de José Carlos Libâneo e Cipriano Carlos Luckesi, a perspectiva Liberal e a Progressista. A Liberal se divide em tradicional, renovada e tecnicista e explica que essa perspectiva não se relaciona com mudanças sociais, mas sim busca manter esta estrutura da sociedade e prioriza a educação preparando os alunos para desempenhar seus papéis na sociedade.

Já a perspectiva da Educação Progressista se formou pela chamada pedagogia crítico-social dos conteúdos ou pedagogia dialógica, referenciando o livro Educação e Mudança de Paulo Freire. Conceitos de práxis, comprometimento, visão crítica da realidade diferenciando a consciência crítica da ingênua são utilizados para tratar um exemplo de problema complexo em relação a alimentação e nutrição que é o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), uma vez que estes necessitam de transformações sociais e culturais. O livro em análise acredita em uma pedagogia ativa, com diálogo entre o homem e a sociedade, que sintetize saberes acadêmicos e populares, formando indivíduos mais solidários, com um compromisso social e engajamento nas transformações.

Parte 4: A última parte do livro aborda a interpolitransdisciplinaridade ou Ecologia dos Saberes, para a construção da EAN eficaz e permanente. É uma perspectiva construída na articulação de saberes acadêmicos e populares, e da junção de disciplinas da área de Ciências da Natureza e Humanas, a transdisciplinaridade, produzindo uma síntese com um novo saber. As junções e articulações de saberes necessitam e ao mesmo tempo são as formações dos profissionais policompetentes que reconhecem a interdependência das ciências e articulam, organizam e estruturam conhecimentos diferentes formando uma unidade.

No último capítulo o autor traz a interpolitransdisciplinaridade na construção da EAN como solução para problemas complexos como a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN). A educação, história, antropologia, economia, áreas ligadas à saúde, o Estado e a sociedade se articulando com compromisso social em busca de transformações e soluções. Áreas como a antropologia, que trazem muito sobre a cultura alimentar, a sustentabilidade e a gastronomia, são sintetizadas para a formação metadisciplinar com profissionais policompetentes.

Bezerra aborda o enfrentamento de questões, como a obesidade, na perspectiva interpolitransdisciplinar da EAN sendo uma área:



[...] que perpassa diferentes âmbitos, rompe fronteiras, promove intercâmbios, fecunda novos campos e realiza sínteses dialéticas. Ou seja, sínteses que podem conectar, de forma profícua, diferentes conhecimentos, saber acadêmico e saber popular, tendo em vista soluções para enfrentar a obesidade como um fenômeno complexo. (BEZERRA, 2018, p. 108).

#### 4.2 EAN: (INTER)CONECTANDO SABERES

O livro traz o conceito de EAN explicando minuciosamente sua complexidade e conexão com a diversidade de temas nele contido. A partir desta afirmativa, é importante ressaltar que não há aqui a presunção de realizar uma ampla análise da obra, mas de desenvolver através do conceito de EAN e a visão do autor, uma ponte com a Educação Integral, enquanto recorte e foco de análise da obra.

No quadro 13, a seguir, são colocados lado a lado os conceitos de EAN, DHAA e SAN buscando demonstrar que suas definições e aplicabilidade se apresentam complementares e interdependentes.

Quadro 13 – Conceitos EAN, DHAA e SAN

EAN	DHAA	SAN
<p>[...] é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, <b>transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis</b>. A prática de EAN deve fazer uso de abordagens e <b>recursos educacionais</b> problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, <b>considerando todas as fases do curso da vida</b>, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (BRASIL, 2012, p. 23) [grifo nosso].</p>	<p><b>A alimentação adequada é o direito fundamental do ser humano</b>, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público <b>adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população</b>. (BRASIL, 2006b, p. 2). [grifo nosso]</p>	<p>A <b>segurança alimentar e nutricional</b> consiste na realização do <b>direito de todos</b> ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base <b>práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis</b>. (BRASIL, 2006b, p. 2). [grifo nosso]</p>

Fonte: a autora (2023)



A EAN tem como hierarquia principal a realização do DA e o combate da Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) sendo muito importante objetivar que a InSAN é um conceito que vai além da fome pois esta não é algo que possa necessariamente ser visto no corpo, mas também em processos do organismo que mostram a falta de nutrientes. O indivíduo pode ter desde a fome até o sobrepeso e/ou obesidade e estar com InSAN.

A fome é a sensação provocada pela privação de nutrientes e a Insegurança Alimentar e Nutricional atualmente é classificada em três níveis: 1 – leve: preocupação da família não conseguir alimento no futuro; 2 – moderada: quando a família necessita economizar na quantidade e variedade para que não falte até a próxima provisão; 3 – grave: quando uma pessoa ou a sua família passa fome (CONTI, 2009).

Bezerra (2018) apresenta o conceito de SAN e aborda que para esta ser efetivada é necessária uma mudança social e cultural, uma democracia com estabilidade econômica e compromisso social garantindo o acesso à alimentação adequada e saudável.

Compromisso social aparece seis vezes no livro e o conceito se relaciona com a obra Educação e Mudança de Paulo Freire que apresenta o compromisso profissional. Desvendando o conceito, Paulo Freire (2008) nos diz que a pessoa que consegue se comprometer é aquela capaz de agir e refletir, que tem a consciência do seu lugar no mundo, é capaz de atravessar os limites que lhe são impostos, assim sendo, um ser de práxis, um indivíduo que através da sua relação com o mundo, com o conhecimento da realidade, consegue transformá-lo. Portanto, o indivíduo exerce o humanismo que só tem fundamento na ciência e com compromisso de transformação de problemas concretos, que impeça o homem de ser mais.

O compromisso profissional necessita de permanente incremento pois o mundo está em constante transformação, necessita atravessar as fronteiras do especialismo para ter uma visão crítica da realidade (FREIRE, 2008). Importante ressaltar que profissional é um ator social que pode ser um educador, mas não necessariamente, e que objetivam transformações sociais. A EAN necessita de atores comprometidos com a luta de transformação social para a garantia de SAN e do DHAA.

Seguindo no conceito de EAN, “[...] é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional [...]” (BRASIL, 2012b, p. 23). A partir deste entendimento, sobre o campo do conhecimento, como uma ciência, o autor Boaventura de Souza Santos em seu artigo “Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna” traz a questão e diz que todo conhecimento é local e total sendo que atualmente estamos sempre na especialização, no disciplinar que remete à disciplinado, ou seja, separa e polícia as fronteiras entre as disciplinas, reprimindo os que avançam o pé (SANTOS,

2006, p. 64). Mas na verdade, para o autor, na ciência pós-moderna, o conhecimento é total e local pois:

Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adotados por comunidades interpretativas concretas como projetos de vida locais...A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progredem ao encontro uns dos outros. (SANTOS, 2006, p. 65).

Santos (2006) também salienta que os conhecimentos locais são incentivados a mudar para outros lugares cognitivos onde são usados em outro contexto, ou seja, desenvolve-se ações para um mundo conforme o local, conforme as possibilidades. A ciência pós-moderna não possui estilo e sim uma configuração de estilos.

Figura 8 – JOGO DE PALAVRAS TIRADAS DO LIVRO RELACIONADAS COM OS CONCEITOS DE EAN



Fonte: a autora (2023)

Ainda sobre o campo do conhecimento, o livro traz uma enxurrada de conceitos além dos que estão contidos no Marco EAN (transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional). No centro da Figura 8 estão as palavras contidas no conceito de EAN escrito no Marco de Referência de EAN e, em seguida todos os conceitos trazidos pelo livro que se relacionam e vão além destas três. Trazendo para o objetivo de pesquisa que se trata de compreender aspectos legais e de políticas governamentais que orientam a EAN na perspectiva de uma Educação Integral da

população brasileira, entendemos que todas estas palavras conversam com a Educação Integral, fazendo parte das relações e dos intercâmbios que envolvem o ensinar e aprender. E o educador e o educando se misturam, como dizia Paulo Freire “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 12). Nesse mesmo contexto Freire destaca que:

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. [...] Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade. (FREIRE, 1996, p. 12).

Podemos sintetizar, na complexidade da EAN e fazendo parte da Educação Integral, que ela envolve indivíduos comprometidos, com uma visão local e total, configurando estilos, com a prática do ensinar-aprender em relações dialógicas. Outro aspecto da relação entre Educação Integral e EAN são as abordagens relacionadas ao contexto histórico e como já vimos anteriormente, o conceito de EAN se relaciona com o momento da sociedade e sua cultura. Na atualidade a EAN tem como prioridade lutar pelos direitos sociais, realizar o DHAA e combater a InSAN, pois convivemos, em nível mundial, com as pandemias da desnutrição, obesidade e mudanças climáticas. A Educação Integral é a possibilidade para a realização da EAN, para a formação de sujeitos com preparo para exercer a cidadania.

O quadro 14 apresenta uma concepção de Educação Integral e o conceito da EAN. Vemos que a Educação Integral é a apropriação da história das culturas formando indivíduos para atuarem na sociedade em que pertencem. A EAN não existiria sem a história, a sociedade e a cultura. O alimento, faz parte do princípio da existência biológica humana, está em todas as culturas, portanto a Educação Integral também é a EAN. Segundo o autor Paro, a “Educação Integral, em última instância, é um pleonismo: ou a educação é integral ou, então, não é educação” (PARO, 2009, p. 13).

Quadro 14 – Concepção de Educação Integral e Conceito de EAN

Educação Integral	Educação Alimentar e Nutricional
<p>Envolve diversas e abrangentes concepções da formação dos indivíduos (CAVALIERI, 2010).</p> <p>A concepção sócio-histórica: [...] diz respeito à formação integral do homem para agir política e socialmente, em vários momentos históricos e de sua própria história, por meio de uma formação humana mais completa, multidimensional (PESTANA, 2014, p. 37).</p> <p>O significado de ser humano inclui a produção do homem, a sua história, feita na prática da vida. Assim se fazem os humanos-históricos. A produção histórica que inclui conhecimento, ciência e várias coisas, é a produção da cultura. (PARO, 2009).</p> <p>O homem se apropria de toda a cultura produzida em outros momentos históricos, e assim ele se faz histórico. Enfim, a essa apropriação de cultura, nós chamamos de Educação Integral (PARO, 2009, p. 17).</p> <p>A Educação Integral inicia-se no nascimento e prossegue com a aprendizagem sobre o universo cultural, durante todo o processo de desenvolvimento das pessoas, pois é na vida cotidiana que se objetivam as ações humanas e nela se inscrevem os resultados do conhecimento humano, de suas conquistas e desafios. (GUARÁ, 2006, p.17).</p>	<p>[...] é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática de EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar." (BRASIL, 2012, p.23).</p>

Fonte: a autora (2023)

Ainda no conceito de EAN “[...] visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis [...] deve fazer uso de recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais” (BRASIL, 2012b, p. 23).

A palavra autônoma ou autonomia se repetiu dezessete vezes no livro e a palavra voluntária nove. Autônomo, no dicionário Houaiss significa 1: dotado da faculdade de determinar as próprias normas de conduta sem imposições de outrem (diz-se de indivíduo, instituição, etc.) (HOUAISS, 2009, p. 225). Já voluntária, pelo mesmo dicionário, significa 1: que não é forçado, que só depende da vontade; espontâneo (HOUAISS, 2009, p. 1958). Pensa-se aqui que o ato com autonomia tem mais relação com a formação do indivíduo do que a vontade do voluntário e que no contexto do conceito de EAN podem se complementar porque entende-se que é mais

permanente as condutas, quando se relacionam com a vontade. Sobre a ligação das palavras autonomia e vontade:

A autonomia pressupõe a dignidade e autenticidade humana. Em consonância com isso, apontamos a formação da vontade como uma questão importantíssima para a educação que queira formar para a autonomia hoje, tendo em vista a frequente estetização da vida, que promove o isolamento e a massificação. (ZATTI, 2007, p. 71).

Paulo Freire em sua obra “Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos” (2000) destaca que a vontade quando está enfraquecida, é difícil decidir e a plena autonomia se dá quando se aprende a fortalecer a vontade sendo superior às vontades externas, como um confronto contra a exploração capitalista ou a ingênua vontade e vício de comer açúcar.

Sobre os recursos educacionais problematizadores e ativos para favorecer o diálogo, podem ser entre indivíduos e grupos populacionais, ou seja, aborda o todo, poder público, setores da sociedade, profissionais, organizações, associações, etc. O diálogo, segundo o livro, possui influência dialética, ou seja, que é reflexo do mundo exterior e dos objetivos vivenciados pelos sujeitos e que contribui para compreender-se como se dá a dinâmica e as transformações dos homens e da sociedade (SOARES, 2020, p 24). Por isso também o livro relata que a EAN é um definidor de política alimentar e nutricional.

E por último, fechando o conceito de EAN “[...] considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar” (BRASIL, 2012b, p. 23). Durante o transcorrer dos capítulos do livro vê-se que o termo “sistemas alimentares” aparece quatorze vezes e “comportamento alimentar” foram sete vezes. Conforme a Figura 9, percebe-se que os dois termos possuem uma grande ligação e foi aprofundada no livro pela área da ciência da Antropologia trazendo os autores Contreras e Arnaiz (2005):

Os autores afirmam ainda que [...] aos sistemas culturais distintos correspondem sistemas alimentares diferentes, [...] sendo que o comportamento alimentar decorre de regularidades e especificidades estabelecidas culturalmente por meio de normas do processo de socialização. Tais comportamentos formam a base da cultura alimentar [...]. (BEZERRA, 2018, p. 51).

Figura 9 – Relação de Sistema Alimentar e Comportamento Alimentar pela Antropologia



Fonte: a autora (2023)

Conforme Contreras e Arnaiz (2005) podemos concluir que os Sistemas Alimentares retratam a cultura das sociedades. Na atualidade vemos outro cenário se apresentar em que os Sistemas Alimentares sofreram grandes impactos e modificações globalizadas. O livro de McMichael, Regimes Alimentares e questões agrárias, traz a história dos Sistemas Alimentares, que passa por um **Período Colonial** entre 1870-1930, na época das Grandes Navegações onde transitavam alimentos, o **Período Mercantil/Industrial** que surge em 1950 e segue até 1970, foi quando surgiu a industrialização e com ela os enlatados, embutidos e seus conservantes, e o **Período Emergente** que surge nos anos 2000 e segue até hoje. Nos dias atuais os Sistemas Alimentares tiveram uma grande alteração e suas normas, regularidades e especificidades já não são ditadas prioritariamente pela cultura das sociedades e sim pela indústria de alimentos, pelas grandes redes de supermercados centralizando a distribuição, pelo agronegócio e criação de animais e pela globalização que fizeram do alimento um ativo financeiro (McMICHAEL, 2016).

Nossa comida provém de monoculturas, de exploração de animais para abate e com excesso de agrotóxicos. É empobrecida, muito homogênea, com pouca variedade, o alimento não possui identidade e não conhecemos a sua biografia. Esse tipo de Sistema Alimentar hegemônico que nos domina atualmente (aumentando a Insegurança Alimentar e Nutricional, as

Mudanças Climáticas, ameaçando a Soberania Alimentar) é a causa central da Sindemia Global que estamos vivendo.

O sistema alimentar hegemônico está firme e forte com toda a repercussão destrutiva à saúde humana e planetária por vários motivos entre eles o apoio do governo e do poder que é financiado pelos empreendedores, pouca atuação da sociedade, as empresas possuem uma defesa jurídica extremamente forte, e todos vivem como se não houvesse amanhã, tudo pelo dinheiro do agora (IDEC, 2021).

Segundo o Relatório Sumário da comissão *Eat Lancet* (2018), a comida é a alavanca mais forte para otimizar a saúde humana e a sustentabilidade ambiental na Terra (EAT LANCET, 2018, p. 5). Ao mesmo tempo também diz que ainda não existe um consenso global sobre o que constitui uma dieta saudável e a produção sustentável de alimentos (EAT LANCET, 2018, p. 7). Essa comissão apresenta um novo termo que é a dieta de saúde planetária relacionando a saúde dos humanos e do planeta com a comida. E ainda traz estratégias para a transformação alimentar, entre elas a educação para a sustentabilidade.

Figura 10 – Diálogos e Articulações: compreendendo a cultura alimentar pela Antropologia



Fonte: a autora (2023)

Um esquema na Figura 10 apresenta a última parte do livro da EAN na perspectiva interpolitransdisciplinar onde mais detalhadamente a antropologia aparece de forma essencial para a compreensão da importância da cultura alimentar e suas ligações com as escolhas alimentares, os saberes, a cozinha e na formação do sistema alimentar.

Os Sistemas alimentares devem favorecer circuitos curtos já que uma alimentação saudável provém de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente saudável, além disso, deve ser integral com suas relações econômicas, humanas e sociais com ética, justiça, equidade, soberania e democracia.

A palavra soberania aparece duas vezes no livro. Uma delas é escrita de forma composta, como Soberania Alimentar. Entendemos ser de grande importância e de inter-relação com a SAN. Soberania Alimentar, conforme Conti (2009) está intimamente relacionada com as relações de economia e comércio internacional e precisam ser reguladas pelo Estado para manter o equilíbrio na produção e abastecimento interno do país. Quando não é mantido ocorre a desnutrição, padrão alimentar homogêneo, monótono e muitas vezes fora do padrão cultural adequado.

Já a palavra sustentabilidade, se repete treze vezes no livro e no contexto das diferenças entre a Soberania Alimentar e Segurança Alimentar, levando em consideração o avanço dos conceitos, mas também as disputas sociopolíticas, Hoyos diz que sustentabilidade:

[...] é um princípio político que, com o nome de “sustentabilidade ambiental”, se encontra presente desde as origens da proposta de Segurança e Soberania Alimentar, com a diferença de que nesta última este princípio tem relação direta com o sistema de produção agrícola promovido, e na primeira não se estabelece este tipo de relação. (HOYOS; D'AGOSTINI, 2017, p. 188).

Sabe-se que a monocultura e o uso de agrotóxicos precisam ser minimizados e substituídos por produções de biodiversidade, que tragam harmonia e equilíbrio ao planeta. Ao mesmo tempo, Hoyos também coloca a importância da estabilidade e paz na política e economia dos alimentos, para não serem utilizados como trunfo de pressão política, sendo uma condição prévia para a conquista dos propósitos de ambas as propostas.

Na Figura 1 dessa dissertação está o mapa conceitual de organização para esta pesquisa e aparecem os diferentes Sistemas Alimentares e a necessidade de busca e sincronização com as demandas sociais, o que significa por exemplo que as mulheres não vão voltar para a cozinha e os homens também não, até porque nunca foram, portanto existe uma questão de forte mudança também influenciando com seus prós e contras as cadeias de alimentos.



Voltando na perspectiva da interpolitransdisciplinaridade na EAN e trazendo para o debate de problemas complexos como as pandemias da obesidade, mudanças climáticas e desnutrição que só puderam ser diagnosticadas com interconexão de saberes pois como dito anteriormente, elas interagem umas com as outras e possuem os mesmos determinantes, sendo chamada de Sindemia (IDEC, 2019). Alguns desses determinantes são o consumo de ultraprocessados, as cadeias longas de distribuição de alimentos, a agricultura homogênea com excesso de agrotóxicos e a pecuária. A partir desta questão complexa elaborou-se a figura 11 sobre a Sindemia Global.

Figura 11 – Sindemia Global



Fonte: a autora (2023)<sup>12</sup>

Ao mesmo tempo, o Relatório Sumário da Comissão *Eat Lancet* (2018) propõe, entre as estratégias para dieta de saúde planetária, o investimento em educação para a sustentabilidade (EAT LANCET, 2018). A partir dos conceitos de Soberania Alimentar, Agrobiodiversidade, SAN e Educação Integral a figura 12 objetiva representar a articulação de saberes e compondo uma perspectiva interpolitransdisciplinar na EAN.

---

<sup>12</sup> Imagens extraídas da Web pela autora para composição deste quadro.

Figura 12 – Interpolidisciplinaridade na EAN



Fonte: a autora (2023)<sup>13</sup>

Finalizando a análise da obra, foi feita uma busca de quantas vezes se repetem ao longo do livro as principais palavras contidas no conceito de EAN. Assim, foi elaborado um jogo de palavras conforme a Figura 13 onde as palavras maiores são as que mais apareceram e as menores as que menos apareceram no livro em análise.

<sup>13</sup> Imagens extraídas da Web pela autora para composição deste quadro

Figura 13 – No Livro: termos mais utilizados a partir do conceito de EAN



Fonte: a autora (2023)

Na perspectiva da relação do livro EAN, Articulação dos Saberes com a Educação Integral percebe-se que o conceito, as metodologias e as formas de se fazer EAN estão colocados de uma forma clara, de quebrar todos os “muros”, romper fronteiras entre as áreas popular e acadêmica, mas também intra-acadêmica (transdisciplinares, interprofissionais e multiprofissionais) promovendo diálogos e sínteses frutíferas, um sistema teórico comum, interpolitransdisciplinar. Ao mesmo tempo, na Educação Integral, há de se levar os educandos para a “escola da vida”, que naturalmente é a mesma escola dos formandos na EAN.

No texto referência para o debate Nacional, Educação integral, do MEC de 2009, aparece o termo “comunidade de aprendizagem”, o qual é definido da seguinte forma:

Uma comunidade de aprendizagem é uma comunidade humana organizada que constrói um projeto educativo e cultural próprio para educar a si própria, suas crianças, seus jovens e adultos, graças a um esforço endógeno, cooperativo e solidário, baseado em um diagnóstico não apenas de suas carências, mas, sobretudo, de suas forças para superar essas carências. (TORRES, 2003, p. 83):

Portanto, a ponte entre a Educação Integral e a Educação Alimentar e Nutricional se dá pela quebra dos portões, dos muros, das fronteiras, na construção de relações que produzam uma EAN como um campo fértil, parte prioritária do direito à educação, possibilitando conectar os seres com a integralidade da vida, tanto na dimensão individual quanto coletiva (comunidade ou sociedade), assim como, na conexão do homem-natureza e seu bem maior que é o nosso

planeta para as transformações e conquistas dos direitos humanos, da saúde planetária e, do maior bem do ser humano, a felicidade.

Importante ressaltar sobre o diálogo de diferentes setores de áreas da ciência, o autor Boaventura de Souza Santos que anuncia o Paradigma Emergente das Ciências onde a separação das Ciências naturais e sociais deixa de ter utilidade e que a visão humana da ciência social será catalisadora da união das duas ciências. Para Santos (2006), é necessária uma profunda transformação humana onde a prioridade será transformar o mundo e deixar de manipulá-lo. O autor afirma que “[...] não há natureza humana porque toda natureza é humana. [...] É necessário descobrir categorias que [...] derretam as fronteiras em que a ciência moderna dividiu e encerrou a realidade [...]” (SANTOS, 2006, p. 63). Ao mesmo tempo, é imprescindível dialogar com o conhecimento do senso comum pois é na rotina e experiências que damos ações e sentido em nossas vidas, enriquecendo nossa relação com o mundo. O conhecimento do senso comum é conservador e mistificado, mas ao mesmo tempo é utópico, libertador, não tem uma prática específica e disciplinar, cresce conforme a espontaneidade da vida e isso pode ser potencializado em diálogo com o conhecimento científico (SANTOS, 2006).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria.

[...]

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária. (RIBEIRO, 2006, p. 120)

Aproximo as palavras de Darcy Ribeiro das reflexões deste estudo para explicitar tristeza, indignação, profunda preocupação, mas também a força que a compreensão da realidade traz, com esperança e utopia para enfrentar o status quo e lutar, com sentido de urgência, para a construção de um mundo melhor com saúde para a humanidade e para o planeta.

Esta pesquisa, se encerra, mas seguirei trabalhando e pesquisando para ter o sonho de contribuir, nem que seja como um grão de areia, na Educação Integral para que mova à consciência verdadeira, com diagnósticos locais e totais, através de muito diálogo, desenvolvendo compromisso social nas pessoas.

A partir da análise documental, trago uma síntese do material desenvolvido. Analisar e diagnosticar as partes, composta de variados documentos, para depois fazer as conexões entre elas, com uma visão ampla da situação e da complexidade da problemática. Fazer as conexões significou mesclar e ultrapassar as fronteiras das disciplinas e profissões, das ciências sociais e da natureza e dos saberes tradicionais.

A escolha do título do trabalho, **Alimentação, Nutrição e Saúde: a Educação Integral como espaço de diálogo e interconexões de saberes**, foi pensada obviamente para trazer a noção do trabalho, a Alimentação, que remete à nossa comida, nossas escolhas, a Nutrição, será a causa das escolhas e a Saúde que engloba todo significado do conceito explicado, para além da ausência de doença, com relações diretas na SAN, na Soberania Alimentar e nos direitos humanos à saúde, educação e alimentação adequada.

O título continua e se interliga com o objetivo geral desta pesquisa: compreender aspectos legais e de políticas governamentais que orientam a Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva de uma Educação Integral da População Brasileira. Ou seja, buscar as conexões de todos os aspectos anteriores que são Alimentação, Nutrição e Saúde, na ideia do diálogo e interconexões de saberes, com a Educação Integral, que foi priorizada ao longo de todo o trabalho na forma da Educação Alimentar e Nutricional como parte fundamental da integralidade do homem.

Os questionamentos que me levaram a fazer essa pesquisa tiveram o propósito de responder: Qual a importância da EAN em consonância com a Educação Integral? Se a EAN não estiver conectada com a integralidade acaba ficando na mesmice das ações pontuais e com visão limitada, disciplinando, dividindo e compartimentando esse campo integral de ciências, não desenvolvendo a Ecologia de Saberes, não havendo o compromisso social para as transformações necessárias das histórias e culturas da humanidade. Qual a prioridade da inclusão na rotina escolar da EAN e em todos os espaços da comunidade escolar? A alimentação está em todos os espaços escolares, desde a portaria que recebe alimentos, nas secretarias ou nas reuniões, que servem café, nas cantinas, nos lanches trazidos de casa, nas comemorações, nas feirinhas dos escolares, nos mercados dos arredores, nas hortas, nas divulgações da escola, nos trabalhos e nas salas de aula, em todas as disciplinas. Portanto, na EAN a sala de aula deve ser aberta, não existe um espaço de ação definido e segundo o Marco de Referência de EAN “A educação alimentar e nutricional está em todos os lugares e, ao mesmo tempo, não está em lugar nenhum” (BRASIL, 2012b, p. 14). A EAN deve ser aproveitada em todos esses espaços, com todos incluídos como educadores e educandos em diálogos para o desenvolvimento de consciência, conhecimento, intercâmbios de saberes produzindo comprometimento com a cidadania e com as transformações sociais necessárias.

Os objetivos específicos do trabalho: **identificar as leis, programas e documentos governamentais relacionados à EAN e construir um registo dos conceitos e da história sobre a EAN e Educação Integral, assim como dos direitos sociais, e suas interfaces com as diretrizes de orientações das leis do país.** Esta parte da dissertação trouxe o embasamento para a pesquisa e vem da construção de conhecimento com muita leitura de autores, artigos, obras, mas também de estudo de documentos oficiais governamentais os quais juntaram as áreas da Alimentação, Nutrição e Saúde com a da Educação Integral.

A execução das leis do país está muito distante da realidade. Fazendo a síntese do que vimos sobre a SAN e a realidade da fome e InSAN do Brasil atual, é trágico ver que infelizmente, ela é construída, destruída e reconstruída de uma forma histórica. Desde o exemplo de

Josué de Castro, símbolo de resistência e heroísmo em conquistas para o povo brasileiro, onde na década de 30-40, quando se trouxe a perspectiva dos alimentos a partir dos seus macronutrientes e conseqüentemente se pode medir a quantidade necessária para o ser humano viver, ele construiu e conquistou políticas públicas embasadas nisto, como o salário-mínimo, que ajudaram para aplacar a fome. Naquela época a fome era percebida nas pessoas desnutridas em seus corpos esqueléticos e na morte por subnutrição.

Na década de 80-90 se iniciaram vários movimentos no país demonstrando a situação da fome brasileira, incluída no mapa da fome mundial da ONU. Em 2015, com o programa Fome Zero e suas políticas públicas, criadas desde 2003, o Brasil consegue sair do mapa da fome. Mas logo, em 2016, começaram a ser desmontadas, pelo Estado, muitas destas conquistas em políticas públicas como o Programa Bolsa Família, o PNAE que se encontra com o valor congelado desde 2017, etc. E agora o Brasil retorna de forma grave ao mapa da fome, independente da bagagem, experiência e conhecimento para lidar com a situação, mesmo que esteja sendo vista de forma diferente. Diferente por quê?

O governo, em 2018, faz declarações que o Brasil não tem fome porque não tem pessoas com corpos esqueléticos. Isso é um erro, uma ignorância quando não se tem a compreensão da fome e InSAN nos dias de hoje. A desnutrição não está relacionada necessariamente por peso e existe um processo de geração da fome, onde a pessoa pode até ter sobrepeso ou obesidade. E a questão, de qualquer forma, é que o Estado não pode atuar em relação à fome só quando as pessoas estão esqueléticas. Toda insegurança alimentar, não importa se leve, moderada, grave, necessita de um olhar atento do Estado em busca de soluções.

A fome, historicamente, primeiro era encarada como individual, a pessoa era incapaz e passava fome, depois pode ser compreendida como epidêmica, onde crises como a seca ou as guerras eram vistas como crises de episódios sociais. Hoje temos uma crise sanitária, social, econômica, política, ambiental, que já está aumentando desde 2016.

A fome é um problema que descortina estigmas sociais, pois somos uma sociedade com fobia dos pobres e das minorias e isto é um fator importante que limita a liberação de agenda dos direitos sociais, mesmo estando garantidos na constituição. Hoje somos 33 milhões de brasileiros com fome, e mais da metade da população com insegurança alimentar leve ou moderada.

Outro objetivo específico da pesquisa: **mapear e analisar publicações referentes à EAN relacionadas, ou não, com a Educação Integral no período de 2012 a 2022 (Capes, BDTD e Repositório Institucional da UFCE)**. Foi feito o Estado do Conhecimento e evidenciado a dificuldade da implementação da Educação Alimentar e Nutricional tanto no âmbito da

formação de profissionais nas Universidades como as Nutricionistas e Pedagogas, como na efetivação da prática de uma forma ampla, complexa, permanente e contínua conforme o seu conceito, tanto em escolas como na população em geral. Portanto, existem demonstrações claras de que necessitamos aprimorar, implementar e verificar a execução das nossas políticas públicas, reavaliar os projetos pedagógicos de universidades, de formadores de EAN no PNAE, em escolas, comunidades.

Para existir uma EAN é preciso conectar as disciplinas, as profissões, os moradores das comunidades, os saberes tradicionais e juntar com a história e cultura do local, portanto, sim, é um caminho complexo e precisa ser integral. Mas infelizmente, neste Estado do Conhecimento, as buscas de publicações de EAN relacionadas com a Educação Integral foram praticamente inexistentes. Foram apenas seis trabalhos que aparece o termo integral, seja ele em saúde ou indivíduo, mas não aparece o conceito de Educação Integral, mesmo com todas as variações de descritores e bases de dados buscadas.

Dentro do contexto desta pesquisa ficou constatado que na área científica da EAN precisam mais estudos alinhados com a Educação Integral, como este que fiz e pretendo continuar em outros trabalhos. A sociedade e o planeta têm urgência de estudos e pesquisas científicas que articulem e valorizem saberes e que unam as ciências da natureza com as ciências sociais.

Ainda dentro dos objetivos específicos: **Apontar e descrever o conceito da EAN, sua complexidade e sua relação com a Educação Integral a partir da análise do livro “Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes”**. Este livro corrobora e traz o entendimento da EAN alinhada com a Educação Integral, mesmo não usando este termo. É um livro de entidades federativas governamentais e trouxe a segurança e o caminho para a busca do objetivo geral da pesquisa de compreender aspectos legais e de políticas governamentais que orientam a Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva de uma Educação Integral da População Brasileira.

É preciso reinventar a escola, pois o mundo se transformou de muitas maneiras, como na tecnologia, mas a escola segue engessada e controlada para manter a “ordem” e assim também estaciona o progresso da democracia. É uma tarefa complexa que não pode ser feita só pela escola e sim com toda a comunidade, o bairro, a cidade, e com uma Educação Integral, que leva em consideração as práticas do cotidiano da vida para aprendermos e atuarmos na vida.

A Educação Integral, no contexto da cidade educadora, é uma tarefa compartilhada da família e escola, mas também de outros agentes, formando um novo sistema educativo que vai acompanhar toda a vida do indivíduo, um ser político pertencente. E no espaço da cidade, onde



se dá a práxis da vida com seus contextos e dificuldades, como a Insegurança Alimentar e Nutricional, a Sindemia e seus determinantes, entre eles os sistemas alimentares atuais, o desperdício de alimentos e a desigualdade social, temos a possibilidade de ensinar e aprender, de dialogar com diferentes setores das áreas da ciência, do governo, de movimentos sociais e também diálogo entre gerações, para uma consciência, autonomia e comprometimento profissional, social, democrático em busca de soluções, da democracia, de novas políticas públicas, de novas legislações e governanças rígidas e atuantes em prol da saúde integral do ser humano e do planeta. E assim se desenvolve um ciclo que envolve o educador e educando, mas também os ciclos da vida em que as crianças vão ser educadores do amanhã, sem deixar de lado que muitas vezes são elas que têm muito a ensinar, ciclos e ciclos.

A EAN é um campo fértil para a educação da vida e deve ser pensada em todos os espaços da comunidade e seus arredores. A comida está no topo da preocupação da história da humanidade, o comer é uma necessidade biológica, um direito, uma expressão cultural, uma escolha de sustentabilidade, ou não, para o planeta, envolve interesses políticos, econômicos, sociais. Portanto, a EAN é um campo muito complexo e se for feita de maneira efetiva pode beneficiar e compor para resolver problemas difíceis como as pandemias da obesidade, da desnutrição e das mudanças climáticas.

A escola é um ambiente profícuo para a execução da EAN. É na idade escolar que as crianças e jovens desenvolvem os hábitos alimentares que vão perdurar pela vida e também nessa fase, influenciam seus familiares. E mesmo assim, na escola, se abrange muito pouco o assunto e quando se faz, é quase sempre com uma visão biológica, reducionista e de forma pontual.

Para finalizar, com alegria de missão cumprida, trago as palavras atribuídas ao físico alemão, Albert Einstein: "A menos que modifiquemos à nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo". Estamos em um momento brasileiro e mundial em que o tempo, mais do que nunca, é nosso maior inimigo. Eu tenho medo do futuro, da vida humana nas próximas gerações e como estará o planeta. Mas acredito que estamos aqui neste mundo por algumas razões e, quando eu trabalho, estudo, sou aluna, filha, amiga, professora e mãe, tenho o vício da esperança sempre grudado em mim. Pensar que o futuro está nas mãos dos governantes e do pequeno número de seres humanos com muito dinheiro e poder é desmotivador. Ao mesmo tempo, sabemos que o mundo do dinheiro e a valia das coisas, são impostas pelo desejo das sociedades e das pessoas. Sendo assim, minha esperança mora no desejo de tempos em que venha uma consciência verdadeira

com compromisso das pessoas e da sociedade em sustentar o futuro para a saúde dos homens e do planeta.

## REFERÊNCIAS

ABARNO, Cristiane Jung; DOS REIS RODRIGUES, Natálie; MOLL, Jaqueline. **Guia Alimentar e a educação em ciências: desafios e interfaces com as políticas públicas.** Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV155\\_MD1\\_SA106\\_ID348\\_01082021131849.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV155_MD1_SA106_ID348_01082021131849.pdf). Acesso em: 10. out. 2022.

ABARNO, Cristiane Jung. **Educação Alimentar e Nutricional abrindo caminhos para a saúde integral.** XI Simpósio Nacional de Educação, IV Ciclo de Estudos em Educação, V Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores, II Seminário SESC e URI de Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), 2020.

ARROYO, M. G. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, J. (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos educativos.** Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Educação Alimentar e Nutricional: articulação de Saberes.** Fortaleza: Edições UFC, 2018, 120p.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação em nutrição: integrando experiências.** Campinas: Komedi, 2013.

\_\_\_\_\_. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição.** PUCCAMP, Campinas, v. 10, n. 1, p. 5-19, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** [recurso eletrônico] — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. eBook (264 p.) Atualizada até a EC n. 128/2022. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 19. jun. 2022

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 maio de 2006.** Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, 2006a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/ acessibilidade/item/3535-portaria-interministerial-n%C2%BA-1010-de-8-de-maio-de-2006>. Acesso em: 26. out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, 2006b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2004-2006/2006/lei/111346.htm). Acesso em: 21. maio. 2022.

\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. 2007a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais\\_educacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf) . Acesso em: 10. jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Módulo 10: **Alimentação e nutrição no Brasil** I. Maria de Lourdes Carlos Rodrigues *et al.* Brasília: Universidade de Brasília, 2007b. 93 p. ISBN: 978-85-230-0988-5.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007.** Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 226, 26 de novembro de 2007c, seção 1, p. 15.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Saúde na Escola (PSE). Brasília, 2007d.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual operacional para profissionais de Saúde e educação:** promoção de alimentação saudável nas escolas. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Série Mais Educação. **Rede de Saberes Mais Educação:** pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed., Brasília: Ministério da Educação, 2009a. 92p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). **Mais Educação:** passo a passo. Brasília: 1ª. ed. Brasília: SECAD. Ministério da Educação, 2009b.

\_\_\_\_\_. Série Mais Educação. **Educação Integral.** Texto Referência para o debate nacional. MOLL, Jaqueline (Org.). Brasília: MEC/SECAD, 2009c, 50p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 2009d. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm) . Acesso em: 21. maio. 2022.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010.** Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. 2010ª. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2064%2C%20DE,a%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20como%20direito%20social.&text=.%22%20\(NR\)-,Art.,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2064%2C%20DE,a%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20como%20direito%20social.&text=.%22%20(NR)-,Art.,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 20. Maio. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.272, de 26 de agosto de 2010.** Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SI-SAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. 2010b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm) . Acesso em: 14. ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica. **Caderno Territórios Educativos para educação integral.** Brasília: MEC/SEB, 2012a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012b. 68p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.** Brasília, 2013b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.920, de 5 de setembro de 2013. abril de 2007.** Institui a Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde (SUS) -Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil. Brasília, 2013c.

\_\_\_\_\_. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade:** recomendações para os estados e municípios. Brasília, DF: CAISAN, 2014a, 39p.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. 2014b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) . Acesso em: 23. jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014c. 156p.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015.** Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Vigitel Brasil 2017: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico:** estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2017 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 130p.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Brasília, 2018b.

\_\_\_\_\_, IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017–2018:** análise da Segurança Alimentar no Brasil, p. 1-65, 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=28708&t=destaques> . Acesso em: 15. set. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Programa Crescer Saudável.** Brasília, 2019. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pse/instrutivo\\_crescer\\_saudavel\\_2019\\_2020.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pse/instrutivo_crescer_saudavel_2019_2020.pdf)

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2020.** Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. 2020b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1) . Acesso em: 10. jun. 2022.

\_\_\_\_\_. MEC/FNDE. **Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2020c. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020> . Acesso em: 10. nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022.** Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, 2022.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde Soc.**, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.

CAMOSSA, Ana Cristina do Amaral *et al.* Educação nutricional: uma área em desenvolvimento. **Alimentos e Nutrição Araraquara**, v. 16, n. 4, p. 349-354, 2009.

CASTRO J. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed., Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1980.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 20, p. 249-259, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Educação integral.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010b. CDROM

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL (EI). **Glossário.** Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/> . Acesso em: 10. jan. 2023

CONSEA. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:** por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Relatório final.

Fortaleza: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2007. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca\\_alimentar\\_III/texto\\_base\\_3\\_conferencia\\_seguranca\\_alimentar.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_alimentar_III/texto_base_3_conferencia_seguranca_alimentar.pdf) . Acesso em: 22. Maio. 2022.

\_\_\_\_\_. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: a construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final 2004. Brasília, 2004. Disponível em: [II CNSAN 2004 - RELATÓRIO FINAL.pdf](#) . Acesso em: 22. Maio. 2022.

CONTI, Irio Luiz. **Segurança alimentar e nutricional**: noções básicas. Passo Fundo: IFIBE, v. 1, 2009.

CONTRERAS, Jesús; ARNÁIZ, Mabel Gracia. **Alimentación y cultura**: perspectivas antropológicas. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.

CPDA/UFRRJ. **Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. [Página Eletrônica]. Disponível em: <https://www.ceresan.net.br/quem-somos/o-que-entendemos-por-ssan/> Acesso em: 14. jan. 2023.

DE BARCELONA, Declaração. **Carta das cidades educadoras**. Disponível em: <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf> . Acesso em: 22. jan. 2023.

DE FREITAS MUSSI, Ricardo Franklin *et al.* Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamientos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, v. 7, n. 2, p. 414-430, 2019.

DOS SANTOS, Carlos Roberto Antunes. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: questões & debates**, v. 42, n. 1, 2005.

EAT LANCET. **Dietas Saudáveis a partir de Sistemas Alimentares Sustentáveis**: Alimento, Planeta, Saúde, 2018. Disponível em: [https://eatforum.org/content/uploads/2019/07/EAT-Lancet Commission Summary Report Portugese.pdf](https://eatforum.org/content/uploads/2019/07/EAT-Lancet_Commission_Summary_Report_Portugese.pdf) . Acesso: 22. jan. 2023.

EVANS, Ann. O processo de mudança da escola: uma visão sistêmica. *In*: STONE, M. e BARLOW, Z. (org). **Alfabetização ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.

FAO – Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura. **Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Má Nutrição**. [S.L.] Ministério Público de Portugal, [200-?]. Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-erradicacao-fome.pdf> . Acesso em: 20. jun. 2022.

FERREIRA, N. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *In*: **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, nº 79, agosto, 2002.

FMSA - **Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar**. Declaração final. Havana: 2001. Disponível em: <http://neaepr.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html> Acesso em: 20. fev. 2022.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-centros-colaboradores-e-uae> . Acesso em: 15. jul. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Apostila de Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Tradução Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 31. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido** 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 1996. [Recurso Digital]. Obra digitalizada, formatada e revisada pelo Coletivo Sabotagem, 2002. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12426-Pedagogia-da-autonomia-saberes-necessarios-a-pratica-educativa-paulo-freire.html> . Acesso em: 12. Jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GERHARDT, Tatiana e SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GESTRADO. **Dicionário de Verbetes - UFMG**. Trabalho, Profissão e Condição Docente. Disponível em: <https://gestrado.net.br/dicionario-de-verbetes/> . Acesso em: 05. jan. 2023.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos Cenpec| Nova série**, v. 1, n. 2, 2006.

HOUAISS, Antônio et.al. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 2009.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências. **Revista Nera**, n. 35, p. 174-198, 2017.

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Org e Trad.). Alimentando Políticas. **A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas** — relatório da Comissão The Lancet, 2019. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rio-Completo-The-Lancet.pdf> . Acesso em 21. jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **As Cinco Dimensões dos Sistemas Alimentares no Brasil: uma revisão de literatura**, 2021. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2021/11/af-IDEC-Revisao-de-Literatura-ptbr-digital.pdf> . Acesso em 22. jan. 2023.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Fontes, 2001.



- KRISHNAMURTI, Jiddu **A Educação e o Significado da Vida**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.
- LEÃO, Marília *et al.* O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília: **Abrandh**, v. 263, 2013.
- LOUZADA, ML da C. *et al.* **Alimentação e saúde**: a fundamentação científica do guia alimentar para a população brasileira. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, v. 10, 2019.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCHIONI, D. M.; CARVALHO, A. M. de; VILLAR, B. S. Dietas sustentáveis e sistemas alimentares: novos desafios da nutrição em saúde pública. **Revista USP**, [S. l.], v. 1, n. 128, p. 61-76, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/185411> . Acesso em: 13. fev. 2023.
- MARTI, José. **Obras Completas**: fragmentos. v. 22. Editorial de Ciencias Sociales. Ciudad de La Habana: Cuba, 1992. 194p. [Edição Eletrônica]. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/marti/Vol22.pdf> . Acesso em: 15. fev. 2023.
- MARTINELLI, Suellen Secchi; CAVALLI, Suzi Barletto. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4251-4262, 2019.
- McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. 256p.
- MOLL, Jaqueline *et al.* Escola pública brasileira e educação integral: desafios e possibilidades. São Paulo: **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 4. p. 2095-2111, 2020.
- MOLL, Jaqueline. **Os Tempos da Vida nos Tempos da Escola**: construindo possibilidades. Penso Editora, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. UFMS. Santa Maria: **Revista educação**, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/15822/pdf> . Acesso em: 31. jul. 2022.
- NERY, Dhyana Rabello *et al.* **O Ayurveda na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)**: análise do material didático do Sistema Único de Saúde (SUS). 2019.

NEVES, M.A. **Cidadania**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

OMS – Organização Mundial da Saúde (**Constituição**). Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod\\_resource/content/0/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod_resource/content/0/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS.pdf) . Acesso em: 12. nov. 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (português). Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por> . Acesso em: 10. maio. 2022.

\_\_\_\_\_. **A Carta das Nações Unidas**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-nacoes-unidas#:~:text=As%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%2C%20entretanto%2C%20come%C3%A7aram,como%20pela%20maioria%20dos%20signat%C3%A1rios> . Acesso em: 10. maio. 2023.

\_\_\_\_\_. Comentário Geral Número 12: **o direito humano à alimentação (art. 11)**. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos. 1999. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Comentario-Geral-No-12.pdf> . Acesso em: 22. set. 2022.

PARO, Vitor Henrique. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade. **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo**, 2009.

PATTON, M.Q. **Qualitative Evaluation**. Beverly Hills, Ca., SAGE, 1980.

PESTANA, Simone Freire Paes. Afinal, o que é educação integral. **Revista contemporânea de educação**, v. 9, n. 17, p. 24-34, 2014.

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil - II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert. 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf> . Acesso em: 21. dez. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 1ª. ed. 15ª. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROCHA, Caio Tibério Dornelles da. **Hortas escolares como instrumento de aprendizagem e de promoção da alimentação saudável**. 2020.

ROMANOWSKI, J.; ENS, R. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. Diálogo Educacional. Curitiba, v.6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

SANTOS, Boa Ventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. Estudos Avançados. São Paulo, 2006.

SCRINIS, G. **Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

SILVA, Maria Zênia Tavares da. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. Configurações. **Revista Ciências Sociais**, n. 25, p. 97-111, 2020.

SOARES, José Nildo O. **Programa Mais Educação: uma Política Progressista de Educação Integral em Tempo Integral**. Doutorado em Educação. PUC-SP. São Paulo, 2020.

TEIXEIRA, A. **Autonomia para a educação**. Anísio Teixeira, 1947. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livro6/autonomia.html> . Acesso em: 11. jan. 2023.  
TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 2. ed., Brasília, v. 70, n. 166, 1989. p. 435-462. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/educacao8.html> . Acesso em: 20. jan. 2023.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MONTEIRO, Carlos Augusto. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 5, p. 657-668, 2012.

TORRES, Rosa María. A educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem. (Org.). CENPEC-Centro de estudos e pesquisa em educação, cultura e ação comunitária-. **Muitos lugares para aprender**. São Paulo, p. 81-89, 2003.

VALENTE, F. L. S. Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada. In: **Direito Humano à Alimentação Adequada: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 40-43.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

## APÊNDICE 1 – ARTIGO 1: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL ABRINDO CAMINHOS PARA SAÚDE INTEGRAL

### Publicado

XI Simpósio Nacional de Educação, IV Ciclo de Estudos em Educação, V Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores, II Seminário SESC e URI de Educação  
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) - 2020

---

### Educação Alimentar e Nutricional abrindo caminhos para saúde integral.

Cristiane Jung Abarno

**Grupo de Trabalho** – Diferentes territórios educativos e as políticas públicas: um diálogo necessário

#### Resumo

O propósito deste artigo é refletir sobre o conceito de educação alimentar e nutricional (EAN) como prática contínua e permanente de abordagens e recursos educacionais transdisciplinares que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada. A educação além da sala de aula, ultrapassando os limites da escola e estando intimamente ligada a todo o ambiente no qual os estudantes estão inseridos como a cantina, o espaço familiar e a cidade. A abordagem de pesquisa utilizada nesta investigação é a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Quanto aos objetivos caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e uma proposta de metodologia de trabalho de educação alimentar e nutricional em escolas. Assim, lança um olhar para O Guia Alimentar da População Brasileira (GAPB), publicado em 2014, com sua forma inovadora de pensar e olhar a alimentação, que veio para ajudar a modificar a forma como nos relacionamos com os alimentos. O GAPB também apresenta o conceito de nutrição e de alimentação para a alma, para o planeta. Por isso, faz-se imprescindível a discussão em torno do conhecimento multidisciplinar, cultural, sustentável e gastronômico, que possibilita a conexão e o compartilhamento de saberes acadêmicos e populares. Por fim, este estudo apresenta, no campo pedagógico, uma possibilidade de sensibilizar e despertar nos educandos sob os seus olhares e curiosidades, a saúde integral e a auto-responsabilidade com o cuidado para atingir saúde e bem-estar.

**Palavras-chave:** Alimentação, Educação Integral, Nutrição, Saúde Integral

#### *Abstract*

The purpose of this article is to reflect about the concept of Food and Nutrition Education (SFNE) as a continuous and permanent practice of transdisciplinary educational approaches and resources that guarantee the Human Right to Adequate Food. Education beyond the classroom, exceeding the limits of the school and being closely linked to the entire environment in which students are inserted, such as the canteen, the family space and the city. The research approach used in this investigation is a qualitative bibliographic research. As for the objectives,

it is characterized as an exploratory research and a proposed methodology for working with food and nutrition education in schools. Thus, it takes a look at the Food Guide for the Brazilian Population - Guia Alimentar da População Brasileira (GAPB) -, published in 2014, with its innovative way of thinking and perceiving what we eat, which came to help modify the way we relate to food. The GAPB also presents the concept of nutrition and food for the soul, for the planet. For this reason, it is essential to discuss multidisciplinary, cultural, sustainable and gastronomic knowledge, which enables the connection and sharing of academic and popular comprehensions. Finally, this study presents, in the pedagogical field, a possibility to raise awareness and awaken students under their understandings and curiosities, integral health and self-responsibility with care to achieve health and well-being.

**Keywords:** Food, Integral Education, Nutrition, Integral Health.

## 1. INTRODUÇÃO

Alimentação adequada é um direito e uma condição necessária para uma vida saudável. Na lei 11.947/2009, o Art.1º aponta que alimentação escolar é todo alimento oferecido no ambiente escolar, e na Portaria Interministerial 1.010/2006 também no Art.1º, define instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar e em seu Art.3º define ações de EAN como um dos eixos prioritários.

Historicamente, desde os anos de 1930, o ensino no Brasil é estruturado de maneira em que favorece a discriminação e desigualdade social. As políticas públicas sempre estiveram aliadas com as classes dominantes, minoria do país, que “educa” a população para entregar sua força de trabalho em troca de alimentação e moradia, muitas vezes de maneira muito precária.

A educação básica é um direito de todos. Assim como também somos legítimos beneficiários de alimentação e saúde conforme a constituição federal artigo 6º e pagamos tributos para isto.

Da mesma forma, após a primeira guerra, com a industrialização, começa a tomar forma o capitalismo. Com ele o mercado da alimentação industrial e da indústria farmacêutica. Tendo benefícios salvadores onde a medicina avançou muito e a praticidade alimentar industrial pode desde salvar a fome da guerra até possibilitar a busca de mercado de trabalho por inúmeras donas de casa.

Nesta mesma época se iniciam os estudos em nutrição e educação nutricional. A gênese se dava no conceito de estudos sobre a fome, subalimentação e doenças carenciais, enfatizando a I Grande Guerra como marco histórico para esta ciência a partir da fisiologia e experimentação biológica dos alimentos. Em 1934 é lançado no Brasil o livro de Pedro Escudero, um médico e

nutrólogo argentino que aborda o debate sobre o “capital alimento” e se articulam estudos fisiológicos com sociais.

A base de estudo no campo da ciência da nutrição que envolvia a educação alimentar tinha a fisiologia como ponto de partida, sendo o biotipo determinado pelo conjunto dos fatores intrínsecos inerentes ao indivíduo e de fatores extrínsecos dependentes do meio ambiente. A alimentação era o fator extrínseco mais importante na constituição do biotipo humano, desde o momento da sua concepção, e não o clima e a raça (ERONILDES, 1997). O homem era concebido como capital humano e precisava ser qualificado com resistência e força física por uma alimentação racional para rendimento compensador na força de trabalho.

O foco foi em ações para superar a ignorância alimentar, priorizando trabalhadores, com propósito de constituir homens fortes e produtivos, e nas escolas, com objetivos de futuros trabalhadores resistentes, saudáveis, fortes e produtivos. Nas escolas as metas incluíam que as crianças levassem seus conhecimentos sobre alimentação e nutrição aos familiares. Segundo Bezerra (2003), programas de merenda escolar foram as principais ações ocorridas.

Hoje sabemos que a comida caseira foi muito substituída pela industrial depois dos anos 50, afetando muito a saúde. As doenças crônicas não transmissíveis como cardiopatias, diabetes e câncer dispararam como maior causa de mortes no mundo. Em muitos países a obesidade atinge a metade da população.

Mais uma vez o interesse da minoria com dinheiro ganha poder ao lado dos governos, que deixam as populações mais pobres comerem industrializados e usarem a indústria farmacêutica para “resolverem” sua saúde, ao invés de educar a população para promover a sua saúde com autorresponsabilidade.

Mesmo assim, muitos avanços ocorreram por cientistas e pesquisadores, como destaque alguns a seguir.

A Lei número 11.947/2009 e a Portaria Interministerial 1.010/2006 estabelecem a inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem do currículo escolar e a aproximação de saberes técnico e popular (BRASIL, 2012). Importante referir o conceito de EAN:

EAN, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (BRASIL, 2012, p. 23)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que os governos formulem e atualizem periodicamente diretrizes nacionais sobre alimentação e nutrição. Essas diretrizes têm como propósito apoiar a educação alimentar e nutricional e subsidiar políticas e programas nacionais de alimentação e nutrição. (BRASIL, 2014).

O Guia Alimentar da População Brasileira (GAPB), 2014, com sua forma inovadora de pensar e olhar a alimentação, veio para ajudar a modificar a forma como nos relacionamos com os alimentos, baseando em categorias. As categorias alimentares são definidas pelos tipos de processamento dos alimentos, valorizando o consumo dos alimentos in natura e minimamente processados e evitando os ultraprocessados.

Em 2019 é publicado o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos, alinhado com o GAPB, para apoiar que as crianças e as famílias tenham a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como direito básico. A alimentação adequada e saudável é fundamental para a manutenção da vida com bem-estar e qualidade. Deve ser harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer. Sendo assim, uma alimentação adequada e saudável contribui para a saúde infantil, ou seja, para que as crianças cresçam e se desenvolvam em todo o seu potencial. Isso é muito importante durante a infância. (BRASIL, 2019)

A Lei brasileira número 11.947/2009 com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no seu Art. 2º garante o emprego da alimentação saudável e adequada, uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis dos estudantes. E também a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional.

A EAN possibilita ao estudante fazer suas escolhas alimentares com autonomia, mas também com o cuidado amoroso e a atenção sobre estas escolhas. A educação vai além da sala de aula, ultrapassando os limites da escola e estando intimamente ligada a todo o ambiente no qual os estudantes estão inseridos como a cantina e o espaço familiar.

A EAN envolve o conhecimento multidisciplinar, cultural, sustentável e gastronômico. Envolve solidariedade, conecta saberes acadêmicos e populares. Inclui o estudo da sociedade e por isto, a EAN não pode ser vista do ponto de vista apenas biológico, mas como um fenômeno rico, com múltiplos componentes e com a finalidade de promover saúde.

Entretanto, há uma barreira entre o que acontece na escola - nas salas de aulas e em seus diversos outros cenários e momentos educativos - e a alimentação escolar. Estudos constata-

que a dimensão pedagógica e educativa da alimentação escolar é pouco ou nada explorada nesses espaços. (EAN - Articulação de Saberes, BRASIL, 2018, p.67)

Ou seja, alimentação escolar no espaço da escola ainda significa tão somente uma ação de suplemento alimentar desvinculada do currículo e das atividades pedagógicas, ao contrário do que determinam a Portaria n.o 1.010, de 8 de maio de 2006 (BRASIL,2006a), e a Lei n.o 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009). (EAN - Articulação de Saberes, BRASIL, 2018, p.67)

Ainda na atualidade a EAN baseia-se em prescrição, de forma direta sem considerar a complexidade e amplitude da área alimentar e de nutrição escolar.

Neste artigo, parte 3, apresento um possível método sobre busca da saúde integral com foco na educação alimentar e nutricional dos estudantes, um grande desafio que necessita dedicação de toda a comunidade escolar. Um trabalho integrador, permanente, comunitário e democrático.

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 - GUIA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**

O GAPB, de 2014, traz o conceito inovador das categorias dos alimentos, são eles:

- Alimentos in natura - obtidos de plantas ou animais e adquiridos para consumo sem terem sofrido processamento.
- Alimentos minimamente processados - alimentos in natura que sofreram alterações mínimas na indústria, como moagem, secagem, pasteurização etc.
- Óleos, gordura, sal e açúcar - São produtos alimentícios usados para temperar e cozinhar alimentos. Se utilizados com moderação em preparações culinárias baseadas em alimentos in natura e minimamente processados, podem tornar a alimentação mais saborosa, mantendo seu equilíbrio nutricional.
- Alimentos processados - São produtos fabricados com a adição de sal, açúcar, óleo ou vinagre, o que os torna desequilibrados nutricionalmente. por isso, seu consumo pode elevar o risco de doenças, como as do coração, obesidade e diabetes.
- Alimentos ultraprocessados - São formulações industriais feitas tipicamente com cinco ou mais ingredientes. Em geral, são pobres nutricionalmente e ricos em calorias, açúcar, gorduras, sal e aditivos químicos, com sabor realçado e maior prazo de validade. Podem favorecer a ocorrência de deficiências nutricionais, obesidade, doenças do coração e diabetes.



Mas o GAPB também contém informações sobre cuidados saudáveis com o que envolve o comer, desde a escolha dos alimentos, onde adquirir de maneira sustentável, favorecendo produtos e produtores locais, a manipulação e cuidados higiênicos e sanitários. Explora informações de alimentos que possam substituir outros, separando por grupos, pois muitas vezes usamos em excesso. Informa benefícios de alimentos saudáveis descobertos em pesquisas científicas, alertando que é um campo muito vasto que sempre vai ser explorado e inovado.

Traz pesquisas dos hábitos alimentares dos brasileiros, com muitas opções de pratos para as refeições do dia.

Explica sobre o ato de comer e a comensalidade, o ato de comer junto, com três orientações básicas: comer com regularidade e atenção; comer em ambientes apropriados e comer em companhia. E junta com os muitos benefícios destes hábitos, como melhor digestão de alimentos, controle mais eficiente do que comemos, mais convivência entre as pessoas, interação social, mais prazer na alimentação (BRASIL, 2014). A comensalidade é um ato impregnado na história do ser humano e conecta com a possibilidade natural de criar hábitos em dividir as responsabilidades com tudo que envolve a refeição.

Como o GAPB não é uma receita pronta do que comer ou não comer, de quanto comer e quando comer, ele não é impositivo. E fala sobre isto até como obstáculos, diz que necessitamos de trabalho conjunto e persistente de pessoas no exercício de sua cidadania, com atuação organizada em comunidades, como escolas, para convidar as pessoas a refletirem sobre a importância da alimentação para que seja priorizada adequadamente dentro do contexto da comunidade e abordado educativamente, rotineiramente e permanentemente.

Além do eterno caminho de comunidade aprendente em alimentação e nutrição, a informação confiável sobre saúde integral se faz necessária, pois é comum alimentação saudável ser confundida com dietas para emagrecer, ou dizer que escolhas como o veganismo e o vegetarianismo sejam a melhor opção. As informações de publicidade são dominadas por anúncios de ultraprocessados que trazem conteúdos incorretos ou incompletos atingindo sobretudo crianças e jovens.

Ressalto enfim, que o Brasil tem um guia completo, inédito, confiável e de referência mundial para ser explorado e trabalhado.

## 2.2 - EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL - Articulação de Saberes

Este livro, lançado em 2019, Educação Alimentar e Nutricional - Articulação de Saberes, apresentado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Vem para colaborar na EAN, diretriz fundamental do PNAE. Inclui referências de diretrizes importantes como o Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas (Brasil, 2012) e o GAPB.

Apresenta muitos conceitos importantes sobre alimentação e nutrição, sobre o desafio de educar e formar educadores em alimentação e nutrição.

Explora o porquê do uso do termo educação alimentar e nutricional e não apenas educação alimentar ou educação nutricional, já que engloba todos os aspectos do alimento e do ato de alimentar-se, desde sua produção, escolha, acesso, transformação, chegando na parte do aspecto nutricional.

É um conteúdo rico para uma perspectiva de educação com articulação de saberes, como norte para ações de EAN. Articulação entre saber popular e acadêmico, em busca de uma síntese.

Sobre essa situação, Freire (2008 apud BEZERRA, 2018) afirma que é indispensável a mudança de postura do profissional, saindo da posição de suposta superioridade decorrente do saber acadêmico que possui para uma atitude marcada pela relação horizontal e dialógica em relação ao saber popular.

Mas a ausência de diálogo vai além do acadêmico e popular. Este livro conecta com estudos de Edgar Morin que critica as especializações científicas que provoca separação entre ciências e humanidades, mesmo contrapondo com os benefícios das disciplinas para avanços científicos. Os conhecimentos especializados são formações intelectuais em que um objeto de reflexão é isolado de fatores relacionados na realidade. E a dificuldade em conectar ações de diferentes disciplinas, espaços, saberes, culturas é um dos desafios da EAN. Para Edgar Morin, (2002, p. 42)

[...] Como nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar e, não, a unir os conhecimentos, o conjunto deles constitui um quebra-cabeças ininteligível. [...]. A incapacidade de organizar o saber disperso e compartimentado conduz à atrofia da disposição mental natural de contextualizar e de globalizar.

Enfim, EAN configura junção de saberes que buscam respostas aos desafios, necessidades reais do cotidiano das comunidades, na prática real, vivenciada, de políticas públicas, cuja solução não segue um caminho escolhido por uma disciplina ou saber.

### 3. Grupo de Trabalho de EAN: caminhos para construção na escola

Apresento aqui, em dez etapas, um possível caminho ou método de trabalho que possibilite o aprofundamento do diálogo entre a EAN e a comunidade escolar.

1 - Formação de um grupo de trabalho de EAN com representantes de toda a comunidade escolar: Estudantes, familiares, professores, coordenadores, diretores, nutricionistas, gestores da cantina da escola e profissionais em geral da escola.

2 - Apresentar objetivamente o projeto de desenvolvimento de uma política alimentar e nutricional da escola que embase todas as ações dentro do ambiente escolar.

3 - Iniciar o diagnóstico, por etapas, desde o berçário, passando pelos anos iniciais, ensino fundamental e até o ensino médio. Procurando conhecer o funcionamento de cada etapa em relação aos projetos pedagógicos na área alimentar e nutricional, como se alimentam quando estão na escola, como se organizam os cardápios e a comensalidade, com o maior detalhamento possível.

4 - Também é necessário conhecer como funcionam lanches e/ou refeições dos profissionais da escola, das reuniões, dos recreios, de todos os âmbitos da escola. Tudo na escola que envolva comer, cozinhar, trazer comida para a escola seja para projetos de uma aula de inglês, de uma aula de biologia, para um picnic, para uma festa junina, para reunião da comunidade, deve ser diagnosticado, documentado.

5 - A cantina da escola é um importante passo. O detalhamento do funcionamento, desde a segurança alimentar, controle de fichas nutricionais das receitas, certificado sanitário, o que é ofertado, preços, propagandas, formação e conhecimento dos gestores em relação a alimentação saudável, deve ser diagnosticado e documentado com formulários, questionários.

6 - Iniciar o processo propriamente dito de escrita de diretrizes ou de uma política alimentar e nutricional da escola, que descrevo alguns nortes na parte 4 deste artigo.

7 - Promover uma consulta pública à comunidade escolar com um questionário de fácil acesso e simples que seja ofertado a todos. Importante momento que exige um esforço conjunto do grupo de trabalho e cada representante se empenhe em levar a conhecimento e estimulem a participação do maior número de pessoas.

8 - Legitimar, oficializar a Política Alimentar e Nutricional da escola. Um momento importante que pode ser aproveitado para um marco inicial de divulgação máxima com a participação primordial das etapas e seus alunos, podendo inaugurar com projetos

educativos, envolvendo oficinas culinárias, exposições, conteúdos educativos sobre alimentação e nutrição dentro da política da escola.

9 - Implementar a Política de EAN dentro da escola envolve capacitação de todos os profissionais da escola, é necessário promover cursos de formação de educadores em alimentação e nutrição, com seminários, cursos, oficinas, para toda a comunidade, exaustivamente, como prática contínua e permanente.

10 - Durante todo este caminho de construção de uma política alimentar e nutricional é possível fazer muitas ações enquanto grupo de trabalho durante o processo. Existem algumas possibilidades que dependendo do diagnóstico, ou até pré-diagnóstico, muitas vezes o que desencadeia o início do processo, podem ser implementadas para “hoje”.

Alguns exemplos:

- Retirada ou diminuição de açúcar branco, farinha branca, achocolatados, do cardápio das crianças e substituição por produtos menos processados.
- Retirada de produtos ultraprocessados oferecidos ou comercializados na cantina da escola como refrigerantes, sucos de caixinha, bolachas recheada, etc.
- Incluir a possibilidade de produtores locais oferecerem seus produtos como uma feira dentro da comunidade escolar. Também pode surgir a possibilidade de formação de hortas dentro do espaço escolar.

#### **4. Política Alimentar e Nutricional**

O documento da escola precisa ser bem escrito, embasado em leis, guias, princípios, diretrizes, fundamentos, com a clareza e simplicidade para ser facilmente compreendido por toda comunidade. Também deve conter as particularidades e singularidades de cada escola, o toque individual que sensibilize a comunidade da escola.

Pode ser dividido em:

1 - Apresentação: Iniciar apresentando um pouco da história da nutrição na escola, chegando na questão universal da necessidade que urge em relação ao direito humano à saúde e alimentação adequada, historicizando a realidade mundial em relação às doenças, obesidade, por conta de má-alimentação. Focando na grande importância de educar nossas crianças, da fase de vida onde se embasa os hábitos de saúde para toda a vida. Relacionando também o comer e o nutrir com a saúde física, mental, emocional, social, cognitiva, ou seja, no desenvolvimento integral do ser humano. Trazer para a consciência que a educação alimentar e nutricional envolve o conhecimento multidisciplinar,

cultural, sustentável e gastronômico. Envolve solidariedade, conecta saberes acadêmicos e populares. Inclui o estudo da sociedade e por isto, a educação nutricional não pode ser vista do ponto de vista apenas biológico, mas como um fenômeno rico, com múltiplos componentes e com a finalidade de promover saúde integral. Portanto é uma tarefa que inclui o engajamento de toda a comunidade escolar. Não é possível educar, se o educador cumprir imposições de políticas públicas com conteúdo elaborado por técnicos que não frequentam a rotina e o espaço organizacional daqueles que cabe executar os programas. E a educação só será viável para além dos muros das salas de aulas, invadindo os espaços da escola, comunidade aprendente onde todos se escutam, assim a educação será conscientizadora.

2 - Fundamentos: Importante referenciar com conteúdos confiáveis, como as leis e diretrizes, o GAPB, definindo seus conceitos.

3 - Diretrizes: São as orientações, geralmente nas crianças até os dois anos ficam mais impositivas, como nos guias. No Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos, por exemplo, diz que os alimentos ultraprocessados não devem fazer parte da alimentação da criança. Além disso, nas diretrizes deve conter as regras da escola como os lanches oferecidos pela cantina com supervisão da nutricionista, se é optativo ou não pelas famílias. Todos os setores da escola que entram em contato com o ato de comer e o que envolve devem ter especificidades e clareza nas regras e combinações. Aqui também pode constar informações sobre alunos com restrição alimentar e alimentação em eventos ou atividades mais eventuais. Pode ser escrito de uma maneira ampla e depois conter uma cartilha bem específica de cada etapa, local, modalidade.

4 - Conclusão e

5 - Referências utilizadas no embasamento do material escrito com as leis, livros, demonstrando uma construção ética, responsável, científica.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola possibilita aprendizagens que levam em conta a singularidade e a complexidade, grandes desafios do mundo de hoje. A comida, os sabores, saberes, culturas, famílias e suas histórias de comida constituem um terreno fértil para a concretização desta perspectiva.

Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social (SANTOS, 2005). Mas é também pedagógico, cultural, científico e que envolve autoconhecimento.

A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando, portanto, somos inacabados e com isto surge o problema da esperança e da desesperança, que necessita nossa reflexão. Uma educação sem esperança não é educação (FREIRE, 2008).

Seres humanos sabem distinguir o eu e o não-eu. Isto nos torna capazes de relacionar-se; de sair de si; de projetar-se nos outros; de transcender. Estas relações não se dão apenas com os outros, mas se dão no mundo, com o mundo e pelo mundo (FREIRE, 2008).

Assim, podemos recriar novas culturas, novos caminhos para uma vida mais integral e saudável, porque temos a consciência para captar e transformar, pois não queremos apenas nos adaptar à educação ou à sociedade, afinal somos humanos criando e recriando histórias e não objetos receptores.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Educação Alimentar e Nutricional: Articulação de Saberes**. Fortaleza: Edições UFC, 2018

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Do Programa Nacional de Merenda Escolar (1954) ao Programa Fome Zero (2003):** rastros do itinerário da política de alimentação escolar no Brasil. In: Cavalvante, M.J.M, Bezerra, J.A.B (Org.). Biografias, instituições, ideias, experiências e políticas educacionais. Fortaleza: Editora da UFC. p.449-467. 2003.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação em nutrição: integrando experiências**. Campinas: Komedi, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal e Ministério de Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, atualizada até a Emenda Constitucional nº 90 de 15 de dezembro de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29.jul.2020

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Lei nº 11.947, de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica**. Brasília, 2009: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em: 29 de jul de 2020

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: MS, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília, DF: MS, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde, Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional**. Brasília, 2006. Ministério da Saúde, Ministério da Educação, 2006. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010\\_08\\_05\\_2006.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html). Acesso em: 29.jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, 2013.

ESCUADERO, Pedro. **Alimentação**. Trad., Helion Póvoa e Waldemar Berardinelli. Rio de Janeiro: Scientifica, 1934.

FREIRE, PAULO. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LIMA, Eronides Silva. **Gênese e constituição da educação alimentar: uma síntese**. Rio de Janeiro: Physis, v.7, n.2, p.9-29., 1997.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

OMS, Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1946. **Biblioteca virtual de direitos humanos da universidade de São Paulo**.

Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 29.jul. 2020.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: Questões e debates**, Curitiba, v. 42, n.1, p.11-31, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4643/3797>. Acesso em: 29.jul.2020.

**Nome do autor:** Cristiane Jung Abarno – [crisjungdias@gmail.com](mailto:crisjungdias@gmail.com)

**Nome do orientador:** Dr. Jaqueline Moll

## APÊNDICE 2 – ARTIGO 2: GUIA ALIMENTAR E A EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: desafios e interfaces com as políticas públicas

### Publicado

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências  
XIII ENPEC - 2021

---

### **Guia Alimentar e a educação em ciências: desafios e interfaces com as políticas públicas** *Guide and the science education: challenges and interfaces with public policies*

**Cristiane Jung Abarno**  
PPGEC/UFRGS  
crisjungdias@gmail.com

**Natálie dos Reis Rodrigues**  
PPGEC/UFRGS  
natyreisrodrigues@gmail.com

**Jaqueline Moll**  
PPGEC/UFRGS  
jaquelinemoll@gmail.com

#### **Resumo**

Este artigo analisa e relaciona o Guia Alimentar da População Brasileira (GAPB) com documentos de políticas educacionais. Descreve-se o GAPB e tudo o que envolve sua história de elaboração; analisa o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o papel do Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação (FNDE). Apresenta-se uma reflexão sobre os desafios, as lacunas entre legislações, disputas entre setores envolvidos no processo, repercussões e interfaces para a garantia do direito humano à alimentação adequada e a formação integral. A educação para a saúde, formação de docentes e profissionais e a educação em ciências amplia as possibilidades desta garantia. Conclui-se que oferecer alimentação saudável na escola é uma ancoragem para os objetivos de Formação Integral, Educação Alimentar e Nutricional (EAN), construção de hábitos saudáveis na comunidade e desenvolvimento de produtores locais.

**Palavras-chave:** saúde, alimentação, políticas públicas, educação integral.

#### **Abstract**

This article analyzes and relates the Brazilian Population Food Guide (GAPB) with educational policy documents. It describes the GAPB and everything that involves its elaboration history; it analyzes the National School Feeding Program (PNAE) and the role of the National Fund for Education Development (FNDE). It presents a reflection on the challenges, the gaps between legislations, disputes between sectors involved in the process, repercussions, and interfaces for the guarantee of the human right to adequate food and integral formation. The education for health, training of teachers and professionals, and education in sciences expand the possibilities of this guarantee. It is concluded that offering healthy food at school is an anchor for the objectives of Comprehensive Training, Food and Nutrition Education (EAN), construction of healthy habits in the community and development of local producers.

**Keywords:** health, feeding, public policy, integral education.



## Introdução

Saúde é definida atualmente, com conceitos que vão além do campo biológico. Para compreensão do que engloba a alimentação, nutrição e suas políticas públicas, precisamos entender a definição de saúde, o objetivo de alimentar-se de forma saudável e a importância do papel da educação nesse processo de desenvolvimento integral dos indivíduos.

O significado de saúde na humanidade passou de crença em mistérios de merecimentos na Antiguidade, pois muitos fenômenos não tinham explicação e as curas eram vistas como milagres, à religiosidade cristã na Idade Média, quando a doença se relacionava com o pecado. Hipócrates, o pai da medicina, há quase 2.500 anos, dizia “que o seu remédio seja o seu alimento e que seu alimento seja seu remédio”.<sup>14</sup> A saúde como ciência, com observação empírica, abre portas para descobertas e um novo mundo de tecnologias na área médica e nutricional. Descobriram-se os microrganismos, a fisiopatologia, inovou-se em vacinas, etc.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), após a segunda guerra, traz o conceito de saúde como “um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1946). A saúde, desde então, não é mais caracterizada como o oposto de doença. No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, a saúde passa a ser reconhecida como um direito do cidadão e dever do Estado. A Lei 11.346/2006 cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006).

O FNDE, criado em 1968, é o órgão responsável por executar as políticas educacionais do Ministério da Educação, incluindo o repasse de recursos para execução do PNAE, que vem a ser o mais antigo programa de alimentação e nutrição em vigência ininterrupta no Brasil, tendo origem na década de 1940 e marco legal fundado na década de 1950 (TEO *et al.*, 2012). Em 2006, o Ministério da Saúde (MS) lança o GAPB e com ele as primeiras orientações nutricionais de caráter oficial, tendo como base o direito à saúde e alimentação adequada e saudável. Em 2014 é publicada a segunda edição do GAPB com inovadores conceitos de categorias de alimentos, de sustentabilidade, valorização das culturas tradicionais e hábitos no ato de comer. Todas essas políticas públicas convergem para o campo de conhecimento da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) que atuam:

---

<sup>14</sup> Citação referendada no site da UNIRIO – Labbio Nutrição e Saúde. Disponível em: <http://www.unirio.br/nutricaoesauade/menu-4/alimentacao-preventiva-e-saude-2013-ms-monique-barros-elias#:~:text=H%C3%A1%20mi-lhares%20de%20anos%2C%20Hip%C3%B3crates,longa%20e%20com%20melhor%20qualidade>.

[...] no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, [...] [como] um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012, p. 23).

Trazendo estes conceitos, o objetivo desta pesquisa é apresentar o Guia Alimentar da População Brasileira (GAPB), suas relações com os documentos de políticas educacionais, assim como suas contribuições para educação em ciências.

## **Metodologia**

Este artigo caracteriza-se como pesquisa qualitativa com análise documental, método que desvela novos aspectos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Os documentos analisados são: i) o GAPB, sua trajetória de construção e órgãos responsáveis por sua elaboração; ii) o PNAE, enquanto uma das mais antigas e relevantes políticas públicas brasileira ligada à Segurança Alimentar e Nutricional; iii) o FNDE, autarquia responsável pela execução das políticas educacionais do MEC e; iv) o livro EAN: Articulação de saberes.

## **Resultados e Discussão**

### **GAPB**

A OMS recomenda que os governos formulem e atualizem periodicamente diretrizes nacionais sobre alimentação e nutrição. Essas diretrizes têm como propósito apoiar a EAN e subsidiar políticas e programas nacionais de alimentação e nutrição (BRASIL, 2014). A maioria dos guias alimentares ao redor do mundo possuem, ainda hoje, uma visão limitada de como a alimentação relaciona-se com a saúde e apresenta recomendações que visam exclusivamente à adequação do consumo de nutrientes, como a já ultrapassada pirâmide alimentar, na qual os alimentos são agrupados pela categoria de macronutrientes.

Em 2010, no Brasil, é publicado o primeiro artigo científico, trazido pelo NUPENS (Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo) sugerindo uma nova classificação de alimentos baseados na extensão e propósito do seu processamento (MONTEIRO *et al*, 2010). A partir disso, inicia-se a criação da nova edição do GAPB, elaborada pelo MS, com cooperação técnica entre a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN), o NUPENS e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Seu embasamento científico e inovação tem acumulado reconhecimento nacional e internacional e tem

inspirado a elaboração de guias alimentares em outros países e outras ações no âmbito das políticas públicas.

O GAPB com sua forma inovadora de compreender a alimentação vem para ajudar a modificar a forma como nos relacionamos com os alimentos e tem como base quatro categorias que são definidas pelos tipos de processamento. Na categoria 1 estão os alimentos *in natura* ou minimamente processados. Os óleos, gorduras, sal e açúcar fazem parte da categoria 2 de produtos alimentícios utilizados para temperar e cozinhar alimentos. Na 3, estão os alimentos processados e na categoria 4, os ultraprocessados. As orientações do Guia não são impositivas e indicam a valorização e a preferência no consumo dos alimentos *in natura* e minimamente processados, evitando os ultraprocessados. Nesta perspectiva Louzada (2019) afirma que:

As recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira foram formuladas com um olhar abrangente sobre o conceito de alimentação e com o objetivo de promover a sustentabilidade nos aspectos pessoais, culturais, sociais, econômicos, políticos e ambientais. Como uma política de nutrição em saúde pública, o Guia se propõe a estar em conformidade com todas as outras políticas que afetam o ser humano e o planeta e, particularmente, a proteger e reforçar a cultura e o sistema alimentar baseado em alimentos *in natura* ou minimamente processados. (LOUZADA *et al*, 2019, p.17).

O GAPB é elogiado mundialmente e usado como referência em muitos países, é confiável cientificamente, considerado inclusivo e não impositivo. Um exemplo oficial desta importância ocorreu no início de 2020 quando o Conselho Nacional da Saúde (CNS) recomendou ao MS que implementasse o Guia devido a necessidade de desenvolvimento de estratégias para a promoção do direito humano à alimentação adequada, considerando o cenário preocupante de avanço da obesidade, entre outras doenças (BRASIL, 2020).

Por outro lado, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lança uma nota técnica (BRASIL, 2020) na qual pede a revisão completa do GAPB pressionando para que sejam retiradas recomendações contrárias ao consumo de alimentos da categoria 4, e ainda se refere ao guia como um dos piores do planeta. Esse movimento desencadeou uma série de manifestos de diversas entidades, entre eles o Manifesto em Defesa e Valorização do GAPB (BRASIL, 2020) e uma carta assinada por cientistas, pesquisadores, universidades e instituições

especializadas em nutrição e saúde, de várias partes do mundo dirigida à Ministra do MAPA, manifestando repúdio às críticas e considerando-as injustificadas.<sup>15</sup>

Apesar das recomendações do MAPA, diversas pesquisas científicas nacionais e internacionais dos últimos 10 anos têm demonstrado evidências sobre os efeitos nocivos dos alimentos ultraprocessados na saúde das pessoas. Inclusive, foi publicado um ensaio controlado randomizado com alimentos ultraprocessados que confirmou a relação direta do consumo desses alimentos com aumentos acentuados na ingestão de calorias e no ganho de gordura corporal (USP, 2019).

### **(Des)Articulações do GAPB com as Políticas Públicas Educacionais**

A lei 11.947/2009 (BRASIL, FNDE, 2019), dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. São diretrizes desta lei, o emprego da alimentação saudável e adequada como direito humano e condição necessária para uma vida com saúde, que respeitem a cultura e as tradições. A lei também traz a inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa o currículo escolar, abordando o tema da alimentação e da nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional.

A alimentação escolar assume papel importante pelo potencial que apresenta, especialmente por ser na infância e na adolescência que se estabelecem mais fortemente hábitos alimentares com maiores possibilidades de perdurarem na vida adulta (TEO *et al*, 2012). Mas também, porque as crianças levam para casa estes hábitos e quanto mais temos as comunidades envolvidas com o processo de educação das crianças, mais ampliamos essa EAN, seja por trocas de culturas alimentares ou por integração de conhecimento científico e popular, o que consideramos uma importante discussão para a educação em ciências.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na área de ciências, tem em uma de suas unidades temáticas - Vida e evolução - a ideia da percepção do corpo humano como dinâmico e dependente da integração entre os sistemas corporais para funcionar adequadamente, desenvolvendo o conceito de saúde e o equilíbrio dos sistemas, abrindo espaço para a discussão sobre o que precisamos fazer para a promoção da saúde. Por exemplo, entre as habilidades a serem desenvolvidas no quinto ano, na disciplina de ciências, inclui-se a organização

---

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.fsp.usp.br/nupens/wp-content/uploads/2020/09/Global\\_ScholarsBrazildiet-guide-sept2020\\_reviewed9.22-1.pdf](http://www.fsp.usp.br/nupens/wp-content/uploads/2020/09/Global_ScholarsBrazildiet-guide-sept2020_reviewed9.22-1.pdf)

de cardápios visando as necessidades e manutenção do organismo, mas também a oportunidade de discussão de distúrbios nutricionais como a obesidade, analisando hábitos alimentares e rotina de exercícios físicos (BRASIL, 2018). A EAN tem o desafio de inserir uma prática contínua e permanente ao longo da vida dos indivíduos. Porém, compreende-se que o período da educação formal é essencial para construir uma base de rotina saudável. Por essa razão, valoriza-se que os documentos educacionais construídos recentemente abordem essa temática.

Destaca-se nesta lei, o apoio explícito ao desenvolvimento sustentável por meio da articulação com a agricultura familiar, facilitando a aquisição de alimentos mais saudáveis. Além disto, esta legislação proíbe e/ou restringe alguns grupos de alimentos. Pelo menos 30% dos recursos recebidos do FNDE para o PNAE devem ser utilizados na compra direta de produtores locais de gêneros que promovam alimentação saudável. Esta lei traz uma grande possibilidade de aproximação entre os setores de agricultura familiar e de política pública e avanços na construção de efetivar uma alimentação saudável, sustentável, local e cultural. Ainda assim, a legislação oferece uma definição muito generalizada de alimento básico, especificando os proibidos como refrigerantes e restringindo embutidos, alimentos prontos, entre outros. Falta uma conexão entre políticas públicas e atualizações que categorizem os alimentos conforme as diretrizes do GAPB.

Em 2019, o FNDE apresenta o livro “Educação Alimentar e Nutricional - Articulação de Saberes” (BEZERRA, 2018), junto com o MS, o Ministério da Educação (MEC), o PNAE e a Universidade Federal do Ceará. Esta publicação contém um vasto material para operacionalizar as práticas de EAN contínuas e permanentes, que é uma diretriz do PNAE. O livro parte de documentos normativos e orientadores, como o Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012) e o GAPB (BRASIL, 2014), o que demonstra uma contradição interna entre os instrumentos das instituições e políticas públicas no direcionamento para a alimentação adequada.

O Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012) apresenta conceitos importantes sobre alimentação e nutrição, sobre o desafio de educar e formar educadores em alimentação e nutrição. Ainda explora o porquê do uso do termo educação alimentar e nutricional já que engloba todos os aspectos do alimento e do ato de alimentar-se, desde sua produção, escolha, acesso, transformação e aspecto nutricional. É um conteúdo rico para uma perspectiva de educação integral com articulação de saberes, como norte para ações de EAN, conectando o saber popular e acadêmico. Sobre o conceito de EAN:

A prática de EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (BRASIL, 2012, p. 23).

Nessa perspectiva, a Educação Integral (EI) entende que a escola deve ser um espaço de formação completa, seguindo a constituição federal, no artigo 205, que determina que todo cidadão possui o direito ao desenvolvimento pleno e também o preparo para cidadania. Nesse sentido, Anísio Teixeira afirma:

[...] não pode ser uma escola de tempo parcial, nem uma escola somente de letras, nem uma escola de iniciação intelectual, mas uma escola sobretudo prática, de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de pensar, hábitos de fazer, hábitos de trabalhar e hábitos de conviver e participar em uma sociedade democrática, cujo soberano é o próprio cidadão. (TEIXEIRA, 1989, sp<sup>16</sup>)

Assim como o autor, entendemos a escola como espaço de formação de hábitos, entre eles, o cuidado com a saúde, com o ambiente, com o corpo e a mente. Nesse caminho, o livro EAN, seleciona a pedagogia de Paulo Freire para se fundamentar porque valoriza uma educação dialógica, onde as vivências dos grupos, com discussões de problemáticas ou temáticas em torno dos seus problemas sociais, seja a forma mais adequada para uma EAN. Educador e educando interagindo ativa e dialogicamente com responsabilidade, desenvolvendo visão crítica e concebendo o mundo como um lugar dinâmico, histórico e mutável. Traz a importância da junção de saberes acadêmicos e popular, formando um novo saber que supera os dois anteriores (BEZERRA, 2018). A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando, portanto, somos inacabados e com isto surge o problema da esperança e da desesperança, do amor e do egoísmo, que necessita nossa reflexão. Uma educação sem esperança não é educação e sem amor não há compreensão nem respeito pelo outro (FREIRE, 2008).

A alimentação escolar, política de alimentação e nutrição de maior amplitude e longevidade no Brasil, permanece, nos dias atuais, em busca de concretização de parte de seus fins, definidos desde 1955 (BEZERRA, 2018). Além do grande desafio de implementar estas dire-

---

<sup>16</sup> Sem página. Não foi possível identificar a paginação correta.

trizes, as políticas educativas são criticadas ou deixadas de lado por conflitos de interesses políticos e econômicos. O Relatório para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, aponta que as políticas educacionais devem ser propostas a longo prazo, superando as mudanças de governo e concretizando as reformas (DELORS, 1996).

### Considerações Finais

O presente artigo apresentou a análise do GAPB, suas relações com os documentos de políticas educacionais, mas também as relações entre educação e saúde, assim como contribuições para educação em ciências. Considera-se que nos últimos 10 anos houve uma evolução no conhecimento científico com relação às escolhas dos nossos alimentos e do ato de comer para a saúde. No Brasil, construiu-se uma importante contribuição neste campo através da produção de guias, livros e documentos oficiais governamentais sobre essa temática.

Contudo, observa-se que há uma discrepância entre tais produções e a legislação vigente ou mesmo entre as leis e sua execução no âmbito escolar. A educação integral dentro de uma escola democrática, com relações simétricas, dialógicas, com princípios de equidade, reconhecimento mútuo, respeito à diferença traz uma perspectiva de construção de objetivos comuns e vivências compartilhadas. Um projeto de sociedade plural, um sonho a ser construído, uma utopia.

### Referências

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Educação Alimentar e Nutricional**: Articulação de Saberes. Fortaleza: Edições UFC, 2018, 120p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Nota Técnica nº 42/2020/DAEP/SPA/MAPA**. Disponível em: <http://www.sban.org.br/notas-tecnicas-interno.aspx?post=14> . Acesso em: 13. mar. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS, SESAN, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: **Diário Oficial da União**; 17 jun 2009.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**; 18 set 2006.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (Brasil). **Posicionamento pela defesa e valorização do Guia Alimentar para a População Brasileira**. CFN. Brasília, 17 de setembro de 2020. Disponível em: [https://www.fnn.org.br/arquivos/nota\\_guia.pdf](https://www.fnn.org.br/arquivos/nota_guia.pdf). Acesso em: 13. mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Recomendação nº 012, de 14 de fevereiro de 2020**. CNS. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1027-recomendacao-n-012-de-14-de-fevereiro-de-2020#:~:text=DOWNLOAD%20VOLTAR-,RECOMENDA%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%20012%2C%20DE%2014%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202020,Alimentar%20para%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira>. Acesso em: 13. mar. 2021.

DELORS, Jacques *et al.* Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. **Educação um tesouro a descobrir**, v. 6, 1996.

FREIRE, PAULO. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LOUZADA, ML da C. *et al.* **Alimentação e saúde: a fundamentação científica do guia alimentar para a população brasileira**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, v. 10, 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)** - 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 13. mar. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.70, n.166, 1989. p.435-462.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MONTEIRO, Carlos Augusto. **Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos**. Revista de Nutrição, v. 25, n. 5, p. 657-668, 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (NUPENS). **Ensaio controlado randomizado com alimentos ultraprocessados**. 2019. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/nupens/ensaio-controlado-randomizado-com-alimentos-ultraprocessados/>. Acesso em: 13. mar. 2021.



**APÊNDICE 3 – QUADRO DE RESULTADOS: Teses e Dissertações**

<b>CAPES - TESES E DISSERTAÇÕES: 27 resultados - DESCRITORES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "políticas públicas"</b>					
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>palavras-chave</b>	<b>ano</b>	<b>UF</b>	<b>Universidade</b>
Programa horta educativa: análise da política pública no município de Limeira - SP.	ZAMBELLI, Luana Cristina	Alimentação; Educação Ambiental; Educação Alimentar e Nutricional	2020	SP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/SP
Significações atribuídas pelos profissionais às ações de alimentação e nutrição na atenção básica	CONCEICAO, Lais Braz Espirito Santo	Educação Alimentar e Nutricional; Atenção Básica; Significações	2018	BA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Orientações políticas de educação alimentar e nutricional: uma análise crítica do marco de referência de educação alimentar e nutricional para políticas públicas	SOUZA, Marina Noronha Costa do Nascimento	Educação Alimentar e Nutricional; Alimentação; Nutrição; Educação; Políticas Públicas	2016	RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Intervenção educativa: programa de capacitação do professor para promoção da alimentação saudável na escola	CANDIDO, Lídia Maria Fonteles	Educação em saúde; Capacitação; Saúde escolar; Educação Alimentar e Nutricional	2017	CE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
O processo de gestão da educação alimentar e nutricional em contexto escolar	SODER, Tais Fatima	Educação Alimentar e Nutricional; Escola.; Gestão.; Políticas Públicas.	2017	RS	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
A utilização de hortas e composteiras no desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas para a promoção da saúde em duas escolas municipais de São Paulo	PRAGER, Ana Carolina Lujza de Moura	Horta escolar; Horta pedagógica; Promoção da Saúde; Educação Alimentar e Nutricional; Educação Ambiental	2017	SP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Avaliação de um programa de alimentação saudável nas famílias atendidas pela pastoral da criança: estudo de intervenção no município de Limeira, SP	GAIGA, Camilla Azevedo Joas	Educação alimentar e nutricional, avaliação de programas, família, líderes.	2019	SP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Aleitamento materno à luz da Segurança Alimentar e Nutricional: construção de material educativo pelas vozes das mães	LUTTERBACH, Flavia Gama Correa	Aleitamento Materno; Segurança Alimentar e Nutricional; Educação Alimentar e Nutricional	2021	RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Avaliação de um programa de promoção da alimentação adequada e saudável sobre marcadores de saúde de adolescentes: estudo de intervenção	SILVA, Karine Brito Beck da	Estudo de intervenção, perfil lipídico, parâmetros antropométricos, consumo alimentar, programa de educação alimentar e nutricional	2015	BA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Desenvolvimento de material educativo baseado no guia alimentar para a população brasileira: uma construção com profissionais da atenção básica	CANONGIA, Amanda lo Bianco Borges	educação alimentar e nutricional; guias alimentares; atenção básica à saúde	2021	RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Influência da intervenção nutricional para perda de peso sobre o perfil cardiometabólico e impacto das adipocitocinas no reganho de peso	GRANDISOLI, Laura Fantazzini	Obesidade; Sobrepeso; Perda de Peso; Leptina; Adiponectina; Doenças Cardiovasculares; Educação alimentar e nutricional	2014	SP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Educação alimentar e nutricional em nível de atenção primária à saúde em São Paulo e Bogotá: cenário e temáticas	CARDENAS, Alexandra Pava	políticas públicas; atenção primária à saúde; educação alimentar e nutricional; prática de grupo; Brasil; Colômbia	2013	SP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Intervenção alimentar e nutricional em ambiente virtual	SANTOS, Fernanda Ferreira dos	Nutrição; Educação Alimentar e Nutricional; Mídias Sociais; Redes Sociais; Saúde Pública	2020	SP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Avaliação da vivência de participantes em dois modelos de grupos educativos em alimentação e nutrição'	SANTOS, Bruna Zillesg Borges dos	Atenção Primária à Saúde; Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa; Promoção da Saúde	2018	SP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Grupo educativo de nutrição e saúde voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade social atendidas na atenção primária	DIAS, Marina De Paula Mendonca	Promoção da Saúde; Saúde da mulher; Vulnerabilidade Social; Educação em saúde; Educação Alimentar e Nutricional	2020	CE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
Dimensões contextuais e os atores de política: a atuação do marco de referência da educação alimentar e nutricional para as políticas públicas	SOUZA, Julia Graciela de	Políticas públicas; Educação Alimentar e Nutricional (EAN); Currículo; Teoria da Atuação	2018	SC	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Tecnologias de apoio à implementação do guia alimentar para a população brasileira na atenção básica	REIS, Ligia Cardoso dos	Guias Alimentares; Atenção Primária à Saúde; Psicometria; Educação Alimentar e Nutricional; Pessoal de Saúde	2019	SP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Análise das ações de educação alimentar e nutricional em municípios do Brasil no ano de 2010	OTTONI, Isabela Cicaroni	Alimentação Escolar; Educação Alimentar e Nutricional; ONG; Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Política de Saúde	2017	SP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Políticas públicas de educação alimentar e nutricional na educação infantil: um estudo sobre as práticas realizadas em um município do interior de São Paulo	OTSUKO, Tais Maria.	educação infantil; educação nutricional; políticas educacionais	2017	SP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (FRANCA )

Planejamento de ações de educação alimentar e nutricional em uma escola indígena urbana	ROMERO, Anaiza Cesar	Atenção Primária à Saúde. Educação Alimentar e Nutricional. Concept Mapping. Saúde Indígena. Promoção à Saúde.	2021	MG	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
Hortas escolares como instrumento de aprendizagem e de promoção da alimentação saudável	ROCHA, Caio Tiberio Dornelles da	Horta Escolar; Segurança Alimentar e Nutricional; Alimentação Saudável; Educação Alimentar e nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada	2020	RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Promoção da alimentação saudável no ambiente escolar: avaliação do programa horta educativa em escolas estaduais de São Paulo	TOLEDO, Andrea D Agosto	Educação Alimentar e Nutricional; Agricultura Urbana; Saúde Escolar; Promoção da Saúde; Pesquisa Qualitativa ;Avaliação de Programas e Projetos de Saúde	2021	SP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional: estudo sobre a eficácia dos eixos norteadores no programa cozinhas comunitárias no município de contagem - MG	GIL, Rozilaine Correa	<i>Trabalho anterior à Plataforma Sucupira</i>	2012	MG	FACULDADE DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE
O comportamento alimentar de escolares do ensino básico e sua associação com excesso de peso e consumo da alimentação escolar	CAMARGO, Juliana Melo Teruel Biagi	<i>Trabalho anterior à Plataforma Sucupira</i>	2015	SP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS,
A formação continuada de professores e suas implicações na promoção da alimentação saudável na escola	OLIVEIRA, Miriam Sampaio de	<i>Trabalho anterior à Plataforma Sucupira</i>	2011	SP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Denúncias como indicativo na melhoria do programa nacional de alimentação escolar	URU, Potira Morena Souza Benko de	<i>Trabalho anterior à Plataforma Sucupira</i>	2011	SP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Ação educativa na atenção básica à saúde de pessoas com diabetes mellitus e hipertensão arterial: avaliação e qualificação de estratégias com ênfase na educação nutricional	REZENDE, Ana Maria Bartels	<i>Trabalho anterior à Plataforma Sucupira</i>	2011	SP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

**CAPES - TESES E DISSERTAÇÕES: 26 resultados - DESCRITORES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "escolas"**

Título	Autor	palavras-chave	ano	UF	Universidade
Compreensão de nutricionistas da alimentação escolar sobre educação alimentar e nutricional	SOARES, Gabriela Benevides	educação alimentar e nutricional; nutricionistas; alimentação escolar	2015	GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Exercício profissional do nutricionista e a realização da educação alimentar e nutricional nas regiões brasileiras	GREGORIO, Nicolly Patricia	alimentação escolar, educação alimentar e nutricional, nutricionista	2014	GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Cozinhando e dialogando: merendeiras, suas possibilidades e desafios para ações de educação alimentar e nutricional em escolas públicas do Rio de Janeiro.	GOMES, Kelly dos Santos	Alimentação escolar. Merendeiras. Educação alimentar e nutricional.	2014	RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do programa nacional de alimentação escolar em municípios Goianos	SILVA, Simoni Urbano da	educação alimentar e nutricional, alimentação escolar, nutricionista, promoção da saúde	2013	GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
A educação alimentar e nutricional e as práticas dos professores de educação física: uma possibilidade para escolas de Fortaleza	NUNES, Alexandra Regia Nobre Monteiro	Alimentação saudável; Educação Alimentar e Nutricional; Educação Física; Práticas docentes	2019	CE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Ações de educação alimentar e nutricional no âmbito das escolas públicas de Belo Horizonte - MG: análise da abordagem teórico-metodológica	GRECO, Glucia Moreira Marotta	Educação alimentar e nutricional; alimentação escolar; saúde pública; pesquisa qualitativa	2020	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Identificação das ações de alimentação e nutrição desenvolvidas nas escolas públicas de ensino fundamental de Maceió - Alagoas	BEZERRA, Ariana de Farias	Educação Alimentar e Nutricional, Escolas, promoção da Saúde, Alimentação e Nutrição	2013	AL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Vivências do plantar e do comer: produção de sentidos em escolas com horta	COELHO, Denise Eugenia Pereira	Agricultura urbana; Saúde escolar; Promoção da saúde; Educação alimentar e nutricional	2014	SP	USP
Educação alimentar e nutricional (EAN) no contexto escolar: percepções e práticas de educadores das escolas públicas municipais de Cauipe-RS	ZIENTARSKI, Simone	Educação em Saúde; Educação Popular; Educação Alimentar e Nutricional; Escolas públicas; Educadores	2021	RS	UNIV. REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Discursos de professores e de coordenadores pedagógicos sobre alimentação escolar	OLIVEIRA, Giovanna Angela Leonel	pesquisa qualitativa; alimentação escolar; educador; Brasil; políticas públicas	2018	GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
A utilização de hortas e composteiras no desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas para a promoção da saúde em duas escolas municipais de São Paulo	PRAGER, Ana Carolina Lujza de Moura	Horta escolar; Horta pedagógica; Promoção da Saúde; Educação Alimentar e Nutricional; Educação Ambiental	2017	SP	USP
Associação de fatores individuais e do ambiente alimentar nas escolas com o excesso de peso e obesidade dos escolares na América do	CARDOZO, Najla de Oliveira	Ambiente construído; Alimentação escolar; Obesidade infantil; Saúde da criança; Educação alimentar e nutricional.	2021	SP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO ( SÃO JOSÉ DO RIO PRETO )

sul: uma revisão sistemática de estudos observacionais da última década					
Atividades de educação alimentar e nutricional com foco no desperdício de alimentos na alimentação escolar	RIGON, Talita Balansin	desperdício de alimentos; intervenção, educação nutricional	2021	SP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS ( LIMBEIRA )
Agricultura familiar em escolas estaduais do município de Duque de Caxias: arranjos operacionais e processos educativos	ALMEIDA, Ana Lucia dos Santos Albuquerque de	Programa Nacional de Alimentação Escolar Agricultura familiar. Educação alimentar e nutricional. Abordagem pedagógica e transdisciplinar. Alimentação saudável.	2016	RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Promoção da alimentação saudável no ambiente escolar: avaliação do programa horta educativa em escolas estaduais de São Paulo	TOLEDO, Andrea D Agosto	Educação Alimentar e Nutricional; Agricultura Urbana; Saúde Escolar; Promoção da Saúde; Pesquisa Qualitativa; Avaliação de Programas e Projetos de Saúde	2021	SP	USP
Cinema e comensalidade na escola: o diálogo ciência e arte na criação de um website do campo da alimentação e nutrição	MONTEIRO, Gustavo Bastos	Cinema, Comensalidade, Website, CienciArte, Arte, Ciência, Ensino. Alimentação e Nutrição, Web Design	2019	RJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Influência do ambiente alimentar comunitário do entorno da residência no consumo de ultraprocessados entre escolares	FRAGA, Raphaela Silveira	Ambiente alimentar; escolas; consumo alimentar; ultraprocessados	2020	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Caracterização do consumo alimentar e seus fatores determinantes entre adolescentes de escolas públicas e privadas das capitais Brasileiras e do Distrito Federal	SANTANA, Sumara de Oliveira	Saúde do Adolescente, Consumo alimentar, Comportamento alimentar, Estilo de Vida Sedentário	2014	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Efeito de um programa de intervenção com educação nutricional e atividade física na prevenção da obesidade em escolares: um estudo controlado randomizado	FRIEDRICH, Roberta Roggia	Obesidade. Prevenção & Controle. Índice de Massa Corporal. Educação Alimentar e Nutricional. Educação Física e Treinamento. Programas de Redução de Peso. Escolas. Estudo de intervenção. Ensaio Clínico Controlado Aleatório.	2015	RS	UFRGS
Consumo de bebidas açucaradas: associação com as características do ambiente alimentar escolar e padrões de comportamento de saúde	ROCHA, Luana Lara	Bebidas Açucaradas; Adolescentes; Escolas; Ambiente Alimentar	2020	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Qualidade da dieta de crianças de escolas públicas municipais de Belo Horizonte, minas gerais: avaliação e proposta de otimização.	HORTA, Paula Martins	criança; dieta; epidemiologia nutricional; otimização; programação linear; saúde escolar	2016	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Atitudes, crenças e práticas maternas sobre alimentação infantil e percepção e insatisfação materna em relação ao estado nutricional de crianças em escolas particulares do Distrito Federal, Brasil	SILVA, Jessica Pedroso da	criança; percepção materna; nutrição da criança; estado nutricional; imagem corporal; silhueta; relações mãe-filho; alimentação infantil; consumo alimentar.	2016	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Influência da publicidade de alimentos sobre a escolha alimentar de crianças e adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal.	SPANIOL, Ana Maria	Comportamento alimentar, publicidade de alimentos, regulamentação, alimentos não saudáveis, alertas de saúde, nutrição.	2014	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Intervenção nutricional de promoção de alimentação saudável via smartphone entre adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal	LIMA, Stefany Correa	Intervenção Nutricional; Adolescentes; Guia Alimentar; mHealth; Modelo Transteórico; Alimentação Saudável.	2021	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Intervenção nutricional direcionada aos estágios de mudança via whatsapp entre adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal	MELO, Giselle Rhaisa Do Amaral e	mHealth; Modelo Transteórico; Intervenção; Guia Alimentar; Adolescentes	2020	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
O comportamento alimentar de escolares do ensino básico e sua associação com excesso de peso e consumo da alimentação escolar'	CAMARGO, Juliana Melo Teruel Biagi	Estado Nutricional, Criança, Consumo de Alimentos, Alimentação Escolar, Política Nutricional	2015	SP	FCM/UNICAMP

**Repositório Institucional UFC - DISSERTAÇÕES: 11 resultados - DESCRITORES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Educação Integral"**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>palavras-chave</b>	<b>ano</b>	<b>UF</b>	<b>Universidade</b>
A educação alimentar e nutricional e as práticas dos professores de educação física: uma possibilidade para escolas de Fortaleza	NUNES, Alexandra Régia Nobre Monteiro	Alimentação saudável, Educação Alimentar e Nutricional, Educação Física, Práticas docentes	2019	CE	UFC
Do grão ao pão: significações do alimento na pedagogia Waldorf	MACHADO, Juliana Gil da Silva	Alimentação Escolar, Educação Alimentar e Nutricional, Pedagogia Waldorf, Currículo	2016	CE	UFC
Avaliação do consumo alimentar e estado nutricional de crianças menores de dois anos de uma comunidade quilombola	VASCONCELOS, Carliane Vanessa Souza	Educação em saúde, Estado nutricional, Grupo com Ancestrais do Continente Africano, Saúde Pública	2022	CE	UFC
A educação alimentar e nutricional na formação inicial de professores pedagogos no Estado do Ceará	MOURA, Francisco Nunes de Sousa	Alimentação Saudável, Educação em Saúde.	2020	CE	UFC
Conselhos de Alimentação Escolar: análise dos impactos da atuação no Estado do Ceará	OLIVEIRA, Áquila Matheus de Souza	Controle social, Alimentação escolar, Conselho de Alimentação Escolar	2018	CE	UFC

Problematizando a regionalização da alimentação dentro do programa nacional de alimentação escolar	SIQUEIRA, Luanny da Silveira	Alimentação escolar, Regionalização, Hábitos alimentares, Educação alimentar e nutricional	2018	CE	UFC
Educação alimentar e nutricional: avaliação de treinamento para uso de tecnologia educativa sobre alimentos regionais	FERREIRA, Ádria Marcela Vieira	Avaliação Educacional, Educação Alimentar e Nutricional, Promoção da Saúde	2016	CE	UFC
Significados atribuídos à alimentação saudável por professores da Educação Infantil: entre o dito e o vivido	LIMA, José Claudionor de	Currículo, Alimentação saudável, Cultura alimentar, Professores da Educação Infantil	2018	CE	UFC
Alimentação escolar: práticas de agricultores Cearenses como fornecedores para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	GOMES, Ludmir dos Santos	Alimentação escolar, Agricultura familiar, Compras sustentáveis, Educação escolar	2019	CE	UFC
Comida e poder: análise histórica da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará (1964-1972)	ARAGÃO, Francisco José Alves de	Brasil. Ministério da Educação, Campanha Nacional de Alimentação Escolar Alimentação Escolar – Ceará – 1964 – 1972, Merenda escolar – Ceará – 1964 – 1972, Bem-estar do aluno – Ceará – 1964 – 1972	2016	CE	UFC
Lâmina de irrigação versus cobertura do solo e manejo da fertirrigação fosfatada no cultivo do feijão-caupi	OLIVEIRA, Willame Candido de	Semiárido, Vigna unguiculata (L.) Walp, Necessidades hídricas, Mulching ácido fosfórico	2019	CE	UFC

***BDTD - TESES: 12 resultados - DESCRITORES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Educação Integral"***

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>palavras-chave</b>	<b>ano</b>	<b>UF</b>	<b>Universidade</b>
Aproveitar para não desperdiçar: uma proposta de oficina de aproveitamento integral de alimentos para a educação de jovens e adultos (eja)	MERCINI, Bárbara Junia Patrício	Oficina, Material didático, Aproveitamento Integral dos Alimentos, Educação Nutricional, Educação de Jovens e Adultos.	2015	MG	PUC-BH
Qualificação profissional de mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional	CAMPOS, Jussara Maysa Silva	Segurança Alimentar e Nutricional, Vulnerabilidade Social e Educação	2015	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - DF
Restaurantes Populares: ferramenta de política pública sob a perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional	BRANDÃO, Thaysa Barbosa Cavalcante	Segurança Alimentar e Nutricional, Política Pública, Restaurantes Populares, Políticas públicas Brasil, Política alimentar Brasil, Segurança alimentar Brasil	2017	RJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RJ
Intervenção nutricional para implementação do guia alimentar para a população brasileira com	CHAGAS, Carolina Martins dos Santos	Alimentação saudável, Jogos digitais, Intervenção nutricional, Prática alimentar	2017	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - DF

mobile health entre adolescentes do Distrito Federal					
Riscos emergentes dos alimentos : regulação, conflitos e tensões; uma experiência Brasileira	FIGUEIREDO, Ana Virgínia de Almeida	Riscos dos alimentos. Regulação sanitária. Vigilância sanitária. Controle sanitário dos alimentos.	2014	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - DF
Impacto de uma intervenção multicomponente sobre a duração do sono, sonolência diurna e excesso de peso em adolescentes do ensino de tempo integral da cidade de Fortaleza	SOUSA, Evance Avelino de	Saúde do escolar. Estado nutricional. Qualidade do Sono. Sintomas depressivos. Transtornos alimentares.	2019	CE	UFC - FORTALEZA
Qualidade da dieta de crianças de escolas municipais de Belo Horizonte, Minas Gerais: avaliação e proposta de otimização	HORTA, Paula Martins	Criança. Dieta. Epidemiologia nutricional. Otimização. Programação linear. Saúde escolar.	2016	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BH
Óleo de Pequi (caryocar brasileiro, camb) na alimentação de juvenis de Tambaqui (colossoma macropomum, curvier 1818)	ROCHA, Alyson Soares da	desempenho, óleo vegetal, pequi, perfil lipídico	2018	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - DF
Comportamento sedentário, atividade física e estado nutricional de idosos	CAMILO, Bruno de Freitas	Estilo de vida sedentário. Sobrepeso. Obesidade. Desnutrição. Idoso.	2017	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - UBERABA
Comunicação, saberes e sabores: estratégias de sobrevivência e práticas de bem viver na aldeia Cinta Vermelha-Jundiba	LIBERATO, Rita Simone Barbosa	Educação, Índios, Minas Gerais, Comunicação, Aldeias Indígenas, Aldeia Cinta Vermelha, Jundiba (Araçuaí, MG), Educação Indígena, Comunicação Comunitária	2018	SE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Qualidade da dieta de escolares do município de São Paulo	PRADO, Barbara Grassi	Alimentação Escolar, Comportamento Alimentar, Crianças	2014	SP	USP
Avaliação da implementação das condicionalidades de saúde do programa bolsa família e seu papel no cuidado à saúde: estudo de caso do município do Rio de Janeiro	TREVISANI, Jorginete de Jesus Damião	Avaliação em Saúde, Bolsa Família, Equidade em Saúde, Programas de Transferência de Renda, Programas de Alimentação e Nutrição	2012	SP	USP
<b><i>BDTD - DISSERTAÇÕES: 39 resultados - DESCRITORES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Educação Integral"</i></b>					
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>palavras-chave</b>	<b>ano</b>	<b>UF</b>	<b>Universidade</b>
Acepções e Práticas de Educação Alimentar e Nutricional no Âmbito Escolar	RAMOS, Flavia Pascoal	educação alimentar e nutricional, alimentação escolar, nutricionistas, educação em saúde	2016	BA	UFBA - SALVADOR



Avaliação de estratégia de educação nutricional em unidade de alimentação e nutrição	MAZOCCO, Larissa	Educação nutricional, densidade energética, sódio, Ficha Técnica de Preparação, cardápio, Unidade de Alimentação e Nutrição, escolha alimentar, informação nutricional.	2015	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Experiência educacional holística envolvendo educação alimentar e nutricional: um estudo de caso.	REGO, Natália da Silva	Complexidade, Educação alimentar e nutricional, Educação holística	2020	SP	UNIDADE DA USP, FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO
Educação Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde na perspectiva do profissional não nutricionista	CARVALHO, Fernanda Werbicky de	Atenção Primária à Saúde, Educação Alimentar e Nutricional, Promoção da Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional	2016	SP	USP
A educação alimentar e nutricional na formação inicial de professores pedagogos no Estado do Ceará	MOURA, Francisco Nunes de Sousa	Alimentação Saudável, Educação em Saúde, Ensino de Ciências	2020	CE	UFC - FORTALEZA
Educação alimentar e nutricional: percepção de professores, coordenadores pedagógicos e nutricionistas	NASCIMENTO, Vitor de Mattos	Educação Alimentar e Nutricional, Alimentação Escolar. Hábitos Alimentares	2016	SP	USP
Educação alimentar e nutricional: estratégias lúdicas facilitadoras do ensino de biologia na educação de jovens e adultos	MELO, Alena Sousa de	Educação de jovens e adultos (EJA), Segurança alimentar, Ludicidade, Ensino e aprendizagem	2019	PB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Desenvolvimento de oficinas de educação alimentar e nutricional pautadas no modelo transteórico para consumo de óleos e gorduras	SIQUEIRA, Vanessa de Oliveira	Educação Alimentar e Nutricional, Promoção da Saúde, Comportamento Alimentar/psicologia, Humanos, Feminino, Fatores Socioeconômicos, Pesos e Medidas Corporais, Adulto, Enfermagem, Masculino, Gorduras na Dieta, Questionário	2012	MG	UFMG
O olhar do educando e do educador sobre ação de educação alimentar e nutricional desenvolvida com mulheres do Recanto das Emas/DF	TORQUATO, Luiza Lima	Educação alimentar e nutricional, Educação em saúde, Mulheres - Distrito Federal (Brasil)	2015	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Construção e validação de instrumento imagético de promoção de práticas alimentares saudáveis para adolescentes	COSTA, Kelly Paranhos	Educação alimentar e nutricional, adolescentes, dieta, hábitos alimentares.	2017	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Impacto de uma intervenção nutricional com instrumentos imagéticos para a promoção de práticas alimentares saudáveis entre adolescentes de Brasília-DF	FONSECA, Laís Gomes	Educação Alimentar e Nutricional, Instrumentos imagéticos (Obras pictóricas), Conhecimento, Hábito alimentar, Adolescente.	2017	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Promoção da alimentação saudável na atenção primária à saúde: contribuição para construção coletiva do saber-fazer	LIMA, Rosana Maria Ferreira de Moura	Promoção da saúde; Educação alimentar e nutricional; Clínica ampliada; Pesquisa participativa; Integralidade	2014	RN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
A atuação de nutricionistas do Serviço Social da Indústria como promotores de saúde: suas práticas e percepções	<u>FERREIRA, Gina Marini Vieira</u>	Promoção da Saúde. Nutricionistas. Educação Alimentar e Nutricional. Nutrição em promoção da saúde. Bem-estar.	2016	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Programa Horta Educativa: Análise da política pública no município de Limeira - SP	ZAMBELLI, Luana Cristina	Alimentação, Educação Ambiental, Educação Alimentar e Nutricional.	2019	SP	UNICAMP - : LIMEIRA-SP
Consumo alimentar de crianças de 6 a 24 meses no domicílio e em centros municipais de educação infantil	<u>MADRUGA, Fernanda Pons</u>	Consumo alimentar; crianças menores de dois anos; creche; hábitos alimentares; PNAE.	2015	SC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Percepção parental acerca do comportamento alimentar de crianças pré-escolares em uma população de baixa renda no Distrito Federal	OLIVAL, Mariana Delgado de	Segurança Alimentar e Nutricional, Hábitos alimentares, Crianças - educação pré-escolar - nutrição, Pobreza	2015	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Excesso de peso e sua relação com condições socioeconômicas da área de moradia de crianças assistidas por escolas públicas de educação infantil de Porto Alegre	KRAUSE, Annelise Barreto	Estado nutricional, Índice de Massa Corporal, fatores socioeconômicos, saúde da criança, pré-escolares, vizinhança, território	2013	RS	UFRGS
Qualidade nutricional da alimentação escolar fornecida a crianças de 7 a 36 meses em Centros Municipais de Educação Infantil	BORBA, Anabelle Retondario de Lima	Alimentação Escolar. Lactente. Análise físico-química.	2014	PA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.
Fatores associados à não adesão e à não aceitação da alimentação escolar por alunos de escolas públicas de tempo integral	CARVALHO, Nágila Araújo de	Alimentação escolar, Política nutricional, Saúde escolar	2015	GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Variação temporal do excesso de peso em crianças matriculadas em Escolas Municipais de Educação Infantil de Porto Alegre e análise da alimentação escolar (2006-2013)	FIAMINGHI, Diane Cristina	Transição nutricional; Excesso de peso; Pré-escolares; Alimentação escolar.	2015	RS	UFRGS
Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista	MAGAGNIN, Tayná	Autismo – Aspectos nutricionais, Autistas - Nutrição, Nutrição – Necessidades, Educação em saúde, Atenção primária à saúde	2019	SC	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARIENSE.
Influência do tempo de permanência na rede pública de educação infantil sobre a promoção de saúde bucal e sobre a formação de hábitos alimentares saudáveis em	SINCHEZ, Carlos Javier Arauzo	Cárie dentária, Dente decíduos, Educação infantil, Hábitos alimentares, Maloclusão, Placa dentária	2017	SP	USP

pré-escolares no município de São Paulo					
Avaliação das ações de saúde e nutrição na perspectiva do Programa Saúde na Escola	SOUZA, Nathália Paula de	Saúde escolar; Promoção da saúde; Prevenção de doenças; Educação nutricional; Avaliação de programas e projetos de saúde	2012	PE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Implementação do Programa de Alimentação Escolar: gestão terceirizada do cardápio em Escolas Técnicas de Pernambuco	OLIVEIRA, Flávia Gabrielle Pereira	Alimentação Escolar, Serviços Terceirizados, Políticas Públicas	2014	PE	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES. RECIFE, PE, BRASIL.
Educação permanente em alimentação e nutrição na Estratégia Saúde da Família: um olhar sobre municípios brasileiros de grande porte	RICARDI, Luciano Martins	Família - saúde e higiene - nutrição, Nutrição e saúde pública, Pessoal da área médica, Capacitação de empregados, Programa de Saúde da Família (Brasil)	2013	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA.
Influência da publicidade de alimentos sobre a escolha alimentar de crianças e adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal	SPANIOL, Ana Maria	Crianças - Distrito Federal (Brasil) - nutrição, Obesidade - crianças, Hábitos alimentares, Alimentos - consumo, Publicidade - regulamentação, Comportamento do consumidor - crianças - nutrição	2014	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA.
Avaliação do consumo alimentar nos restaurantes populares do Brasil	CARRIJO, Alinne de Paula	Nutrição - avaliação, Alimentos - análise	2013	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA.
Percepção de pais de escolares sobre o comportamento de seus filhos como influenciadores de compras familiares de alimentos	DALLAZEN, Camila	compras familiares; alimentos; percepção; pais; consumidor infantil.	2012	SC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
Diagnósticos de enfermagem em adolescentes com excesso de peso	<u>NASCIMENTO, Raphaela Santos do</u>	Obesidade; Adolescente; Educação em Saúde; Enfermagem; Diagnósticos de Enfermagem	2012	PE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Prevalência de fatores de risco cardiovascular em cadetes da academia da força aérea Brasileira	HILGENBERG, Fernanda Elisabete	Fatores de risco, Adulto, Militares, Doenças Cardiovasculares	2013	GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - GOIÂNIA
Níveis de atividade física e barreiras e facilitadores para sua prática entre adolescentes surdos e ouvintes	<u>ANDRADE, Luana Foroni</u>	Surdez, Adolescente, CIF, Exercício, Linguagem de Sinais	2015	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, UBERABA.
Extensão popular: debatendo autonomia e participação em hortas urbanas no PINAB/UFPB	BOTELHO, Bruno Oliveira de	Extensão popular, Agricultura urbana, Autonomia e participação popular		PB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
Desenvolvimento, propriedades e aceitação de preparações funcionais para escolares entre 09 a 15	BUENO, Rosana Gomes Arruda Leite	Alimentos funcionais Merenda escolar Prebióticos Antioxidantes		SP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS,

anos da rede pública de Campinas/SP					
O lugar do nutricionista nos núcleos de apoio à saúde de Fortaleza: desenhos iniciais	RODRIGUES, Diana Cris Macedo	Atenção Primária à Saúde, Pesquisa Qualitativa, Nutricionista	2012	CE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. FACULDADE DE MEDICINA, FORTALEZA
Percepções sobre barreiras e facilitadores para a implementação da lei de regulamentação das cantinas escolares no Distrito Federal sob a ótica de estudantes adolescentes	DIOGO, Shirley Silva	Alimentação saudável, Alimentação - escola, Nutrição - adolescentes, Cantinas escolares	2016	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA,
Avaliação do ritmo mastigatório utilizando variáveis dinâmicas por meio da simulação de uma alimentação monitorada: estudo pré-clínico	CARDOSO, Paula Veras Uessugue	Sobrepeso, Obesidade, mastigação, IMC	2020	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA.
Influência das capacitações na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Minas Gerais	FIGUEIREDO, Isabella Araújo	Política pública, Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil), capacitação	2017	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA
Caracterização dos fatores de escolha e compra de frutas e hortaliças pela população adulta do Distrito Federal	TEIXEIRA, Bárbara de Alencar	Nutrição - avaliação - Frutas - hortaliças	2013	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA
Farmacoterapia e fatores associados à adesão ao tratamento em idosos com síndrome metabólica	GOMES, Nayara Cândida	Idoso, Síndrome Metabólica, Adesão ao Tratamento, farmacoterapia	2015	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, UBERABA,

**BDTD - TESES: 23 resultados - DESCRITORES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Políticas Públicas"**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>palavras-chave</b>	<b>ano</b>	<b>UF</b>	<b>Universidade</b>
Consumo alimentar de alunos da educação básica de guariba, são paulo: um estudo longitudinal	AMISTÁ, Maria Julia de Miguel	Adolescente, Alimentos industrializados, consumo de alimentos, Estado nutricional, estudo longitudinal	2018	SP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - PIRACICABA
Práticas educativas em Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência da estratégia saúde da família em João Pessoa, PB	VASCONCELOS, Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de	Educação em saúde, Saúde da Família, Segurança Alimentar e Nutricional, Implementação, Avaliação	2013	RJ	ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA, FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, RIO DE JANEIRO
Restaurantes populares: ferramenta de política pública sob a perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional	BRANDÃO, Thaysa Barbosa Cavalcante	Segurança Alimentar e Nutricional, Política Pública, Restaurantes Populares, Políticas públicas Brasil, Política alimentar Brasil, Segurança alimentar Brasil	2017	RJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Análise multidimensional da insegurança Alimentar e Nutricional da população urbana do Estado do Tocantins	SCHOTT, Eloise	Segurança Alimentar e Nutricional. Estado nutricional. Políticas públicas. Inquérito populacional. Fatores socioeconômicos	2019	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - MG
Hortas escolares : análise da etapa piloto do projeto hortas pedagógicas prevendo proposta de expansão por competição de hackathon	FUSCALDI, Kelliane da Consolação	Horta escolar, Educação alimentar e nutricional, Políticas públicas : Educação, Bibliometria	2021	RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.
Estado nutricional de pré-escolares e consumo alimentar de suas famílias no Município de Ponta Grossa-PR: a influência das condições socioeconômicas e das políticas públicas	KO-PRUSZYNSKI, Cibele Pereira	Programa Bolsa Família. Segurança Alimentar e Nutricional. Pré-escolares.	2014	SP	UNESP – CAMPUS DE ARARAQUARA
Hortas escolares como instrumento de aprendizagem e de promoção da alimentação saudável	ROCHA, Caio Tibério Dornelles da	Educação alimentar e nutricional, Dieta saudável, Horta escolar, Políticas públicas : Brasil	2020	RS	UFRGS - POA
Desvendando raízes e retratos no campo da alimentação e nutrição no Brasil: de Francisco Pompêo do Amaral ao Centro Paula Souza	CARVALHO, Maria Lucia Mendes de	Alimentação e Nutrição, Segurança Alimentar e Nutricional, Educação Profissional, História da Educação.	2013	SP	UNICAMP
A efetividade e a elaboração legislativa do direito à alimentação: política pública, educação e gestão participativa	KAITEL, Cristiane Silva	Direito à alimentação. Efetividade. Elaboração legislativa. Gestão participativa. Legisprudência. Legística material. Educação para uma alimentação adequada.	2016	MG	UFMG - BH
Soberania alimentar: dimensões material, prático-política, utópica e contraposição à [des]ordem do sistema agroalimentar	COSTA, Joaquim Gonçalves da	Soberania Alimentar. Segurança Alimentar e Nutricional. Sistema Agroalimentar. Políticas Públicas. Agroecologia. Formação Humana. Questão Agrária. Campesinato. Fome.	2018	RJ	UERJ
Políticas públicas para agricultura familiar: desafios e perspectivas na formação de redes sociais	PROCÓPIO, Francine de Camargo	Agricultura Familiar, Políticas públicas, SAN, comercialização e redes sociais	2020	SP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA
Adolescer na zona rural da Bahia: condicionantes da saúde em comunidades quilombolas e não quilombolas	SOUSA, Bárbara Cabral de	Adolescente, Comportamento Alimentar, Estilo de Vida Sedentário, Autoimagem, Sexualidade	2017	CE	UFC
Efeito de um programa de intervenção na implementação de cantinas escolares saudáveis: um estudo controlado randomizado	BALESTRIN, Mariana	Alimentação Escolar. Obesidade Pediátrica. Serviços de Saúde Escolar. Dieta Saudável. Educação Alimentar e Nutricional. Risco à Saúde Humana	2021	RS	UFRGS - POA

A comida invisível: representações sociais sobre a alimentação escolar entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS	ALTEMBURG, Shirley Grazieli Nascimento	Segurança alimentar, Produção agrícola familiar agroecológica, Mercados institucionais	2014	RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Adaptação transcultural do instrumento Food Choice questionnaire para uso no Brasil.	HEITOR, Sara Franco Diniz	Estudos de validação., Comparação Transcultural., Questionários., Preferências alimentares., Comportamento alimentar., Confiabilidade e Validade.	2017	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
Demandas sociais e o movimento ambientalista: um estudo de caso na rede de educação cidadã	FERREIRA, Estela Maria de Azevedo Nery	Ambientalismo, Ambiente e Sociedade, ecologia, movimentos sociais	2019	SP	USP - PIRACICABA
Quando o agricultor não chega à escola: programa nacional de alimentação escolar da agricultura familiar	SANTOS, Alice Nayara dos	Políticas públicas em Educação – Canindé (CE), Programa Nacional de Alimentação Escolar de Agricultura Familiar, Alimentação Escolar	2016	CE	UFC
Comunicação, saberes e sabores: estratégias de sobrevivência e práticas de bem viver na Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba	LIBERATO, Rita Simone Barbosa	Educação, Índios, MG, Comunicação, Aldeias Indígenas, Aldeia Cinta Vermelha, Educação Indígena, Comunicação Comunitária	2018	SE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE
Avaliação da efetividade do programa de alimentação do trabalhador	BEZERRA, Ingrid Wilza Leal	Administração pública, Políticas públicas, Programa de Alimentação do Trabalhador, Estado nutricional	2015	RN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Análise da implementação do programa nacional de alimentação escolar – PNAE a partir de instrumentos de avaliação de políticas e fiscalização de programas governamentais	LOPES, Bruno de Jesus	Políticas Públicas - Avaliação, Programa de Alimentação Escolar (Brasil)	2017	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - MG
Análise do desenvolvimento da extensão universitária no instituto de nutrição da UERJ no período 1990-2014	CURY, Maria Thereza Furtado	Extensão universitária, UERJ, Políticas públicas de alimentação e nutrição, Nutrição Rio de Janeiro (RJ), Ensino universitário Rio de Janeiro (RJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro., Instituto de Nutrição	2015	RJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Direito humano à alimentação adequada e atuação profissional em saúde pública	GUERRA, Lucia Dias da Silva	Atenção Primária à Saúde, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Saúde Pública, Segurança Alimentar e Nutricional	2017	SP	USP
Alimentação escolar: percepções dos atores sociais de escolas de um município da região metropolitana de São Paulo	ASSÁO, Tatiana Yuri	Alimentação Escolar, Educação Alimentar e Nutricional, Pesquisa Qualitativa, Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação	2012	SP	USP

**BDTD - DISSERTAÇÕES: 40 resultados - DESCRITORES: "Educação Alimentar e Nutricional" AND "Políticas Públicas"**

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>palavras-chave</b>	<b>ano</b>	<b>UF</b>	<b>Universidade</b>
A educação alimentar e nutricional e as práticas dos professores de educação física: uma possibilidade para escolas de Fortaleza	NUNES, Alexandra Régia Nobre Monteiro	Alimentação saudável, Educação Alimentar e Nutricional, Educação Física, Práticas docentes	2019	CE	UFC
Educação alimentar e nutricional: estudo de caso de um projeto interdisciplinar	RUOCCO, Mariana Barbosa Meirelles	Educação Alimentar e Nutricional, Pesquisa Qualitativa, Prática Interdisciplinar, Promoção da Saúde	2020	SP	USP
O ambiente alimentar da rede municipal de educação de São Luís - MA	RUDAKOFF, Livia Carolina Sobrinho	Alimentação Escolar, Boas Práticas de Fabricação, Planejamento de cardápio, Programas e políticas de nutrição e alimentação, Segurança Alimentar e Nutricional	2016	MA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Elaboração e apresentação de componente curricular integrativo e transversal: uma experiência no contexto da educação alimentar e nutricional para o ensino médio	CORRÊA, Solange Azevedo	Educação alimentar e nutricional. Promoção da alimentação adequada e saudável. Ensino médio. Projeto Político Pedagógico	2020	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BH
Insegurança alimentar em famílias de crianças matriculadas na rede municipal de educação infantil, Belém-PA	LEITE, Juliane Costa	Segurança Alimentar e Nutricional, Indicadores sociais, Antropometria, Estado nutricional, Crianças	2018	PA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
O olhar do educando e do educador sobre ação de educação alimentar e nutricional desenvolvida com mulheres do Recanto das Emas/DF	TORQUATO, Luiza Lima	Educação alimentar e nutricional, Educação em saúde Mulheres - Distrito Federal (Brasil)	2015	DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
O papel das políticas públicas de segurança alimentar através do PNAE: um estudo de caso de uma escola da rede estadual de educação do Paraná no município de Toledo	SOARES, Simone Cesario	Políticas-Públicas, Segurança-Alimentar, PNAE, Educação, Paraná	2022	PR	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, MARECHAL CÂNDIDO RONDON
Representações sociais de nutricionistas do núcleo ampliado de saúde da família sobre educação alimentar e nutricional	GUEDES, Natália de Alvarenga	Representações sociais; Nutricionistas; Educação Alimentar e Nutricional; Atenção Primária à Saúde; Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica.	2019	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Educação alimentar e nutricional em nível de atenção primária à saúde em São Paulo e Bogotá: cenário e temáticas	CARDENAS, Alexandra Pava	Atenção Primária à Saúde, Brasil, Colômbia, Educação Alimentar e Nutricional, Políticas Públicas, Prática de Grupo	2013	SP	USP

Ações promotoras de saúde para o combate ao excesso de peso e sedentarismo em adolescentes no ambiente escolar	MISKE, Julius	Educação alimentar e nutricional. Atividades Físicas. Obesidade. Sedentarismo. Promoção de Saúde. Adolescentes.	2018	PE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Avaliação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina	MACHADO, Mick Lennon	Segurança Alimentar e Nutricional. Política Pública. Avaliação.	2017	SC	UFSC - FLORIANÓPOLIS
Segurança Alimentar e Nutricional: indicadores e gestão no rural de Gravataí, Rio Grande do Sul	MEDEIROS, Tathiane Muriel	Segurança Alimentar, Desenvolvimento Rural, CONSAD Metropolitan Sul, Indicadores de SAN, Gestão de SAN	2014	RS	UFRGS - POA
Do lixo à mesa: uma análise do Programa Câmbio Verde de Curitiba sob a perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional	<u>RIBEIRO, Brenda Lee Bianchi</u>	Meio ambiente; Política Pública; Vulnerabilidade Social; Segurança Alimentar e Nutricional; Catadores	2020	NI	NI
Programa Horta Educativa: análise da política pública no município de Limeira - SP	ZAMBELLI, Luana Cristina	Alimentação, Educação Ambiental, Educação Alimentar e Nutricional	2019	SP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - LIMIEIRA
Avaliação do consumo alimentar e estado nutricional de crianças menores de dois anos de uma comunidade quilombola	<u>VASCONCELOS, Carliane Vanessa Souza</u>	Educação em saúde, Estado nutricional, Grupo com Ancestrais do Continente Africano, Saúde Pública	2022	CE	UFC
Percepções de responsáveis pela aquisição de alimentos para a família sobre compra e consumo de alimentos saudáveis	MOREIRA, Caroline Camila	Alimentos Saudáveis. Compra de alimentos. Consumo de frutas e hortaliças. Pais de escolares. Comportamento de consumo.	2013	SC	UFSC
O ambiente escolar como promotor da Segurança Alimentar e Nutricional: o papel da alimentação escolar	VALENTIM, Emanuele de Araújo	Alimentação Escolar. Adolescentes. Políticas Públicas.	2014	NI	NI
Análise de método de avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional: uma contribuição à política municipal de SAN	PANELLI-MARTINS, Bárbara Eduarda	Segurança Alimentar e Nutricional, Avaliação de SAN, Indicadores de SAN	2006	BA	UFB - SALVADOR
Adesão à alimentação escolar por adolescentes da rede pública de ensino Lapa, Paraná	CESAR, Josiane Tiborski	Adolescentes. Alimentação Escolar. Políticas Públicas. Programas Governamentais.	2016	NI	NI
O impacto do programa bolsa família na segurança alimentar Dos beneficiários do meio urbano e rural do município de Laranjeiras do Sul/Paraná	SOUTHIER, Naiara	Políticas Públicas, Segurança Alimentar, Ambientes Urbanos, Ambientes Rurais	2018	SC	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: reflexões sobre o campo científico e características dos grupos de pesquisa	ALBUQUERQUE, Joverlany Pessoa de	Segurança Alimentar e Nutricional, Fome, Soberania Alimentar, Campo científico-acadêmico	2020	SP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, LIMIEIRA - SP



Efetividade social do programa bolsa família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde (GO)	ALMEIDA, Frankcione Borges de	Políticas Públicas, Efetividade, Programa Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional, Famílias Rurais	2014	GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Implementação do Programa de Alimentação Escolar: gestão terceirizada do cardápio em Escolas Técnicas de Pernambuco	OLIVEIRA, Flávia Gabrielle Pereira	Alimentação Escolar, Serviços Terceirizados, Políticas Públicas	2014	PE	RECIFE - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES.
Perfil nutricional e de segurança alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família de Maceió – AL	CABRAL, Marcela Jardim	Programa de Sustentação de Redá – Brasil, Programa Bolsa Família – Maceió (AL), Avaliação Nutricional, Segurança Alimentar, Damília – Consumo Alimentar	2013	AL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Avaliação do programa nacional de alimentação escolar e dos fatores associados à situação de (In)segurança Alimentar e Nutricional em crianças	ROCHA, Naruna Pereira	Merenda escolar, Crianças - Nutrição, Segurança alimentar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil)	2016	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - MG
Contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar na situação de Segurança Alimentar e Nutricional em famílias com crianças até seis anos durante a pandemia de Covid-19	KONFLANZ, Daiana Taís Zander	Insegurança Alimentar e Nutricional. Alimentação Escolar. SARS-CoV-2. Pré-Escolares. Vulnerabilidade Social.	2022	PR	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
Qualidade de vida e atitudes alimentares de graduandos da área de Saúde de uma universidade pública em Uberaba-MG	COSTA, Daniela Galdino	Qualidade de Vida, Comportamento Alimentar, Transtornos da Alimentação e da Ingestão de Alimentos, Estudantes de Ciências da Saúde, Universidades	2017	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
Análise do programa de aquisição de alimentos na alimentação escolar em um município de Santa Catarina	SOARES, Pamela	Alimentação escolar. Programa de Aquisição de Alimentos. Abastecimento de alimentos. Políticas públicas de alimentação e nutrição.	2012	SC	UFSC
O efeito de vídeos de alimentação saudável sobre as escolhas de alimentos em crianças	<u>SOUZA, Gilvandro Figueiredo</u>	mídia televisiva, publicidade de alimentos, práticas alimentares, preferências alimentares, vídeos, crianças.	2014	PA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM
Análise de políticas públicas intersectoriais de fortalecimento da agricultura familiar e de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e o caso de um município do Espírito Santo	NEVES, Daniele Custódio Gonçalves das	Intersetorialidade; Segurança Alimentar e Nutricional; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Programa de Aquisição de Alimentos.	2018	RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RJ
Efetividade de intervenção nutricional pautada no programa Promoção da Alimentação Adequada e	<u>LIMA, Bianca Bastos</u>	Promoção da Saúde, Cuidados primários de saúde, Hábitos alimentares	2021	MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Saudável (PAAS) na Atenção Primária: Ensaio comunitário controlado randomizado.					
Excesso de peso e sua relação com condições socioeconômicas da área de moradia de crianças assistidas por escolas públicas de educação infantil de Porto Alegre	KRAUSE, Annelise Barreto	Estado nutricional, Índice de Massa Corporal, fatores socioeconômicos, saúde da criança, pré-escolares, vizinhança, território	2013	RS	UFRGS
Gestão e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	COSTA, Paula Medeiros	Alimentação escolar, Nutricionista, Políticas públicas, Programas e políticas de alimentação	2015	GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Agricultura familiar e alimentação escolar nas encostas da serra geral de Santa Catarina: desafios e potencialidades	MOSIMANN, Eloysa Neze-llo	Agricultura Familiar, Alimentação Escolar	2014	SC	UFSC
Insegurança alimentar e excesso de peso em escolares do primeiro ano do ensino fundamental da rede municipal de São Leopoldo/RS	VICENZI, Keli	Sobrepeso, Obesidade, Escolares, Insegurança Alimentar	2012	RS	UNISINOS - SÃO LEOPOLDO
Programa Nacional de Alimentação Escolar: análise da implementação no município de Belo Horizonte - MG	SILVA, Samuel Rodrigo	Políticas Públicas, Programa Nacional de Alimentação Escolar – Belo Horizonte (MG) – Análise, Merenda Escolar, Educação e Estado	2015	MG	VIÇOSA MINAS GERAIS - BRASIL
Comida e poder: análise histórica da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Ceará (1964-1972)	ARAGÃO, Francisco José Alves de	Alimentação Escolar, CNAE, Currículo, Educação Brasileira, História e Memória	2016	CE	UFC
Comunicação, alimentação e saúde: diretrizes para uma nova abordagem midiática e promoção da cidadania a partir da análise temática do material didático do Projeto Educando com a horta escolar (PEHE)	SILVA, Tatiana Aoki Cavalcanti	alimentação, cidadania, comunicação, promoção da saúde, saúde	2013	SP	USP
Agricultura familiar e promoção da saúde: um novo olhar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	DORIA, Natália Gebrim	Agricultura Familiar, Alimentação Escolar, Determinantes Sociais de Saúde, Multifuncionalidade da Agricultura, Promoção da Saúde	2019	SP	USP
Implantação de estratégias para qualidade na alimentação escolar	RODRIGUES, Chaiane Martins	Alimentação escolar, Qualidade, Capacitações, Manipuladores, Conhecimento, atitude e prática	2018	RS	UNIVERSIDADE FRANCISCANA - SANTA MARIA - RS

Fonte: a autora (2022)

## APÊNDICE 4 – GLOSSÁRIO E CONSIDERAÇÕES DA APRESENTAÇÃO

### ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE: a educação integral como espaço de diálogo e interconexões de saberes

Apresentação Dissertação de Mestrado - Cristiane Jung Abarno  
Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Moll

#### Glossário e Considerações da Apresentação:

##### 1 - GLOSSÁRIO:

DHAA: Direito Humano à Alimentação Adequada  
EAN: Educação Alimentar e Nutricional  
EI: Educação Integral  
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
GAPB: Guia Alimentar da População Brasileira  
IA: Insegurança Alimentar  
InSAN: Insegurança Alimentar e Nutricional  
OMS: Organização Mundial da Saúde  
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PPG: Programa de Pós-Graduação  
SAN: Segurança Alimentar e Nutricional  
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

##### 2 - CONSIDERAÇÕES E CONCEITOS DA APRESENTAÇÃO:

**ALIMENTAÇÃO** - é um ato voluntário, se relaciona com a comida e todas as nossas escolhas do que comer, o que é comestível, onde e como produzir, como e onde comprar, como fazer, com quem, onde e que horas comer, onde descartar os resíduos, como não desperdiçar, e assim por diante, muito se relaciona com a cultura.

**NUTRIÇÃO** - é um ato involuntário e é a causa, consequência das nossas escolhas.

**SAÚDE (OMS)** - "um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade" (OMS, 1946).

**AYURVEDA (Ciência da Vida)** - Medicina indiana que se baseia no ponto de vista bioenergético para entender o nosso funcionamento. Entende que tudo no universo é feito por uma energia vital inteligente que se expressa através dos 5 elementos (éter, ar, fogo, água e terra), inclusive os seres humanos e os alimentos. Além disto, o Ayurveda nos mostra que somos seres únicos, individuais, mas ao mesmo tempo integrados e conectados com o todo. O Ayurveda nos entrega ferramentas para o auto-conhecimento, nos conecta com a auto responsabilidade de cuidar de si, das relações e do planeta, para busca de felicidade.

*"Se a vida tem um significado mais alto e mais amplo, que valor tem nossa educação se nunca descobrimos esse significado? Podemos ser superiormente cultos; se nos falta, porém, a profunda integração do pensamento e do sentimento, nossas vidas são incompletas, contraditórias e cheias de temores torturantes; e, enquanto a educação não abranger o sentido integral da vida, bem pouco significará."*

(Krishnamurti, 1976, p.9)

#### EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL:

Lei n. 11.947/2009 (PNAE) - Estabelece a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem, que perpassa o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2009, p. 2).

Conceitos Interdependentes:

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN)  
DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA)  
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

EAN	DHAA	SAN
[...] é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, <b>transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis</b> . A prática de EAN deve fazer uso de abordagens e recursos <b>educacionais</b> problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, <b>considerando todas as fases do curso da vida</b> , etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (BRASIL, 2012, p.23) [grifo nosso].	<b>A alimentação adequada é o direito fundamental do ser humano</b> , inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público <b>adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população</b> . (BRASIL, 2006b, p. 2). [grifo nosso]	A <b>segurança alimentar e nutricional</b> consiste na realização do <b>direito de todos</b> ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base <b>práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis</b> . (BRASIL, 2006b, p. 2). [grifo nosso]

**SOBERANIA ALIMENTAR** - é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. Entendemos por Soberania Alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade dos modos campeiros, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar em Havana, 2001, n.p.).

**EDUCAÇÃO INTEGRAL:** Constituição Federal, artigo 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o desenvolvimento da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**CIDADANIA** - [...] se inscreve na tensão permanente entre os direitos individuais e coletivos, entre o princípio da igualdade e o direito à diferença, entre os direitos e responsabilidades. O que se conclui é que a construção da cidadania requer participação ativa de todos os grupos que compõem uma comunidade cívica, num processo sempre renovado de luta por direitos (NEVES, 2010, p.3).

A Educação Integral, na escola, coloca a formação dos alunos em uma perspectiva de função social e cidadã, pensa nas práticas da vida da humanidade como oportunidade de formação e não como uma instituição reduzida à lista de conteúdos para ensinar, avaliar e selecionar os poucos "aproveitáveis", pois assim, muitos ficam de fora, e a educação é um direito de todos (MOLL, 2020).

**CIDADES EDUCADORAS:** Surgiu em 1990 (Barcelona) com a proposta de integrar a educação formal e informal que se gera no contexto da cidade e se destina a todos os que a habitam. Inclui um compromisso político, público e ativo que diz respeito, não só às famílias e às escolas, mas também às instituições públicas, entidades do governo, associações em geral, como as culturais e outras formações coletivas. (CIDADES EDUCADORAS, 1990).



**ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE: a educação integral como espaço de diálogo e interconexões de saberes**

Apresentação Dissertação de Mestrado - Cristiane Jung Abarno  
Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Moll

Educação Integral	Educação Alimentar e Nutricional
<p>Envolve diversas e abrangentes concepções da formação dos indivíduos (CAVALIERI, 2010).</p> <p>A concepção sócio-histórica: [...] diz respeito à formação integral do homem para agir política e socialmente, em vários momentos históricos e de sua própria história, por meio de uma formação humana mais completa, multidimensional (PESTANA, 2014, p.37).</p> <p>O significado de ser humano inclui a produção do homem, a sua história, feita na prática da vida. Assim se fazem os humanos-históricos. A produção histórica que inclui conhecimento, ciência e várias coisas, é a produção da cultura. (PARO, 2009).</p> <p>O homem se apropria de toda a cultura produzida em outros momentos históricos, e assim ele se faz histórico. Enfim, a essa apropriação de cultura, nós chamamos de Educação Integral (PARO, 2009, p.17).</p> <p>A Educação Integral inicia-se no nascimento e prossegue com a aprendizagem sobre o universo cultural, durante todo o processo de desenvolvimento das pessoas, pois é na vida cotidiana que se objetivam as ações humanas e nela se inscrevem os resultados do conhecimento humano, de suas conquistas e desafios. (GUARÁ, 2006, p.17).</p>	<p>[...] é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática de EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar." (BRASIL, 2012, p. 23).</p>

**TRANSDISCIPLINARIDADE** - Permite ligações entre as disciplinas sem fronteiras, formando uma espécie de teoria geral dos sistemas e das estruturas.

**INTERDISCIPLINARIDADE** - colaboração entre disciplinas diversas, com vários tipos de interações possíveis.

**TRANSVERSALIDADE** - diz respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, conhecimentos das questões da vida real (aprender na realidade e da realidade).

**POLICOMPETENTE** - Segundo Edgar Morin, o profissional policompetente é aquele que se depara com problemas complexos e consegue romper o isolamento entre disciplinas, fazendo relações e articulações e assim surge uma síntese com novas hipóteses explicativas (MORIN, 2003).

**INTERPOLITRANSDISCIPLINARIDADE** ou Ecologia dos Saberes: Conceito importante para a construção da EAN eficaz e permanente. É uma perspectiva construída por profissionais policompetentes na junção de disciplinas das Ciências da Natureza e Humanas, produzindo uma síntese com um novo saber, além da conexão com saberes populares. As junções e articulações de saberes necessitam e ao mesmo tempo são as formações dos profissionais policompetentes que reconhecem a interdependência das ciências e articulam, organizam e estruturam conhecimentos diferentes formando uma unidade (MORIN, 2003).

**SINDEMIA** - Traz um neologismo, que junta a palavra sinergia com pandemia. É um conceito que foi criado inicialmente em 2014, por uma comissão da revista The Lancet para discutir sobre obesidade, mas a conclusão gerou o conceito de sindemia global que une as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Estas interagem umas com as outras e acima de tudo compartilham determinantes exercendo uma influência nos seres humanos e no planeta. São causadas por interesses que envolvem o capitalismo como a indústria alimentar e farmacêutica, a pecuária e a produção de commodities. E existe uma falta de interesse dos líderes em todo o planeta e uma fraqueza, fragilidade e ignorância que impulsionam ações das sociedades. Entendo que essa falta de ação das sociedades seja causada em sua maior parte pela deficiente Educação Alimentar e Nutricional.

O Relatório Lancet descreve que:

*"Uma estratégia significativa para enfrentar a Sindemia Global é, portanto, dar às pessoas a capacidade de assumir a responsabilidade pessoal por sua própria saúde reduzindo a pobreza, fortalecendo a educação e reduzindo o preconceito estrutural e social com base no gênero, religião e raça."* (IDEC, 2019, p. 38).

A Sindemia Global só pôde ser compreendida com diagnóstico feito por profissionais policompetentes. São pandemias que interagem umas com as outras e possuem os mesmos determinantes (IDEC, 2019). Alguns desses determinantes são o consumo de ultraprocessados, as cadeias longas de distribuição de alimentos, a agricultura homogênea com excesso de agrotóxicos e a pecuária.

Atualmente, o alimento é um ATIVO FINANCEIRO, um produto, e deveria ser

**DIREITOS HUMANOS** - CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA 1988 - em seu artigo sexto, a saúde e a educação passam a ser reconhecidas como um direito do cidadão e dever do Estado (BRASIL, 1988). E foi só em 2010, na emenda constitucional de número 64, que a alimentação foi também incluída como um direito social, no mesmo artigo da constituição.

**ESTADO DO CONHECIMENTO** - A elaboração científica é complexa, necessita de saberes interdisciplinares e o Estado de Conhecimento é um processo de identificação, registro, reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado período, unindo periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. (MOROSINI, 2015).

Foi feita uma busca nas base de dados acadêmicas através de descritores (palavras-chaves) escolhidas pela pesquisadora vinda de saberes e crenças em um contexto social, com recorte histórico de 2012 a 2022, e propiciou a construção de uma tese científica também influenciada pela sua instituição e regras locais (MOROSINI, 2015)

O Estado do Conhecimento trouxe maior consistência e segurança para a construção do estudo, possibilitou examinar as tendências das pesquisas na área e também a divulgação de teses e dissertações dos bancos de dados pesquisados.

## ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE: a educação integral como espaço de diálogo e interconexões de saberes

Apresentação Dissertação de Mestrado - Cristiane Jung Abarno  
Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Moll

um direito. Os Sistemas Alimentares atuais tiveram uma grande alteração e suas normas já não são ditadas prioritariamente pela cultura das sociedades e sim pela indústria de alimentos, pelas grandes redes de supermercados centralizando a distribuição, pelo agronegócio e criação de animais e pela globalização que fizeram do alimento um ativo financeiro (McMICHAEL, 2016).

*“Os sistemas, quer educativos, quer políticos, não se transformam miraculosamente; só se modificam quando há em nós uma transformação fundamental. O indivíduo é de primordial importância, e não o sistema; e, enquanto o indivíduo não compreender o processo total de si mesmo, nenhum sistema, seja da esquerda, trará ordem e paz ao mundo.”*

(Krishnamurti, 1976, p.14)

### CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Educação Integral se faz necessária para constituir indivíduos capazes e com comprometimento social em busca das transformações necessárias da vida.

Ao mesmo tempo, a EAN é um campo fértil para a educação da vida e deve ser pensada em todos os espaços da comunidade e seus arredores. A comida está no topo da preocupação da história da humanidade, o comer é uma necessidade biológica, um direito, uma expressão cultural, uma escolha de sustentabilidade, ou não, para o planeta, envolve interesses políticos, econômicos, sociais. Portanto, a EAN é um campo muito complexo e se for feita de maneira efetiva pode beneficiar e compor para resolver problemas difíceis como as pandemias da obesidade, da desnutrição e das mudanças climáticas.

### REFERÊNCIAS:

- BEZERRA, José Arimatea Barros. **Educação Alimentar e Nutricional**: articulação de Saberes. Fortaleza: Edições UFC, 2018. 120p.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico] – Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. eBook (264 p.) Atualizada até a EC n. 128/2022. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Módulo 10: **Alimentação e nutrição no Brasil I**. Maria de Lourdes Carlos Rodrigues et al. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 93 p. ISBN: 978-85-230-0988-5.
- \_\_\_\_\_. **Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm) . Acesso em: 21. maio. 2022.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68p.
- DE BARCELONA, Declaração. **Carta das cidades educadoras**. Disponível em: <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>. Acesso em: 22. jan. 2023.

FMSA – **Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar**. Declaração final. Havana: 2001. Disponível em: <<http://neaep.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html>>

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Org e Trad.). Alimentando Políticas. **A Síndrome Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas** – relatório da Comissão The Lancet, 2019. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rio-Completo-The-Lancet.pdf> . Acesso em 21. jan. 2023.

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. 256p.

MOLL, Jaqueline et al. **Escola pública brasileira e educação integral**: desafios e possibilidades. São Paulo: Revista e-Curriculum, v. 18, n. 4. p. 2095-2111, 2020.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NEVES, M.A. **Cidadania**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (português). Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 10. maio. 2022.

KRISHNAMURTI, Jiddu **A Educação e o Significado da Vida**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. UEMS. Santa Maria: **Revista educação**, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/15822/pdf> . Acesso em: 31. jul. 2022.